

Mobilização do funcionalismo e fissuras na base governista jogam para fevereiro a reforma da Previdência de Doria



Adiamento é vitória parcial e deve servir para ampliar nossa resistência contra o confisco e a retirada de direitos. Esse filme terá novos episódios em 2020!

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC 18/2019), que trata da reforma da Previdência no Estado de São Paulo, enviada pelo governador João Doria à Assembleia Legislativa de SP em 13/11, só deve voltar a ser discutida em fevereiro de 2020. Esse foi o compromisso assumido pelo presidente da casa, o deputado Cauê Macris (PSDB), durante reunião no Colégio de Líderes, no dia 16/12, quando estavam representadas as lideranças de todos os partidos. Na mesma reunião, ficou acertado que, nestes últimos dias antes do recesso, entrarão em votação as contas do governo e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LOA) 2020.

O recuo do governo Doria não se dá por acaso. Em parte, é fruto da reação das categorias do funcionalismo que, embora ainda de forma limitada, protagonizaram vários atos e manifestações na Alesp, com o apoio dos parlamentares de oposição (PT, PSOL e PCdoB) e de outros partidos que não concordam com a reforma, além de pressionar os deputados em suas bases e em seus gabinetes. Ao mesmo tempo, a tentativa de atropelar os debates, aprovando a PEC 18/2019 e o projeto de lei complementar (PLC 80/2019) às vésperas do Natal, foi frustrada por uma liminar concedida pelo desembargador Alex Zilenovski, do Tribunal de Justiça do Estado de SP, que acatou pedido do deputado Emídio de Souza (PT), suspendendo a tramitação da reforma por não cumprir os ritos previstos: debates e aprovação nas comissões, votação em plenário. O

presidente da Alesp recorreu da decisão junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), que deu prazo de 5 dias para que as partes apresentem informações. Até o fechamento deste boletim, em 17/12, não havia nenhum pronunciamento do STF a respeito. O órgão entra em recesso a partir de 19/12, o que indica a possibilidade de que isso aconteça só no ano que vem.

Frente a todos estes inesperados imbróglios, e provavelmente por não ter certeza do total de votos necessários para aprovar a PEC 18/2019 (57 votos) e o PLC 80/2019 (48 votos), o governo decidiu recuar.

Agora, é ampliar a resistência e a luta

O Fórum das Seis entende que o adiamento da tramitação da reforma da Previdência de Doria é uma vitória parcial, mas as principais batalhas ainda estão por vir. Conquistamos fôlego para ampliar a nossa mobilização. Temos que nos manter alertas às informações das nossas entidades sindicais e acompanhando as decisões do STF, do TJSP e da Alesp.

Em paralelo, o Fórum das Seis encaminhou ofícios ao governo do estado, à Alesp e à SPPRev, solicitando informações sobre as bases de cálculos e demais informações que subsidiam a proposta de reforma da Previdência de Doria. Queremos saber de onde o governo tira números como a “necessidade” de economizar R\$ 32 bilhões em 10 anos. →

Já assinou a petição *online* do Fórum?

O Fórum das Seis criou um abaixo-assinado *online*, contra a reforma da Previdência de Doria. Assine e passe adiante. O endereço é:

<https://bit.ly/2R1BoJk>

Quer entender melhor a reforma?

Dividida em dois instrumentos – um projeto de lei complementar (PLC 80/2019) e uma proposta de emenda constitucional (PEC 18) – a reforma representa um claro prejuízo salarial, pois amplia a alíquota de contribuição de 11% para 14%. Como “alternativa”, governo e parte dos deputados começam a falar em “alí-



quotas progressivas”, que iriam de 11% a 22%!

Além disso, a reforma amplia a idade mínima e o tempo de contribuição dos servidores para a aposentadoria; diminui o valor das aposentadorias e pensões; cria duras regras transitórias; entre outras medidas. Ambos os instrumentos se aplicam a todos os servidores contratados nos regimes próprios de previdência, ou seja, os chamados estatutários/autárquicos.

Em anexo a este boletim, confira um resumo das principais medidas previstas nas propostas enviadas pelo governador Doria à Alesp.

Pressione os deputados e as deputadas

Neste final de ano e início do próximo, podemos e devemos aproveitar para procurar os parlamentares da nossa região e pressioná-los. A dica é válida tanto os deputados como para os prefeitos e vereadores (lembrando que 2020 é ano eleitoral e eles têm influência sobre governo e Alesp). Aos prefeitos e vereadores, podemos solicitar que assinem moções contra a reforma.

Também podemos enviar *e-mails* aos deputados e às deputadas. Veja abaixo a sugestão de texto e ao lado a lista de endereços:

Senhores(as) deputados/as,

Somos servidores públicos paulistas e dedicamos o melhor para bem atender à população que tanto precisa dos serviços públicos. Ainda que nossas condições de trabalho e de salários deixem a desejar, não poupamos esforços para que nosso trabalho seja bem feito e dê bons frutos às milhões de pessoas que dele precisam.

Por isso, consideramos extremamente injusta a proposta de reforma da Previdência encaminhada pelo governador João Doria à Alesp, que confisca mais 3% dos nossos salários e dificulta ao máximo o direito à aposentadoria.

Pedimos a V. Excia. que **NÃO** vote em favor destes ataques ao funcionalismo.

Atenciosamente,

XXXXXXXXXXXX

Bloco 1

adalbertofreitas@al.sp.gov.br; adrianaborgo@al.sp.gov.br; apfdanilobalas@al.sp.gov.br; alexdemadureira@al.sp.gov.br; alexandreperreira@al.sp.gov.br; altairmoraes@al.sp.gov.br; afernandes@al.sp.gov.br; andredoprado@al.sp.gov.br; aprigio@al.sp.gov.br; ataide.teruel@al.sp.gov.br; barrosmunhoz@yahoo.com.br; bsahao@al.sp.gov.br; contato@brunoganem.com.br; caiofranca@al.sp.gov.br; cmachado@al.sp.gov.br; carlamorando@al.sp.gov.br; carlaopignatari@al.sp.gov.br; carloscezar@al.sp.gov.br; deputado@carlosgiannazi.com.br; castellobranco@al.sp.gov.br; cauemacris@al.sp.gov.br; cezar@al.sp.gov.br; clopes@al.sp.gov.br; ag.depnishikawa@gmail.com; coroneltelhada@al.sp.gov.br; danieljose@al.sp.gov.br; danielsoares@al.sp.gov.br; delegadagraciela@al.sp.gov.br; del.brunolima@al.sp.gov.br; contato@deputadodelegadoolim.com.br; dirceudalben@al.sp.gov.br

Bloco 2

douglasgarcia@al.sp.gov.br; drdepjorgedocarmo@al.sp.gov.br; dradamarismoura@al.sp.gov.br; edthomas@al.sp.gov.br; echedid@al.sp.gov.br; ednamacedo@al.sp.gov.br; emidio@al.sp.gov.br; eniotatto@al.sp.gov.br; ericamalunguinho@al.sp.gov.br; egalvao@al.sp.gov.br; fernandocury@al.sp.gov.br; fredericodavila@al.sp.gov.br; gildiniz@al.sp.gov.br; gilmacisantos@al.sp.gov.br; heniozicukier@al.sp.gov.br; isapenna@al.sp.gov.br; itamarborges@al.sp.gov.br; janainapaschoal@al.sp.gov.br; jcaruso@al.sp.gov.br; jorgewilsonxerifedoconsumidor@al.sp.gov.br; joseamerico@al.sp.gov.br; lecibranda@al.sp.gov.br; leooliveira@al.sp.gov.br; leticiaaguaiar@al.sp.gov.br; lfernando@al.sp.gov.br; majormecca@al.sp.gov.br; marcialia@al.sp.gov.br; marciodafarmacia@al.sp.gov.br; marcionakashima@al.sp.gov.br; mdamasio@al.sp.gov.br

Bloco 3

mzerbini@al.sp.gov.br; ; mlamary@al.sp.gov.br; mandato@marinahelou.com.br; depmartacosta@al.sp.gov.br; mbragato@al.sp.gov.br; mleite@al.sp.gov.br; mandata.ativista@al.sp.gov.br; paulocorreajr@al.sp.gov.br; paulofiorilo@al.sp.gov.br; professorsorkenny@al.sp.gov.br; professorabebel@al.sp.gov.br; rafazimbaldi@al.sp.gov.br; rsilva@al.sp.gov.br; ralguz@al.sp.gov.br; ricardomadalen@al.sp.gov.br; ricardomellao@al.sp.gov.br; rengler@al.sp.gov.br; rmorais@al.sp.gov.br; rodrigogambale@al.sp.gov.br; deputadorodrigomoraes@al.sp.gov.br; rnogueira@al.sp.gov.br; rbarbiere@al.sp.gov.br; sgtneri@al.sp.gov.br; sebastiosantos@al.sp.gov.br; gabinete@sergiovictor.com.br; tenentecoimbra@al.sp.gov.br; tenentenascimento@al.sp.gov.br; teoniliobarba@al.sp.gov.br; thiagoauricchio@al.sp.gov.br; valeriabolsonaro@al.sp.gov.br; depvinciuscamarinha@al.sp.gov.br; wmoura@al.sp.gov.br

Reforma da Previdência de Doria

URGENTE: MOBILIZAÇÃO IMPEDE VOTAÇÃO EM PRIMEIRO TURNO. NOVA SESSÃO ACONTECE NA SEGUNDA, 9H

10/12 tem ato conjunto do funcionalismo. Vamos lotar a Alesp!

Os corredores e plenários da Assembleia Legislativa ficaram lotados na noite de quinta-feira, 5/12, quando estavam marcadas novas sessões extraordinárias para votação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 18/2019, que trata da reforma da Previdência que o governador Doria tenta aprovar a toque de caixa.

O presidente da casa, deputado Cauê Macris (PSDB), tentou impedir que os manifestantes entrassem nas galerias do Plenário Juscelino Kubitschek, embora houvesse ainda bastante espaço. A atitude autoritária e antidemocrática gerou profundo descontentamento. Dentro do plenário, cinco deputadas (Professora Bebel, Beth Sahão, Márcia Lia, Monica Seixas/da Bancada Ativista e Isa Penna) ocuparam a mesa da presidência, recusando-se a sair até que os manifestantes pudessem entrar. Diante do impasse e da possibilidade de ocupação do plenário pelos manifestantes, Macris suspendeu os trabalhos e convocou nova sessão para segunda-feira,

9/12, às 9h. Foi a PRIMEIRA VITÓRIA DA NOSSA MOBILIZAÇÃO!

O Fórum das Seis e demais entidades convocam todas e todos que puderem a estar na segunda-feira na Alesp, às 9h. Na terça, estão sendo organizadas caravanas para o ato conjunto do funcionalismo, às 14h (informe-se com sua entidade).

Como é a tramitação

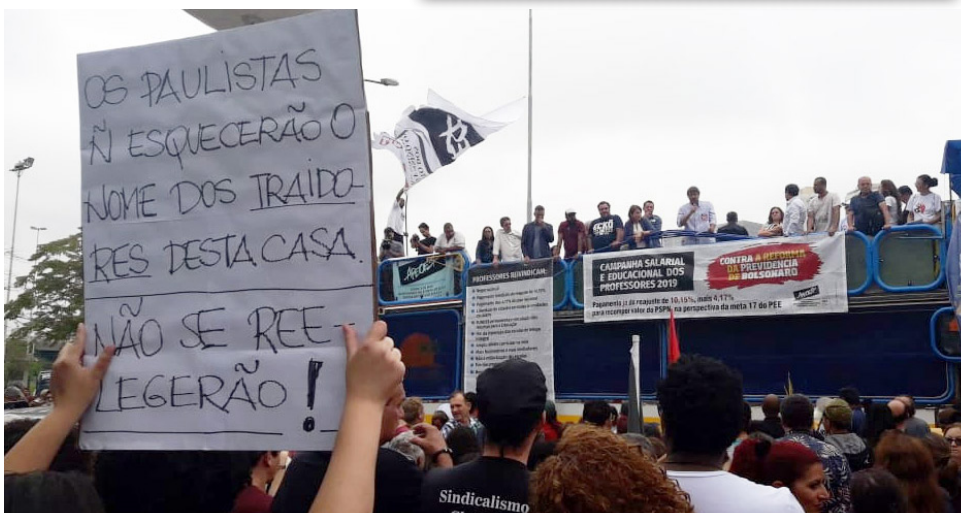
Para a PEC 18/2019 ser aprovada em primeiro turno, são necessárias seis horas de discussão. Até este momento,

já ocorreram quatro horas e meia. A expectativa do presidente da casa, Cauê Macris, é encerrar esse prazo na segunda-feira e aprovar o texto em primeiro turno. Em seguida, serão necessárias mais seis horas de discussão antes que a matéria seja votada em segundo turno. Em ambos os casos (primeiro e segundo turnos), o governo precisa ter o SIM de dois terços dos 94 votos. Portanto, precisamos do apoio de, pelo menos, 32 deputados.

Já o projeto de lei complementar (PLC 80/2019), que completa a reforma, necessita de maioria simples. Ele entrará em votação tão logo o governo consiga aprovar a PEC 18 em dois turnos.

**Segunda-feira, dia 9, 9h:
Mobilização no
plenário JK da Alesp**

**Terça-feira, dia 10, 14h:
Ato conjunto do funcionalismo
em frente à Alesp**

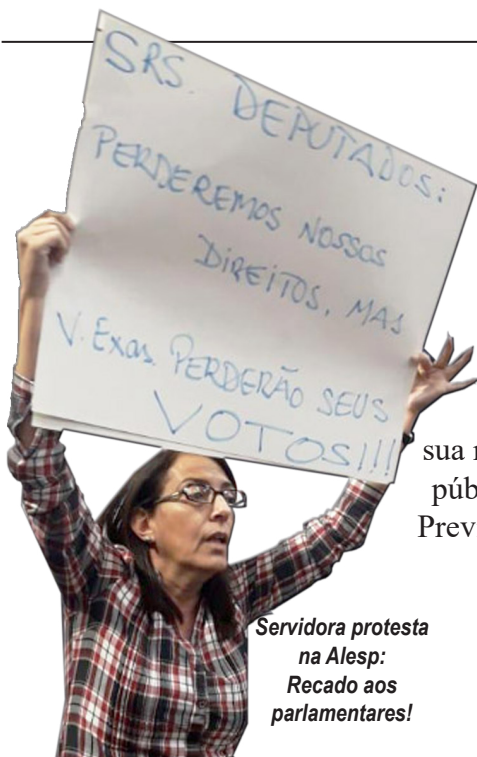


Mande e-mails... veja como no verso! →

Mobilização!

Nossa resposta a este duro ataque só pode ser a **MOBILIZAÇÃO!** Devemos evitar que o projeto seja aprovado neste ano, como tenta impor o governador, e possa ser amplamente debatido no ano que vem.

Todas e todos podem contribuir nessa luta. Além de participar das atividades convocadas, é possível enviar e-mails aos parlamentares. No verso deste boletim, confira proposta de texto e lista dos endereços.



Servidora protesta
na Alesp:
Recado aos
parlamentares!

Pressione os deputados! Encha a caixa de e-mails deles

Se possível, organize os colegas e faça uma visita aos deputados da sua região, para cobrar deles que **NÃO** votem contra os direitos dos servidores públicos paulistas e somem forças para impedir que a proposta de reforma da Previdência de Doria seja votada neste final de ano, sem qualquer debate com a comunidade. Envie *e-mails* para eles

(os endereços estão abaixo, divididos em três blocos).

Proposta de texto de e-mail:

Senhores(as) deputados/as,

Somos servidores públicos paulistas e dedicamos o melhor de nós para bem atender à população que tanto precisa dos serviços públicos. Ainda que nossas condições de trabalho e de salários deixem a desejar, não poupamos esforços para que nosso trabalho seja bem feito e dê bons frutos às milhões de pessoas que dele precisam.

Por isso, consideramos extremamente injusta a proposta de reforma da Previdência encaminhada pelo governador João Doria à Alesp, que confisca mais 3% dos nossos salários e dificulta ao máximo o direito à aposentadoria.

Pedimos a V. Excia. que **NÃO** vote em favor deste ataque ao funcionalismo. O mínimo que esperamos é que nada seja votado no apagar das luzes de 2019 e que as propostas sejam amplamente debatidas com a comunidade em 2020.

Atenciosamente,
XXXXXXXXXXXX

Bloco 1

adalbertofreitas@al.sp.gov.br; adrianaborgo@al.sp.gov.br; apfdanilobalas@al.sp.gov.br; alexdemadureira@al.sp.gov.br; alexandreperreira@al.sp.gov.br; altairmoraes@al.sp.gov.br; afernandes@al.sp.gov.br; andredoprado@al.sp.gov.br; aprigio@al.sp.gov.br; ataide.teruel@al.sp.gov.br; barrosmunhoz@yahoo.com.br; bsahao@al.sp.gov.br; contato@brunoganem.com.br; caiofranca@al.sp.gov.br; cmachado@al.sp.gov.br; carlamorando@al.sp.gov.br; carlaopignatari@al.sp.gov.br; carloscezar@al.sp.gov.br; deputado@carlosgiannazi.com.br; castellobranco@al.sp.gov.br; cauemacris@al.sp.gov.br; cezar@al.sp.gov.br; clopes@al.sp.gov.br; ag.depnishikawa@gmail.com; coroneltelhada@al.sp.gov.br; danieljose@al.sp.gov.br; danielsoares@al.sp.gov.br; delegadagraciela@al.sp.gov.br; del.brunolima@al.sp.gov.br; contato@deputadodelegadoolim.com.br; dirceudalben@al.sp.gov.br

Bloco 2

douglasgarcia@al.sp.gov.br; drdepjorgedocarmo@al.sp.gov.br; dradamarismoura@al.sp.gov.br; edthomas@al.sp.gov.br; echedid@al.sp.gov.br; ednamacedo@al.sp.gov.br; emidio@al.sp.gov.br; eniotatto@al.sp.gov.br; ericamalunguinho@al.sp.gov.br; egalvao@al.sp.gov.br; fernandocury@al.sp.gov.br; fredericodavila@al.sp.gov.br; gildiniz@al.sp.gov.br; gilmacisantos@al.sp.gov.br; heniozicukier@al.sp.gov.br; isapenna@al.sp.gov.br; itamarborges@al.sp.gov.br; janainapaschoal@al.sp.gov.br; jcaruso@al.sp.gov.br; jorgewilsonxerifedoconsumidor@al.sp.gov.br; joseamerico@al.sp.gov.br; lecirbrandao@al.sp.gov.br; leoliveira@al.sp.gov.br; leticiaaguilar@al.sp.gov.br; lfernando@al.sp.gov.br; majormecca@al.sp.gov.br; marcialia@al.sp.gov.br; marciodafarmacia@al.sp.gov.br; marcioniakashima@al.sp.gov.br; mdamasio@al.sp.gov.br

Bloco 3

mzerbini@al.sp.gov.br; ; mlamary@al.sp.gov.br; mandato@marinahelou.com.br; depmartacosta@al.sp.gov.br; mbragato@al.sp.gov.br; mleite@al.sp.gov.br; mandata.ativista@al.sp.gov.br; paulocorreajr@al.sp.gov.br; paulofiorilo@al.sp.gov.br; professorsorkenny@al.sp.gov.br; professorabel@al.sp.gov.br; rafazimbaldi@al.sp.gov.br; rsilva@al.sp.gov.br; ralguz@al.sp.gov.br; ricardomaddalena@al.sp.gov.br; ricardomellao@al.sp.gov.br; rengler@al.sp.gov.br; rmorais@al.sp.gov.br; rodrigogambale@al.sp.gov.br; deputado@rodrigomoraes@al.sp.gov.br; rnogueira@al.sp.gov.br; rbarbiere@al.sp.gov.br; sgtneri@al.sp.gov.br; sebastiaosantos@al.sp.gov.br; gabinete@sergiovictor.com.br/faleconosco.sergiovictor.com.br; tenentecoimbra@al.sp.gov.br; tenentenasascimento@al.sp.gov.br; teoniliobarba@al.sp.gov.br; thiagoauricchio@al.sp.gov.br; valeribolsonaro@al.sp.gov.br; depvinciuscamarinha@al.sp.gov.br; wmoura@al.sp.gov.br

Reforma da Previdência de Doria

Votação pode ocorrer a qualquer momento. Vamos intensificar a mobilização!

10/12 tem novo ato conjunto do funcionalismo

O governador João Doria (PSDB) está tentando aprovar a toque de caixa as suas propostas de reforma da Previdência. O presidente da Alesp, Cauê Macris (PSDB), quer aprovar a votação da proposta de emenda constitucional (PEC) 18/2019 em primeiro turno ainda nesta semana, e em segundo turno na próxima (dias 9 e 10/12). Já o projeto de lei complementar (PLC 80/2019) pode entrar em votação nos dias 11 e 12/12.

A mobilização de servidores de várias categorias do serviço público paulista tem sido quase diária na Alesp. No dia 2/12, o auditório Franco Montoro foi tomado por cerca de mil manifestantes para uma audiência pública. As entidades sindicais das três universidades e do Centro Paula Souza estavam presentes e a coordenação do Fórum das Seis fez uso da palavra, em nome de todas. No dia 3/12, novo ato público conjunto com o funcionalismo aconteceu em frente à casa.

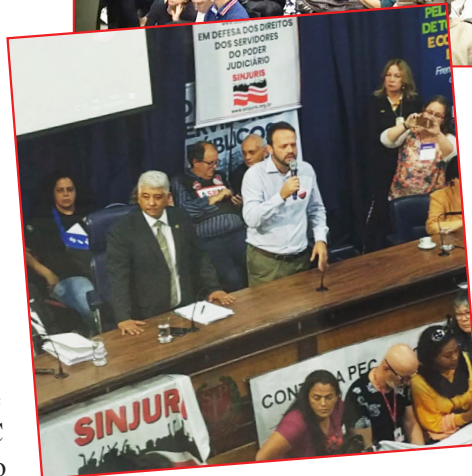
Passar o trator

Dividida em dois instrumentos – um projeto de lei complementar (PLC 80/2019) e uma proposta de emenda constitucional (PEC 18) – a reforma representa um claro prejuízo salarial, pois amplia a alíquota de contribuição de 11% para 14%. Além disso, amplia a idade mínima e o tempo de contribuição dos servidores para a aposentadoria; diminui o valor das aposentadorias e pensões; cria duras regras transitórias; entre outras medidas. Ambos os instrumentos se aplicam a todos os servidores contratados nos regimes próprios de previdência, ou seja, os chamados estatutários/autárquicos.

Parlamentares de oposição à reforma denunciam que, embora o assunto seja de extrema importância, o governador Doria quer sem nenhuma discussão com as entidades representativas do funcionalismo e nem mesmo com o conjunto dos parlamentares.



Audiência pública na Alesp em 2/12. Ao lado, Wagner Romão fala em nome das entidades do Fórum

**10/12 tem novo ato**

Está sendo chamado, para 10/12, terça-feira, novo ato conjunto com o funcionalismo.

Converse com os colegas sobre a possibilidade de integrar a caravana da Apeoesp de sua cidade no dia 10/12.

Nossa resposta a este duro ataque só pode ser a **MOBILIZAÇÃO!** Devemos evitar que o projeto seja aprovado neste ano, como tenta impor o governador, e possa ser amplamente debatido no ano que vem.

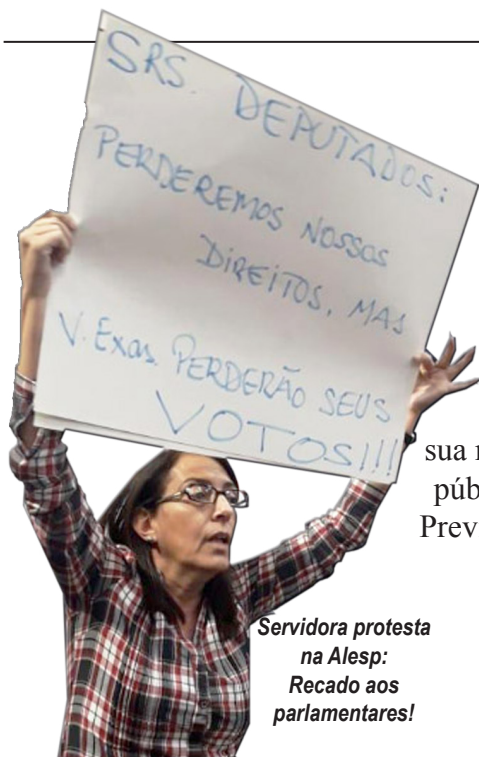
Já assinou a petição online do Fórum?

O Fórum das Seis criou um abaixo-assinado online, contra a reforma da Previdência de Doria. Assine e passe adiante. O endereço é:

<https://bit.ly/2R1BoJk>

Mande e-mails... veja como no verso!





*Servidora protesta
na Alesp:
Recado aos
parlamentares!*

Pressione os deputados! Encha a caixa de e-mails deles

Se possível, organize os colegas e faça uma visita aos deputados da sua região, para cobrar deles que **NÃO** votem contra os direitos dos servidores públicos paulistas e somem forças para impedir que a proposta de reforma da Previdência de Doria seja votada neste final de ano, sem qualquer debate com a comunidade. Envie *e-mails* para eles

(os endereços estão abaixo, divididos em três blocos).

Proposta de texto de e-mail:

Senhores(as) deputados/as,

Somos servidores públicos paulistas e dedicamos o melhor de nós para bem atender à população que tanto precisa dos serviços públicos. Ainda que nossas condições de trabalho e de salários deixem a desejar, não poupamos esforços para que nosso trabalho seja bem feito e dê bons frutos às milhões de pessoas que dele precisam.

Por isso, consideramos extremamente injusta a proposta de reforma da Previdência encaminhada pelo governador João Doria à Alesp, que confisca mais 3% dos nossos salários e dificulta ao máximo o direito à aposentadoria.

Pedimos a V. Excia. que **NÃO** vote em favor deste ataque ao funcionalismo. O mínimo que esperamos é que nada seja votado no apagar das luzes de 2019 e que as propostas sejam amplamente debatidas com a comunidade em 2020.

Atenciosamente,
XXXXXXXXXXXX

Bloco 1

adalbertofreitas@al.sp.gov.br; adrianaborgo@al.sp.gov.br; apfdanilobalas@al.sp.gov.br; alexdemadureira@al.sp.gov.br; alexandreperreira@al.sp.gov.br; altairmoraes@al.sp.gov.br; afernandes@al.sp.gov.br; andredoprado@al.sp.gov.br; aprigio@al.sp.gov.br; ataide.teruel@al.sp.gov.br; barrosmunhoz@yahoo.com.br; bsahao@al.sp.gov.br; contato@brunoganem.com.br; caiofranca@al.sp.gov.br; cmachado@al.sp.gov.br; carlamorando@al.sp.gov.br; carlaopignatari@al.sp.gov.br; carloscezar@al.sp.gov.br; deputado@carlosgiannazi.com.br; castellobranco@al.sp.gov.br; cauemacris@al.sp.gov.br; cezar@al.sp.gov.br; clopes@al.sp.gov.br; ag.depnishikawa@gmail.com; coroneltelhada@al.sp.gov.br; danieljose@al.sp.gov.br; danielsoares@al.sp.gov.br; delegadagraciela@al.sp.gov.br; del.brunolima@al.sp.gov.br; contato@deputadodelegadoolim.com.br; dirceudalben@al.sp.gov.br

Bloco 2

douglasgarcia@al.sp.gov.br; drdepjorgedocarmo@al.sp.gov.br; dradamarismoura@al.sp.gov.br; edthomas@al.sp.gov.br; echedid@al.sp.gov.br; ednamacedo@al.sp.gov.br; emidio@al.sp.gov.br; eniotatto@al.sp.gov.br; ericamalunguinho@al.sp.gov.br; egalvao@al.sp.gov.br; fernandocury@al.sp.gov.br; fredericodavila@al.sp.gov.br; gildiniz@al.sp.gov.br; gilmacisantos@al.sp.gov.br; heniozicukier@al.sp.gov.br; isapenna@al.sp.gov.br; itamarborges@al.sp.gov.br; janainapaschoal@al.sp.gov.br; jcaruso@al.sp.gov.br; jorgewilsonxerifedoconsumidor@al.sp.gov.br; joseamerico@al.sp.gov.br; lecirbrandao@al.sp.gov.br; leoliveira@al.sp.gov.br; leticiaaguilar@al.sp.gov.br; lfernando@al.sp.gov.br; majormecca@al.sp.gov.br; marcialia@al.sp.gov.br; marciodafarmacia@al.sp.gov.br; marcioniakashima@al.sp.gov.br; mdamasio@al.sp.gov.br

Bloco 3

mzerbini@al.sp.gov.br; ; mlamary@al.sp.gov.br; mandato@marinahelou.com.br; depmartacosta@al.sp.gov.br; mbragato@al.sp.gov.br; mleite@al.sp.gov.br; mandata.ativista@al.sp.gov.br; paulocorreajr@al.sp.gov.br; paulofiorilo@al.sp.gov.br; professorsorkenny@al.sp.gov.br; professorabel@al.sp.gov.br; rafazimbaldi@al.sp.gov.br; rsilva@al.sp.gov.br; ralguz@al.sp.gov.br; ricardomaddalena@al.sp.gov.br; ricardomellao@al.sp.gov.br; rengler@al.sp.gov.br; rmorais@al.sp.gov.br; rodrigogambale@al.sp.gov.br; deputado@rodrigomoraes@al.sp.gov.br; rnogueira@al.sp.gov.br; rbarbiere@al.sp.gov.br; sgtneri@al.sp.gov.br; sebastiaosantos@al.sp.gov.br; gabinete@sergiovictor.com.br/faleconosco.sergiovictor.com.br; tenentecoimbra@al.sp.gov.br; tenentenasascimento@al.sp.gov.br; teoniliobarba@al.sp.gov.br; thiagoauricchio@al.sp.gov.br; valeribolsonaro@al.sp.gov.br; depvinciuscamarinha@al.sp.gov.br; wmoura@al.sp.gov.br

*Reforma da Previdência de Doria***Funcionalismo reage ao confisco salarial e à perda de direitos***2/12 tem audiência pública. Às terças, atos conjuntos das categorias*

Trabalhadores de várias categorias do serviço público paulista realizaram um ato conjunto no dia 26/11/2019, em frente à Assembleia Legislativa, contra a reforma da Previdência que o governador João Doria tenta aprovar a todo de caixa, ainda neste ano.

Dividida em dois instrumentos – um projeto de lei complementar (PLC 80/2019) e uma proposta de emenda constitucional (PEC 18) – a reforma representa um claro prejuízo salarial, pois amplia a alíquota de contribuição de 11% para 14%. Além disso, amplia a idade mínima e o tempo de contribuição dos servidores para a aposentadoria; diminui o valor das aposentadorias e pensões; cria duras regras transitórias; entre outras medidas. Ambos os instrumentos se aplicam a todos os servidores contratados nos regimes próprios de previdência, ou seja, os chamados estatutários/autárquicos.

O Fórum das Seis – que agrupa os sindicatos e entidades estudantis das três universidades e do Centro Paula Souza – está se reunindo com entidades das demais categorias do funcionalismo para organizar a reação à reforma. No ato do dia 26/11, servidores técnico-administrativos e docentes das quatro instituições estiveram presentes. Da Unesp, vieram caravanas de Bauru, Botucatu, Guaratin-

nistrativos paralisaram o trabalho.

Próximas atividades

Em assembleia geral, realizada antes do ato conjunto do funcionalismo, os professores da rede estadual (Apeoesp) aprovaram um calendário de paralisações de um dia e atos na Alesp (às 14h) nas próximas terças-feiras.

Na segunda-feira, 2/12, está agendada uma audiência pública na Alesp, às 14h, no auditório Franco Montoro, com o objetivo de debater a reforma da Previdência de Doria.

O Fórum das Seis convida todos para a Alesp nos dias 2/12 (audiência pública) e 3/12 (ato público).

Nossa resposta a este duro ataque só pode ser a **MOBILIZAÇÃO!** Se queremos impedir o desmonte da Previdência paulista e o confisco salarial, o caminho é a luta dos servidores públicos do estado. Devemos evitar que o projeto seja aprovado neste ano, como tenta impor o governador, e possa ser amplamente debatido no ano que vem.

Abaixo-assinado online

O Fórum das Seis criou um abaixo-assinado online, contra a reforma da Previdência de Doria. Assine e passe adiante. O endereço é:

<https://bit.ly/2R1BoJk>



Nas páginas seguintes, entenda os principais itens da reforma

Ato na Alesp em 26/11

Confira as principais medidas do pacote de maldades de Doria



Com base nos estudos elaborados pelas assessorias jurídicas da Aduesp e Adusp (Lara Lorena Ferreira – Sociedade de Advogados) e da Adunicamp (LBS Advogados), o Fórum das Seis compilou os principais pontos previstos na reforma da Previdência enviada por João Doria à Assembleia Legislativa. Em anexo, seguem os estudos elaborados pelas AJs, para os que desejarem se aprofundar na análise. Confira as medidas:

Direito adquirido (Artigo 3º)

Aplicam-se às aposentadorias dos servidores públicos titulares de cargo efetivo, e às pensões por morte por eles legadas, as normas constitucionais e infraconstitucionais anteriores à data de entrada em vigor desta Emenda Constitucional, enquanto não promovidas as alterações pertinentes na legislação. Ou seja, os servidores que tiverem os requisitos para aposentadoria preenchidos antes da entrada em vigor da nova legislação, terão direito garantido a se aposentar sob as regras atuais.

Contribuição previdenciária

A contribuição passará a ser 14%. Segundo a EC 103/2019 (reforma aprovada no âmbito federal), os estados, o Distrito Federal e os municípios não poderão estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui déficit atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social (art. 9 §4º).

Para servidores aposentados e pensionistas, a alíquota é aplicada sobre o que ultrapassar o teto do INSS (atualmente em R\$ 5.839,45).

Somente para servidores federais poderá ser instituída por lei contribuição extraordinária por até 20 anos se o regime próprio demonstrar déficit atuarial.

Regra de transição 1 - REGRA DE PONTOS

Para todo servidor que tenha ingressado no serviço público, com vinculação ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), até a data de entrada em vigor da lei complementar.

Mulher

- 56 anos de idade;
- 30 anos de contribuição;
- 20 anos de efetivo exercício de serviço público;
- 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria;
- somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 86 pontos.

Homem

- 61 anos de idade;
- 35 anos de contribuição;
- 20 anos de efetivo exercício de serviço público;
- 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria;
- somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, equivalente a 96 pontos.

A partir de 1º de janeiro de 2022, a idade mínima será

elevada para 57 anos de idade, se mulher, e 62 anos de idade, se homem.

A partir de 1º de janeiro de 2020, a pontuação será acrescida a cada ano de um ponto, até atingir o limite de 100 pontos, se mulher, e de 105 pontos, se homem.

Cálculo de proventos:

1- Com integralidade e paridade para o servidor que ingressou no serviço público até 31/12/2003, com vinculação ao RPPS, desde que alcance os requisitos acima.

Regra de transição 2 - REGRA DO PEDÁGIO

Para todo servidor que tenha ingressado no serviço público, com vinculação ao Regime Próprio de Previdência Social, até a data de entrada em vigor da lei complementar.

Permanece o direito de opção pela regra de pontos

Mulher

- 57 anos de idade;
- 30 anos de contribuição;
- 20 anos de efetivo exercício no serviço público;
- 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria;
- PEDÁGIO: 100% do tempo que, na data de entrada em vigor da lei complementar, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição.

Homem

- 60 anos de idade;
- 35 anos de contribuição;
- 20 anos de efetivo exercício no serviço público;
- 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria;
- 100% do tempo que, na data de entrada em vigor da lei, faltaria para atingir o tempo mínimo de contribuição.

Cálculo de proventos:

1 - Com integralidade e paridade para o servidor público que tenha ingressado no serviço público, com vinculação ao Regime Próprio de Previdência Social, até 31 de dezembro de 2003, desde que tenha cumprido cinco anos no nível ou classe em que for concedida a aposentadoria. Forma de reajustamento do benefício igual à dos servidores ativos.

2 - Para qualquer outra situação: 100% da média aritmética simples das remunerações



nerações adotadas como base para as contribuições aos regimes de previdência a que o servidor esteve vinculado, atualizadas monetariamente.

Reajuste: Na mesma data utilizada para fins de reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, com base no Índice de Preços ao Consumidor - IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

Aposentadoria especial

Atividades que tenham sido exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde.

Para todo servidor que tenha ingressado no serviço público, com vinculação ao Regime Próprio de Previdência Social, até a data de entrada em vigor da lei complementar.

- 25 anos de efetiva exposição;
- 20 anos de efetivo exercício de serviço público;
- 5 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria;
- somatório da idade e do tempo de contribuição equivalente a 86 (oitenta e seis) pontos, para ambos os sexos.

Cálculo de aposentadoria:

Os proventos das aposentadorias corresponderão a 60% da média aritmética simples das remunerações adotadas como base para as contribuições aos regimes de previdência a que o servidor esteve vinculado, atualizadas monetariamente, com acréscimo de 2% para cada ano de contribuição que exceder o tempo de 20 anos de contribuição.

Reajuste:

Na mesma data utilizada para fins de reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, com base no Índice de Preços ao Consumidor - IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

Outras disposições de interesse

Pensão por morte

Será por cotas: 50% a cota familiar e 10% por cada dependente, até o limite de 100%. A perda da qualidade de dependente não reverte a cota para os demais.

Na hipótese de o servidor possuir dependente com deficiência mental, intelectual ou grave, o valor da pensão será de 100% até o teto do RGPS, acrescido de 50% (cota familiar) e 10% por dependente, da aposentadoria do servidor ou daquela que teria direito por invalidez, até 100%.

Perda do vínculo

A aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do regime geral de previdência social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição (EC 103/2019). Essa regra não se aplica a aposentadorias concedidas pelo regime geral de previdência social até a data de entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

Incorporação de vantagens

Fica vedada a incorporação de vantagem de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança

ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo. (§5º do artigo 124).

Adicionais de Tempo de Serviço (Quinquênios e Sexta-parte)

O artigo 129 da Constituição Estadual assegura ao servidor público estadual o recebimento do adicional por tempo de serviço, concedido no mínimo por quinquênio, e vedada a sua limitação, bem como a sexta-parte dos vencimentos integrais, concedida aos vinte anos de efetivo exercício, que se incorporarão aos vencimentos para todos os efeitos, observado o disposto no art. 115, XVI, da Constituição. Assim, a proposta da PEC enviada pelo governador Doria à Assembleia Legislativa veda a aplicação da sua incorporação apenas aos servidores remunerados por subsídio.

Prazo para cessar o exercício da função após solicitação da aposentadoria

Propõe a revogação da disposição de que, após 90 dias da apresentação do pedido de aposentadoria voluntária, instruído com prova de ter cumprido os requisitos necessários à obtenção do direito, poderá cessar o exercício da função pública, independentemente de qualquer formalidade. Assim, o servidor só deverá se aposentar quando efetivamente tiver sua aposentadoria concedida pelo órgão gestor de previdência.

Incorporação de vantagens em razão de exercício de cargo ou função

Propõe a revogação do artigo 133 - gratificação de representação, com adequação à EC 103/2019, cujo artigo 1º acrescentou o §9º ao artigo 39 da Constituição Federal, vedando expressamente a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculados ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

Disposições gerais

- Para o servidor que entrou no serviço público em cargo efetivo após a implantação do regime de previdência complementar ou aderiu ao regime, a média será limitada ao valor máximo do salário de contribuição do Regime Geral de Previdência.
- Considera-se remuneração do servidor público no cargo efetivo, para fins de cálculo de aposentadoria, o valor constituído pelo subsídio, pelo vencimento e pelas vantagens pecuniárias permanentes do cargo, estabelecidos em lei, acrescidos dos adicionais de caráter individual e das vantagens pessoais permanentes, observados os demais critérios legais (11, Art. 4º).
- A idade e o tempo de contribuição serão apurados em dias para o cálculo do somatório de pontos.
- Poderão ser excluídas da média as contribuições que resultem em redução do valor do benefício, desde que mantido o tempo mínimo de contribuição exigido, vedada a utilização do tempo excluído para qualquer finalidade previdenciária
- Para o cálculo da média as remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados mês a mês de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- Os proventos das aposentadorias não poderão exceder à remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria.

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP, DCE das FATECs e Representação estudantil da Unesp

Bolsodoria em ação...

VAMOS À LUTA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA DE DORIA E O CONFISCO EM NOSSOS SALÁRIOS!

Fórum das Seis soma forças com o funcionalismo e chama para ato na Alesp em 26/11, 15h. Indicativo é de paralisação!

O governador João Dória enviou à Assembleia Legislativa (Alesp), no dia 13/11, o projeto de reforma da previdência para o estado de São Paulo. Trata-se de um projeto de lei complementar (PLC 80/2019) e uma proposta de emenda constitucional (PEC 18). De um modo geral, os textos visam a adaptar o estado de São Paulo à reforma federal, aprovada no Congresso Nacional e promulgada em 12/11. O Fórum das Seis está preparando um boletim com mais detalhes sobre as medidas.

De imediato, o que se sabe é que as mudanças são pesadas, com o aumento da alíquota de contribuição de 11% para 14%, regras de transição que dificultam a aposentadoria aos atuais servidores e regras ainda mais duras para os futuros servidores.

No dia 19/11, uma primeira manifestação do funcionalismo foi realizada na Alesp, com representações de todas as categorias do serviço público. Os esforços agora se voltam para uma segunda manifestação, mais ampla e mais vigorosa, no dia 26/11.

O Fórum das Seis indica aos servidores docentes e técnico-administrativos das universidades que paralisem as atividades no dia 26/11 e montem caravanas para participar do ato conjunto com os servidores paulistas no dia 26/11. Se a decisão for pela participação no ato em SP, é preciso avaliar as duas alternativas possíveis: integrar as caravanas da Apeoesp



Ato na
Alesp em
19/11

ATO DO FUNCIONALISMO PÚBLICO DE SÃO PAULO

CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA DO DÓRIA

NÃO AO CONFISCO DE 14%

26/11

TERÇA EM FRENTE À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

14h

FORUM das seis

PROCURE SUA ENTIDADE PARA O TRANSPORTE

(em caso de número menor de participantes) ou organizar caravana própria (informe-se em sua entidade).

A hora da luta é agora!

Nossa resposta a este duro ataque do governo Dória só pode ser a **MOBILIZAÇÃO!** Se queremos impedir o desmonte da Previdência paulista e o confisco salarial, o caminho é a luta dos servidores públicos do estado. As entidades que representam o funcionalismo público estadual começam a discutir a possibilidade de uma GREVE GERAL UNIFICADA. O Fórum das 6 indica que este debate seja feito nas Assembleias das categorias.

Nas páginas seguintes, veja como o aumento da alíquota arrocha ainda mais os nossos salários. Confira também os principais pontos da reforma



Reforma de Doria = Confisco salarial

Nos últimos anos, os salários do funcionalismo público paulista têm descido ladeira abaixo, com raros reajustes e muito aquém da inflação.

Nas universidades estaduais paulistas e no Centro Paula Souza, não é diferente.

Nas universidades, se considerarmos o período de maio/2015 a maio/2019, seria necessário um reajuste de 15,75% em maio/2019 apenas para repor o que a inflação comeu. No entanto, em maio/2019 o Cruesp reajustou os salários em apenas 2,2%. Na Unesp, que não recebeu nem mesmo os percentuais pagos na Unicamp e na USP em maio/2016 (3%) e em maio/2019 (2,2%), seria necessário um reajuste de 19,05% em maio/2019 para recuperar o poder aquisitivo de maio/2015.

No Centro Paula Souza, desde 2014 o único reajuste foi concedido em março/2018 (7% para professores e auxiliares



de docente e 3,5% para servidores técnico-administrativos). Para repor o poder de compra dos salários aos níveis de 2014, seria necessário um reajuste de aproximadamente 33% em 2019.

Neste cenário, o aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14% tem um impacto ainda mais pesado. Já encolhidos, os salários vão perder mais 3% de seu poder de compra. Nesta conta simples, é possível visualizar o prejuízo:

Consideremos um salário de R\$ 4.000,00

Contribuição previdenciária hoje = R\$ 440,00 (11%)

Contribuição com a reforma = R\$ 560,00 (14%)

Um resumo das principais medidas da reforma de Doria

As entidades representativas do funcionalismo paulista vêm se reunindo para organizar a reação e, também, estudar os projetos enviados pelo governador à Alesp. A seguir, confira um resumo preparado por uma comissão das entidades.

As medidas propostas por Doria aplicam-se a todos os servidores estatutários. Para os contratados em regime CLT, as regras são aquelas previstas na reforma já aprovada no Congresso Nacional.

Os dois instrumentos enviados pelo governador à Alesp (a PEC 18/2019 e o PLC 80/2019) operam, juntos, da seguinte forma:

- 1) Ampliam a idade mínima e o tempo de contribuição dos servidores para a aposentadoria;
- 2) Diminuem o valor das aposentadorias e pensões;
- 3) Ampliam a alíquota de contribuição;
- 4) Criam duras regras transitórias;
- 5) Tratam de outras disposições.

Regras sobre a idade e o tempo de contribuição

As tabelas mostram que há um aumento de sete anos para que a mulher se aposente e de cinco para os homens.

Regras atuais para os Servidores Públicos

Idade	Tempo de Contribuição	Sexo
55	30	Servidora
60	35	Servidor

Regra Geral da PEC para os Servidores

Idade	Tempo de Contribuição	Sexo
62	25	Servidora
65	25	Servidor

Comparativo entre as idades mínimas

Atual-Servidores	PEC-Servidore	Diferença-Geral
(Mulher) 55	62	7 anos
(Homem) 60	65	5 anos

Regras de transição

A PEC traz duas regras de transição, que podem ser usadas pelos servidores que já estejam em exercício na data da promulgação da emenda. São elas:

Regra dos pontos

Idade	Tempo de Contribuição	Pontos	Sexo
56	30	86	Servidora
61	35	96	Servidor

- 1- A partir de 01/01/2022- idades sobem para 57 e 62;
- 2- A partir de 01/01/2020- pontos sobem um por ano, até o limite de 100 para mulheres e 105 para homens

Regra do pedágio

Idade	Tempo de Contribuição	Pedágio	Sexo
57	30	Sim	Servidora
60	35	Sim	Servidor

PEDÁGIO- Tempo que, na data da promulgação da emenda faltava para completar 30 ou 35 anos

Regras sobre os cálculos dos proventos

Valor do proventos na regra geral

Os proventos são iguais a 60% do valor que teriam se fossem pagos de forma integral. Ao seu valor, acrescem-se 2% para cada ano que ultrapasse os 20 anos de contribuição que tenha o servidor. Portanto, na regra geral, para receber os proventos integrais, o servidor tem que trabalhar 40 anos.

Nas regras de transição

Os proventos são integrais para quem ingressou no serviço público até 31/12/2003, tendo cinco anos no mesmo nível ou classe de concessão da aposentadoria, quando a regra de aposentação é a regra do pedágio. Para a regra dos pontos, o cálculo dos proventos segue a mesma lógica do cálculo de proventos da regra geral.

Contribuição previdenciária

É elevada dos atuais 11% para 14%

Pensão ao beneficiário do servidor falecido

Na regra atual, a pensão é integral, ou seja, o beneficiário do servidor falecido recebe como pensão o mesmo valor que o servidor receberia se estivesse vivo, até o limite do teto do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). A sistemática de desmonte de Doria inova no pagamento das pensões da seguinte forma:

- 50% do valor da pensão será paga como cota familiar. Além

disso, haverá até cinco cotas de 10% a serem pagas para até cinco beneficiários.

Deste modo, na sistemática atual, um servidor que tenha como único beneficiário seu cônjuge, deixaria para este pensão equivalente aos seus vencimentos ou proventos. Na sistemática proposta, deixaria apenas 60% deste valor como pensão, porque o beneficiário receberia a cota familiar de 50% + uma cota individual de 10%.

Além disso, a proposta de Doria é garantir que possa haver acúmulo de benefícios previdenciários pagos pelo SPPrev (como duas aposentadorias, duas pensões, uma aposentadoria e uma pensão) desde que a situação de acumulação também fosse possível para o servidor que deixa a pensão, se vivo estivesse. Contudo, apenas um dos benefícios permanece integral (o maior deles), sendo que o outro sofre as reduções, de modo que o percentual que se conserva é o que está descrito na tabela abaixo:

Regras sobre acúmulos de Benefícios Previdenciários

Percentual	Limite
80%	Até 1 S. M.
60%	De 1 até 2 S. M.
40%	De 2 até 3 S. M.
20%	De 3 até 4 S. M.
10%	Acima de 4 S. M.

Outros pontos do desmonte da Previdência

- Quer revogar o artigo 133 da Constituição paulista, que prevê a incorporação de décimos;
- Quer criar condições para o pagamento da remuneração dos servidores por subsídios;
- Cria regras específicas de aposentadoria para as carreiras de Policial Civil e dos agentes do sistema carcerário;
- Cria regras de aposentadorias para os deficientes (estipulando tempo mínimo de contribuição e idade mínima, e também classificando a deficiência entre leve, moderada e grave);
- Cria regras específicas para quem trabalhou exposto a agentes nocivos;
- Acaba com o artigo da Constituição paulista que garante o afastamento passados 90 dias do pedido de aposentadoria (recoloca no PLC 80/2019).

Direito adquirido

Há a garantia do direito adquirido, de modo que o servidor que completou todos os requisitos para se aposentar pelo sistema atualmente em vigor e optar por permanecer em atividade, poderá se aposentar pelo sistema atual a qualquer momento.

**NÃO AO CONFISCO!
NÃO À REFORMA!
A HORA DE IR À
LUTA É AGORA!!**



HORA DE MOBILIZAÇÃO

Na esteira do governo federal, Doria envia projeto para reformar a Previdência em São Paulo

Entidades organizam primeiro ato público
EM DEFESA DA APOSENTADORIA
para 19/11/2019, 14h, em frente à Alesp

Nesta quarta-feira, 13/11, o governador João Doria enviou à Assembleia Legislativa (Alesp) o seu projeto de reforma da Previdência dos servidores públicos paulistas. Trata-se de um projeto de lei complementar (PLC 80/2019) e uma proposta de emenda constitucional (PEC 18). O objetivo é adaptar para o estado de São Paulo a reforma aprovada pelo Congresso e promulgada em 12/11.

O material é longo e exige um estudo rápido e apurado por parte das entidades sindicais, o que já está sendo feito. De imediato, o que se sabe é que as mudanças são drásticas, com o aumento da alíquota de contribuição de **11% para 14%**, regras de transição que dificultam a aposentadoria aos atuais servidores e regras ainda mais duras para os futuros servidores.

Na segunda-feira, 11/11, entidades do funcionalismo fizeram uma primeira reunião na Casa do Professor (Apeoesp), em SP, para debater a mobilização contra esse pesado ataque. O Fórum das Seis estava presente. A primeira atividade de peso será um ato público em frente à Alesp no dia 19/11, terça-feira, às 14h.

Além de dificultar e restringir o direito à aposentadoria, o projeto de Doria representa um imediato confisco salarial ao aumentar o percentual de contribuição para 14%. Estamos com os salários arrojados há anos, com nosso poder de compra diminuído mês após mês por conta da inflação não repostada. Sem reação, o prejuízo será grande.



Fórum das Seis conclama: Vamos ao ato na Alesp dia 19/11

O Fórum das Seis conclama os servidores técnico-administrativos e docentes da **Unesp, Unicamp, USP e Centro Paula Souza** a engrossarem a manifestação marcada para 19/11, em frente à Alesp.

Para os companheiros das cidades do interior, a orientação é se deslocar junto com as caravanas da Apeoesp, conforme parceria feita com o Fórum das Seis.

Para mais informações, além de buscar vaga na caravana da Apeoesp em seu município, procure seu sindicato.

VAMOS DEFENDER A NOSSA APOSENTADORIA!

FORUM

das seisSTU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP, DCE das FATECs e Representação estudantil da Unesp

Orçamento 2020

Fórum das Seis encaminha emendas para devolver R\$ 1,2 bi às estaduais paulistas

Prejuízo decorre de renúncia fiscal proposta pelo governo Doria em projeto da LOA para 2020, que deve ultrapassar R\$ 17,4 bilhões

O projeto de lei (PL) 1.112/2019, contendo a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2020, foi enviado pelo governador João Doria à Assembleia Legislativa (Alesp) em 1/10/2019. Além de traduzir em valores (R\$) os índices aprovados para cada setor na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), já aprovada pela casa, a LOA também permite a apresentação de emendas, desde que apontadas as fontes dos recursos.

Levantamento feito pelo Fórum das Seis mostrou que, para 2020, o governo estadual pretende manter e ampliar a política de renúncia fiscal, ou seja, a isenção de impostos para determinadas empresas e setores de atividade econômica. Para o próximo ano, a renúncia prevista é de 11,1%, o que corresponde a um prejuízo de R\$ 17,415 bilhões para os cofres públicos paulistas. É dinheiro que deixa de ser investido em saúde, educação, segurança e outras políticas públicas de interesse da população. Os critérios para a concessão destas isenções são obscuros, assim como os resultados que trariam à sociedade, sempre justificados pela “competição” com outros estados ou apontados genericamente como impulsionadores de mais empregos.

“A renúncia fiscal é criminosa, não há transparência sobre como é decidida e quem tem mais poder de barganha ganha mais isenção. Os recursos são retirados da saúde,



A audiência pública na Alesp, em 23/10. Ao lado, fala Wagner Romão, pela coordenação do Fórum das Seis

da educação, da segurança pública, da habitação, enfim, de todos os setores de políticas públicas, além das universidades paulistas”, denunciou o coordenador do Fórum das Seis, Wagner Romão, durante audiência pública na Alesp no dia 23/10, para debater a LOA 2020, a última de uma série de 19 promovidas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da casa em cidades do interior, entre os dias 2/9 e 23/10/2019.

“O ressarcimento às universidades dos prejuízos causados pela renúncia fiscal poderia atenuar a crise de financiamento que estas instituições atravessam”, destaca o coordenador do Fórum, referindo-se às dificuldades financeiras geradas pela política de expansão de vagas sem recursos perenes, às manobras na base de cálculo do ICMS (o governo retira indevidamente algumas alíneas antes do repasse às universidades) e à crescente insuficiência financeira (diferença entre o que elas arrecadam de contribuições previdenciárias e o que efetivamente pagam de aposentadorias e pensões, que deveria ser coberta pelo governo, de acordo com a lei de criação da SPPREV, a LC 1.010/2007).

O quanto as universidades deixarão de receber em 2020 por conta da RENÚNCIA FISCAL



UNESP:
R\$ 306,24 milhões

UNICAMP:
R\$ 286,78 milhões

USP:
R\$ 656,90 milhões



O prejuízo das universidades em 2020

Devido à renúncia fiscal prevista (R\$ 17,415 bi), as universidades estaduais paulistas deixarão de receber R\$ 1,248 bi no ano que vem.

A conta é a seguinte: Unesp, Unicamp e USP recebem 9,57% da quota-parte do estado na arrecadação total do ICMS, que é de 75%; os outros 25% vão para os municípios. Portanto, o estado deixará de arrecadar R\$ 13,061 bi por conta da renúncia fiscal em 2020 (75% do total). Se calcularmos 9,57% sobre esse valor, chegamos ao prejuízo de R\$ 1,248 bi para as universidades, assim distribuídos, de acordo com o percentual que cada uma recebe:

USP: 0,050295 X 13,061 bilhões = R\$ 656,90 milhões

Unesp: 0,023447 X 13,061 bilhões = R\$ 306,24 milhões

Unicamp: 0,021958 X 13,061 bilhões = R\$ 286,78 milhões

Fórum apresentou emendas para universidades e Ceeteps

O Fórum das Seis enviou seu estudo a todos/as os/as deputados/as estaduais, de todos os partidos, solicitando que apresentassem emendas à LOA 2020, prevendo a compensação às universidades pela renúncia fiscal praticada pelo governo. As bancadas do PT e do PSOL atenderam ao pedido e protocolaram emendas com este teor.

Ambas as bancadas apresentaram outras propostas de emendas, solicitando mais recursos para itens específicos,

como os hospitais universitários (da USP e da Unicamp), construção e reforma de blocos de moradia estudantil (*campi* da Unesp em Presidente Prudente e Franca), entre outras.

O Fórum das Seis está fazendo um levantamento de todas as emendas à LOA 2020 que estejam relacionadas às universidades para divulgar junto à comunidade.

Emendas para o Centro Paula Souza

Também há emendas solicitando mais recursos para as escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs) do Centro Paula Souza (Ceeteps). Há emendas específicas que pleiteiam recursos para a concessão de reajuste salarial e a implantação de um plano de saúde para os trabalhadores do Ceeteps.

Como tramita a LOA 2020

No dia 1/11, o projeto de LOA 2020 enviado pelo Executivo deu entrada na Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) da Alesp. Caberá à Comissão elaborar um relatório, contemplando as emendas que julgar pertinentes, e enviá-lo para votação final em plenário, o que precisa acontecer ainda este ano.

O Fórum das Seis acompanha o processo e vem conversando com o maior número possível de deputados, explicando a importância das emendas que pedem mais recursos para as universidades e o Centro Paula Souza.

**Campanha
do Fórum
das Seis
para as
redes sociais
sobre a
renúncia
fiscal**

RENÚNCIA FISCAL É O GRANDE PROBLEMA DO ORÇAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO. A PROPOSTA PARA A LEI ANUAL ORÇAMENTÁRIA (LOA) DE 2020 PREVÊ QUE O ESTADO DEIXARÁ DE ARRECADAR O TOTAL DE:

**R\$ 17,4
BILHÕES**

FORUM das seis

COMO REDUZIR A CRISE DE FINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES? DESTINAR UMA PARCELA DA RENÚNCIA FISCAL, PRATICADA PELO ESTADO, SERIA UMA SOLUÇÃO!

**R\$ 1,2
BILHÃO**

SERÁ O VALOR REPASSADO ÀS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS, CASO A PROPOSTA DO FÓRUM DAS SEIS SEJA INCLUÍDA NA LOA 2020

FORUM das seis

A RENÚNCIA FISCAL PROPOSTA PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO PARA 2020 PREVÊ QUE A UNESP DEIXARÁ DE RECEBER UM TOTAL DE

**R\$ 306,2
MILHÕES**

FORUM das seis

VOCÊ SABE QUANTO A UNICAMP DEIXARÁ DE RECEBER POR CAUSA DA RENÚNCIA FISCAL PROPOSTA PELO GOVERNO DE SÃO PAULO PARA 2020?

**R\$ 286,7
MILHÕES**

FORUM das seis

COM A RENÚNCIA FISCAL PROPOSTA PELO GOVERNO DE SÃO PAULO PARA 2020, A USP NÃO RECEBERÁ UM TOTAL DE

**R\$ 656,9
MILHÕES**

FORUM das seis

*Especial - CPI das Universidades***Mais do que nunca, a defesa da autonomia universitária é nossa principal tarefa!**

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada na Assembleia Legislativa de SP (Alesp) para investigar a gestão das universidades estaduais paulistas completa cinco meses de funcionamento. Cercada de polêmicas, algumas explícitas e outras nem tanto, as reuniões têm alternado demonstrações de arrogância, desconhecimento e obscurantismo sobre o que são estas instituições, o papel que cumprem e os seus reais problemas.

A CPI é composta por nove deputados titulares e seus suplentes. Os titulares são: Wellington Moura (Republicanos), Carla Morando (PSDB), Valéria Bolsonaro (PSL), Professora Bebel (PT), Leci Brandão (PCdoB), Barros Munhoz (PSB), Arthur do Val (DEM), Daniel José (Novo) e Professor Kenny (PP).

O Fórum das Seis vem acompanhando de perto todas as sessões. Desde o início, estabeleceu contato com os/as deputados/as, especialmente aqueles que vêm se colocando em defesa das universidades.

Na atual etapa, é importante fazer um balanço do que ocorreu até aqui e sinalizar o que pode acontecer após o final dos trabalhos da CPI, previsto para 9/11/2019.

De manobra a instrumento político

A instalação da CPI das Universidades foi fruto de uma manobra da base do governador João Doria na Alesp. Como a regra da casa prevê a instalação de somente cinco CPIs por ano, assessores de deputados do PSDB e de outros leais a Doria ficaram 63 horas na fila, em março deste ano, para evitar que uma CPI para investigar a Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S.A.) constasse entre os primeiros cinco pedidos. A Dersa, empresa do governo paulista, está no centro das atenções porque seu ex-diretor Paulo Vieira de Souza encontra-se preso, sob a acusação de peculato e formação de quadrilha. A manobra deu certo e a CPI da Dersa rolou ribanceira abaixo na lista dos requerimentos. Deputados de oposição ao governo Doria também tentaram emplacar, sem sucesso, uma comissão para investigar isenções fiscais concedidas a grandes empresas ao longo dos últimos 10 anos, que somam um total de renúncia de receitas de, aproximadamente, R\$ 115,5 bilhões. Uma conta rápida mostra que, somente para as universidades estaduais paulistas, isso gerou uma perda de cerca de R\$ 11,5 bilhões neste período.

O resultado de toda esta armação foi a instalação



Foto: Assessoria Alesp

A primeira sessão da CPI, em 24/4/2019, foi marcada por polêmicas a partir de entrevista de Wellington Moura dois dias antes

de cinco CPIs que não ameaçam o governo. Além das universidades, foram aprovadas CPIs para “investigar” irregularidades na Barragem Salto Grande, na venda de animais por canis e pet shops, na gestão da Fundação para o Remédio Popular e na prestação de serviços de táxi aéreo.

A CPI das Universidades foi proposta pelo deputado Wellington Moura – vice-líder do governo na Alesp – e teve início no dia 24/4/2019. O próprio Moura foi eleito presidente e Carla Morando é a vice-presidente, ambos da estreita confiança do governador. A relatoria ficou para Valéria Bolsonaro.

Nuvens da inquisição

O início dos trabalhos da CPI foi marcado pela polêmica sobre o objetivo ideológico por trás da iniciativa. Na esteira de posicionamentos impensáveis até pouco tempo atrás,



→ por parte do presidente da República e dos ministros da Educação que se sucederam, especialmente contra as universidades federais, a CPI paulista foi cenário de manifestações obscurantistas antes mesmo de começar. O próprio Moura, em entrevista ao jornal *O Estado de SP*, disse que havia um “predomínio da esquerda” nas universidades estaduais e que um dos objetivos da CPI seria o de “analisar como as questões ideológicas estão implicando no orçamento” (22/4/2019). Confrontado em plenário, negou que fosse essa a intenção.

Deputados da extrema direita, como o suplente Douglas Garcia (PSL), que é vice-presidente do movimento conservador Direita São Paulo, protagonizaram shows à parte, com afirmações de que as universidades públicas paulistas são a “vergonha do país”, um “antro de libertinagem”, entre outras. Valéria Bolsonaro, sua titular, fez inúmeras intervenções questionando o conteúdo das pesquisas – “para que tantas pesquisas sobre o aborto?” – e cobrando critérios para a concessão das bolsas de fomento.

Na sessão de 9/9/2019, em que compareceram para oitivas à CPI os pró-reitores de Pesquisa da Unicamp e da Unesp, respectivamente Munir Skaf e Carlos Frederico de Oliveira Graeff, a deputada do PSL quis saber qual é o critério para uma pesquisa durar 20 anos. Skaf lhe respondeu que era físico, estava na Unicamp há 23 anos e, em todo esse tempo, tem pesquisado a mesma área. “Há uma onda de propagação da ignorância que faz, por exemplo, com que doenças sob controle voltem por causa do questionamento da vacina”, comparou o pró-reitor da Unicamp. Na mesma sessão, Carla Morando fez coro às recorrentes defesas do colega Daniel José, e perguntou se não seria mais “interessante” priorizar uma ou duas áreas para investir, citando como exemplo “exatas e biológicas”. Skaf rebateu com outra comparação: “A senhora assistiu a Lista de Schindler? Viu que os soldados separam as pessoas e mandam para o trem as que não consideram essenciais? É isso que querem fazer hoje com História e Literatura e já temos até gente opinando que o nazismo não é de direita.”

Graef, da Unesp, completou dizendo que este tipo de raciocínio não leva em conta os impactos sociais que uma pesquisa pode ter.

Pedidos absurdos, aliás, têm mostrado o tamanho do

Os três reitores já compareceram à CPI. Do alto para baixo: Marcelo Knobel, Vahan Agopyan e Sandro Valentini. Ao lado do reitor da Unesp, Carla Morando e Wellington Moura, respectivamente vice-presidente e presidente da CPI

desconhecimento que a maioria dos deputados da CPI mantêm em relação à universidade pública. Na sessão do dia 4/9, por exemplo, Carla Morando fez aprovar requerimento para que Unesp, Unicamp e USP apresentem “uma relação de todas as pesquisas realizadas” com verba própria em cada universidade nos últimos oito anos, com as seguintes informações especificadas “no Excel”: título e objeto da pesquisa, valor gasto pela universidade e por terceiros (de forma discriminada), responsável pela pesquisa, resultado da pesquisa, qual o benefício para a universidade e para a sociedade, prestação de contas dos valores recebidos” etc.

As nuvens da ignorância e do obscurantismo, que pairam sobre o país governado pelo presidente cujo guru filósofo defende a teoria de que o planeta é plano, não poderiam deixar as estaduais paulistas a salvo, é claro. Mas esse viés ideológico, embora presente e persistente, não parece ser o objeto central dos trabalhos da CPI agora.

Autonomia, o provável alvo

O Fórum das Seis vem interagindo com os deputados, especialmente aqueles sensíveis à importância das universidades, fornecendo-lhes informações e sugerindo a escolha de temas que possam expor as razões da crise de financiamento das universidades públicas paulistas, tais como:

- A quebra do compromisso empenhado pelo governo estadual, de que repassaria recursos perenes às universidades estaduais paulistas para compensar os seguidos processos de expansão a partir dos anos 2000.

- As manobras feitas pelo governo estadual antes de repassar os 9,57% do ICMS-Quota-Parte do Estado às universidades. Inevitavelmente, o governo retira da base de cálculo os recursos destinados a itens como Programas de Habitação, juros de mora e dívida ativa. E o detalhe é que estes itens não são extraídos da quota-parte que vai para os municípios. Só para se ter uma ideia do tamanho do prejuízo que isso causa às universidades, no período de 2014 a 2018 elas deixaram de receber um total de R\$ 1,5 bilhão.

- A responsabilidade do governo na insuficiência financeira das universidades. Como se sabe, de acordo com a lei que criou a SPPrev, a Lei Complementar 1.010/2007, a responsabilidade pelo pagamento da “diferença



Fotos: Assessoria Alesp





entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores”, inclusive dos aposentados, é do tesouro estadual. O detalhe é que o governo cumpre a lei... menos para as universidades estaduais. Em 2017, a insuficiência financeira média correspondeu, aproximadamente, a 20% dos repasses oriundos do ICMS para as universidades paulistas.

■ O papel decisivo que as universidades estaduais paulistas cumprem para o desenvolvimento do país, respondendo por cerca de um terço da produção científica nacional. USP, Unesp e Unicamp praticamente dobraram de tamanho nos últimos 20 anos em número de matrículas de estudantes de graduação e pós-graduação. Ampliaram muito sua produção em pesquisa e extensão, com aproximadamente o mesmo número de docentes e uma diminuição do total de técnico-administrativos.

No entanto, já está claro que essas preocupações não estão no horizonte da maioria dos membros da CPI. Ao contrário, começam a ganhar corpo declarações que questionam a autonomia universitária, especificamente no que diz respeito à garantia de vinculação orçamentária (o percentual de 9,57% da quota-parte do Estado no ICMS) e a gestão desses recursos. Na sessão de 28/8, por exemplo, o deputado Carlão Pignatari, que é líder do governo na Alesp e não é membro da CPI, compareceu para dizer que defende a manutenção da “autonomia pedagógica”, mas que é preciso “abrir a discussão” sobre aspectos da gestão financeira. A deputada Valéria Bolsonaro, a relatora da CPI, pegou carona na fala do colega e foi enfática ao afirmar que “é preciso rever essa autonomia para que ela não se torne uma soberania das universidades”, dando claros indícios de que pode incluir o tema no relatório final.

Problemas centrais estão à deriva

Não houve na CPI, até este momento, um debate sobre os problemas substantivos das universidades, que ameaçam paralisá-las a curto prazo. Pouca atenção tem sido dada às históricas reivindicações por mais recursos para combater a crise de financiamento que as atinge, encaminhadas pelo Fórum das Seis nos últimos anos. O que predomina é uma incursão errática em assuntos que não têm peso maior no que diz respeito à preservação das universidades públicas paulistas.

Aparentemente com o intuito de zelar pela boa gestão dos recursos para os universos públicos, a maioria dos deputados têm mantido o foco na

investigação da observância da aplicação do subteto estadual; no que consideram altos salários; nos eventuais desvios que julgam possam estar ocorrendo no pagamento de diárias; no que imaginam que deva ser a jornada de trabalho docente; no caráter, no financiamento e nos temas das pesquisas produzidas. Certamente, eventuais desvios na aplicação dos recursos públicos em qualquer instituição pública devem ser apontados e corrigidos, mas, no caso das universidades estaduais paulistas, como descrito anteriormente, há uma situação emergencial decorrente do não cumprimento da Lei 1.010/2007 por parte do governo estadual e do subfinanciamento estatal. Se esta situação não for superada em curto prazo – mesmo que todos os problemas administrativos, reais ou não, atribuídos pela CPI às universidades, sejam resolvidos – as condenará ao aprofundamento do processo de sucateamento a que estão submetidas há vários anos, aproximando-se rapidamente de um grau de deterioração de difícil reversibilidade.

Pelo andamento que teve até agora e considerando as manifestações da maioria dos deputados que compõem a CPI, a autonomia universitária, que completa três décadas este ano, em grande parte responsável pelo desenvolvimento expressivo das estaduais paulistas neste período, corre sérios riscos. Também corre riscos o tripé ensino, pesquisa e extensão, que propiciou a excelência da produção de ciência, tecnologia e pensamento crítico em nossas universidades. A CPI parece caminhar na direção oposta ao que está estabelecido no artigo 207 da Constituição Federal de 1988: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Atenção e mobilização

Há, portanto, um cenário de desastre iminente sendo construído contra as universidades públicas paulistas, que tende a agravar a dinâmica de desmonte a que estão submetidas, e que vai na direção de submetê-las aos interesses da iniciativa privada, com a perspectiva da concepção neoliberal de estado mínimo, modificando a natureza e rebaixando a qualidade dos serviços que têm prestado ao estado de São Paulo e ao país.

Diante disso, o Fórum das Seis conclama toda a comunidade universitária a aumentar o seu engajamento na luta em defesa da Unesp, da USP e da Unicamp, porque entende que é hora de resistir ativamente aos ataques atuais e aos que virão contra essas instituições, que constituem um valioso patrimônio do povo paulista e brasileiro, e cuja preservação é fundamental para a sustentabilidade da soberania nacional.

Fique atento às informações e convocações de sua entidade representativa!



Publicação especial do Fórum das Seis, sobre os 30 anos da autonomia, pode ser conferida no site da sua entidade: um pouco da história, da importância e dos desafios que esta conquista enfrenta agora

Mais um capítulo na luta por nossos direitos

13 de agosto é Greve Nacional pela Educação, contra a reforma da Previdência e por Empregos

Fórum das Seis indica adesão na Unesp, Unicamp, USP, ETECs e FATECs

Em defesa da educação pública, contra a destruição da aposentadoria e o desemprego. Estes são os eixos centrais do novo dia nacional de luta convocado pelas centrais sindicais, entidades estudantis e de trabalhadores da educação de todo o país.

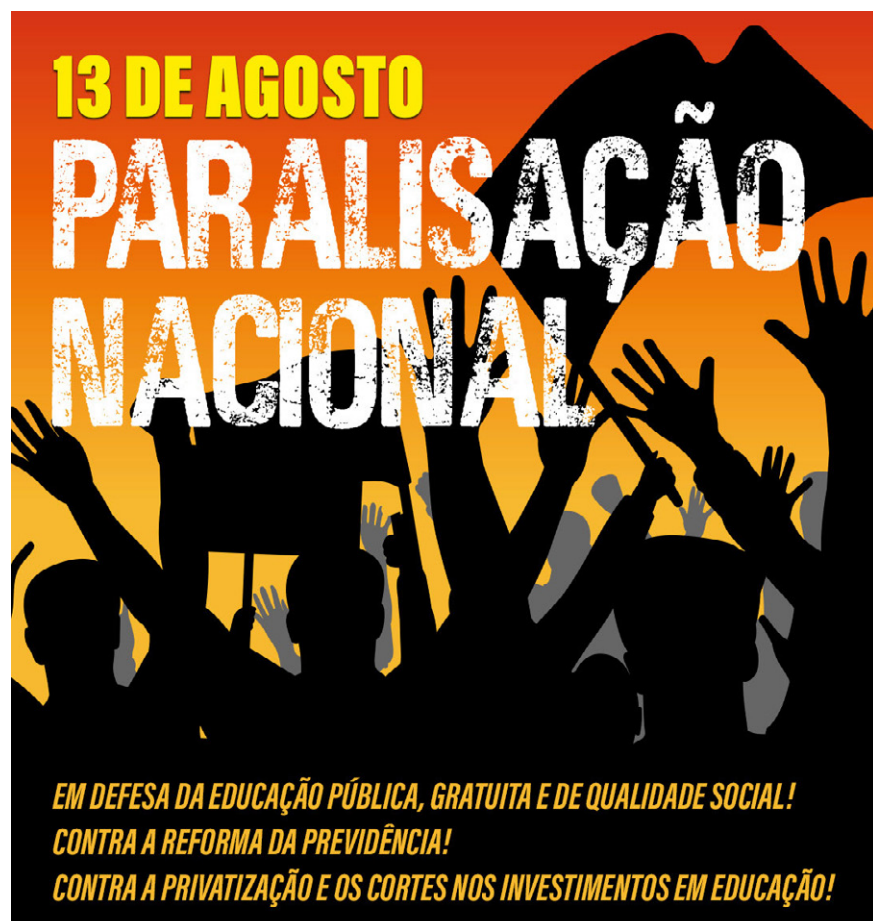
Reunidas em 31 de julho as entidades sindicais e estudantis que compõem o Fórum das Seis aprovaram o indicativo de adesão nas universidades estaduais paulistas e no Centro Paula Souza. Além de paralisar o trabalho, a orientação é pela participação nos atos e manifestações, que devem ocorrer nas capitais e maiores

municípios do estado.

Convocado inicialmente pela Confederação Nacional da Educação (CNTE) e entidades de trabalhadores e estudantis da educação (Andes-SN, Fasubra Sindical, FENET, UNE, UBES, ANPG e outras), como mais um dia nacional em defesa da educação pública, em continuação aos atos gigantes de 15 e 30 de maio, o 13 de agosto acabou ganhando uma amplitude maior. Com o apoio das centrais sindicais, a data também está sendo chamada como “**Dia Nacional de Mobilização, Paralisações, Assembleias e Greves Contra a Reforma da Previdência, em Defesa da Educação Pública e por Empregos**”.

Educação

Os ataques do governo Bolsonaro estendem-se ao conjunto da educação, ciência e tecnologia públicas, com cortes de bolsas no sistema CAPES, contingenciamentos enormes no MEC, pressões sobre órgãos públicos por publicizarem informações que comprometem o governo, como é o caso do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), respectivamente criticados pelo presidente da República quanto à divulgação de dados sobre o desmatamento e o desemprego no país. A mais recente investida é o programa anunciado para as universidades federais, o “Future-se”, que submete estas instituições à lógica do mercado e aponta para o desmonte do tripé ensino/pesquisa/extensão, que



sustenta a lógica de produção de conhecimento socialmente referenciado.

Nas universidades estaduais paulistas, não nos faltam motivos para protestar: as instituições vivem uma crise de financiamento, nossos salários e benefícios estão arrojados, carreiras e contratações estão praticamente congeladas, nossas condições de trabalho se deterioram a cada dia.

Previdência

Em relação à Previdência, o protesto é contra o pacote de medidas da PEC 6/2019, aprovadas em primeiro turno na Câmara dos Deputados, que restringem o acesso e o direito à aposentadoria de dezenas de milhões de trabalhadores. A expectativa é de que, antes da votação da PEC 6/2019 em segundo turno na Câmara dos Deputados, as cidades do país sejam ocupadas por mobilizações, manifestações e atos contra o fim da aposentadoria, mostrando ao Congresso Nacional que a luta não acabou e que os trabalhadores resistirão pelo direito de se aposentar!



Desemprego

Em relação, ao desemprego, o protesto é contra o altíssimo número de pessoas sem trabalho no país, uma das facetas mais perversas da política econômica em vigor. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que o desemprego no país foi de 12%, em média, no segundo trimestre deste ano, o que significa um universo de 12,8 milhões de pessoas à procura de colocação no mercado de trabalho. Dentre os que têm alguma ocupação, há 24,1 milhões atuando na informalidade.

Um grito contra o governo Bolsonaro!

O **13A** ganha mais força e adesões cada vez que o governo de Jair Bolsonaro (PSL) anuncia uma nova medida contra a educação pública e os direitos da classe trabalhadora, ou desfere alguma atrocidade verbal contra mulheres, negros, LGBTs e outros.

No **13A**, vamos protestar contra os profundos ataques aos nossos direitos sociais e trabalhistas, contra a educação e a saúde públicas, contra a privatização dos serviços públicos! **Vamos parar o Brasil e mostrar nossa força!**

Cruesp promove evento pelos 30 anos da autonomia. Fórum das Seis vai participar

No dia 15 de agosto, o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) promoverá um encontro comemorativo aos 30 anos da autonomia universitária. De acordo com o folder do evento, o objetivo é resgatar aspectos históricos, debater o atual cenário da autonomia acadêmica e de gestão das três instituições e reunir reflexões sobre os desafios à sua manutenção.

Foram convocados a participar os membros dos três conselhos universitários. As atividades serão realizadas no auditório do Centro de difusão Internacional (CDI) da USP, em São Paulo.

São aguardadas autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como personagens da época – a autonomia foi decretada pelo então

governador Orestes Quércia, em fevereiro de 1919 –, como Almino Affonso, vice-governador em 1989, e Luiz Gonzaga Belluzo, secretário de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico à época.

O Fórum das Seis recebeu convite para participar do evento e está produzindo um folheto para resgatar o cenário em que se deu a autonomia, em meio a intensas lutas de trabalhadores e estudantes da Unesp, Unicamp e USP, bem como debater os desafios impostos no cenário atual, de séria crise de financiamento, em que a autonomia financeira se sustenta, cada dia mais, à custa de arrocho salarial e deterioração das condições de trabalho. Representantes do Fórum farão uso da palavra na reunião conjunta dos três conselhos universitários, prevista para o período das 9h às 10h.

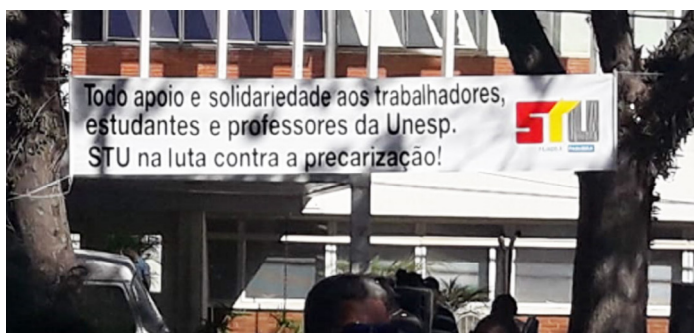
Data-base 2019**Fórum insiste na reabertura
das negociações**

O Cruesp ainda não atendeu à solicitação do Fórum das Seis, de reabertura das negociações sobre a data-base. Além de discutir as questões salariais, o objetivo é debater os demais pontos da Pauta Unificada 2019, que abordam questões muito relevantes, como a permanência estudantil, as condições de trabalho e a previdência. A alegação dos reitores, de que a negociação pré-agendada para outubro torna desnecessária nova mesa agora, não é aceitável.

O Fórum também cobra a imediata instalação dos dois grupos de trabalho (GT) acordados em maio, para estabelecer uma política salarial para as três Universidades nos próximos anos e para acompanhar a proposta de Reforma da Previdência.

Quebra da isonomia

Desde maio/2015, servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp deixaram de receber o correspondente a cinco salários brutos. Na USP e na Unicamp, a perda é de



Ato do Fórum das Seis na Unicamp, em 12/6: Solidariedade ativa aos trabalhadores da Unesp

aproximadamente quatro salários brutos. Esse enorme prejuízo é decorrente do arrocho salarial imposto pelas reitorias de maio/2015 a maio/2019.

Para recompor essas perdas, em maio deste ano a USP e a Unicamp deveriam ter concedido um reajuste de 15,75%. Na Unesp, que não honrou o reajuste de 3% da data-base de 2016, esse percentual deveria ter sido de 19,05%.

Com a concessão de 2,2% na USP e na Unicamp em maio/2019, e zero na Unesp, a situação ficou ainda pior. Com a “soma” dos zeros de 2016 e 2019, os servidores docentes e técnico-administrativos da USP e da Unicamp, ainda que com reajustes abaixo da inflação, já percebem uma remuneração 5,27% acima da praticada na Unesp, o que representa um duro golpe no já frágil sistema público de ensino superior paulista.

7/7 é dia de “Marcha pela Ciência” na Paulista

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e outras entidades ligadas à ciência e à educação estão organizando atividades em todo o país para o final de semana de 6 e 7 de julho. Em São Paulo, a “Marcha pela Ciência SP 2019” será realizada na Av. Paulista, com uma série de atividades concomitantes (*veja a seguir*).

A iniciativa guarda relação com o Dia Nacional da Ciência e o Dia Nacional do Pesquisador, 8 de julho, data de fundação da SBPC, em 1948. Também haverá atividades em outras capitais, como Belo Horizonte (6/7), Rio de Janeiro (7/7) e Brasília (10/7). O objetivo é defender a ciência e a educação, levando às ruas a produção científica das universidades, em contraponto à difícil conjuntura vivida pela ciência nacional, com cortes de recursos e tentativas de cerceamento.

Em São Paulo, as associações docentes das universidades estaduais paulistas (Adunesp, Adunicamp e Adusp) apoiam a organização da Marcha junto com a SBPC, Cientistas Engajados, Academia de Ciências do Estado de São Paulo (Aciesp), Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo (APqC) e Instituto Questão de Ciência (Iqc).

**Como será em SP**

No dia 7/7, a Av. Paulista será palco de três atividades concomitantes:

- “Feira de Ciências”, das 10h às 17h.
- “Varal de Banners de Congresso”, das 14h às 17h.
- “Caminhada contra o obscurantismo”, com início às 14h.

Deputados aprovam LDO 2020 com milionária isenção de impostos. Para as universidades, nada de novo no front

A Assembleia Legislativa de SP aprovou o Projeto de Lei (PL) 578/2019, de autoria do Poder Executivo, contendo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2020. A votação aconteceu no dia 26/6, com 68 votos a favor e 12 contrários. A LDO determina os percentuais do orçamento para cada setor (educação, saúde, habitação etc.) no ano seguinte.

O texto aprovado incorporou as emendas acatadas pelo relator Alex da Madureira (PSD) no âmbito da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP). Nenhuma das propostas elaboradas pelo Fórum das Seis e apresentadas por deputados de oposição foi aceita. Entre as emendas, as principais eram:

- Destinação de 33% do total da receita de impostos para o conjunto da educação pública paulista (atualmente, esse percentual é de 30%).

- Ampliação da dotação das universidades dos atuais 9,57% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS – Quota-Parte do Estado) para 11,6% do total do produto do ICMS-QPE.

- No caso do Centro Paula Souza, que não tem dotação orçamentária específica – a cada ano, o governador “decide” o quanto vai enviar para as ETECs e FATECs – a reivindicação do Fórum das Seis foi de destinação de 3,3% do ICMS-QPE.

Todas as emendas patrocinadas pelo Fórum reforçavam a expressão “do total do produto do ICMS-QPE”. Isso porque o governo retira da base de cálculo do ICMS uma série de itens antes de fazer o repasse às universidades (Habitação, juros, multas etc.), o que significa expressivo prejuízo às universidades.

A única alteração foi a volta da expressão “no mínimo”

depois dos 9,57% do ICMS, que o projeto do governo havia “esquecido” de inserir.

Os reitores informam que apresentaram uma emenda prevendo a ampliação dos 9,57%, patrocinada pelo deputado Fernando Cury (PPS), mas que também não foi aprovada.

Isenção milionária

A exemplo do que aconteceu nos anos anteriores, a proposta de LDO enviada pelo Executivo à Alesp contempla uma milionária renúncia fiscal para o setor privado, num volume de R\$ 17,4 bilhões, cerca de 11% do total previsto para o ICMS em 2020. O texto aprovado mantém em sigilo quais são as empresas beneficiadas e as contrapartidas oferecidas.

Essa milionária isenção impacta diretamente a educação. Para as universidades estaduais, por exemplo, significa um prejuízo de R\$ 1,248 bi em 2020.

Ação vai prosseguir

A votação da LDO 2020 não trouxe nenhum avanço em relação à insuficiência financeira, o principal elemento que compõe o processo de asfixia orçamentária e financeira das universidades.

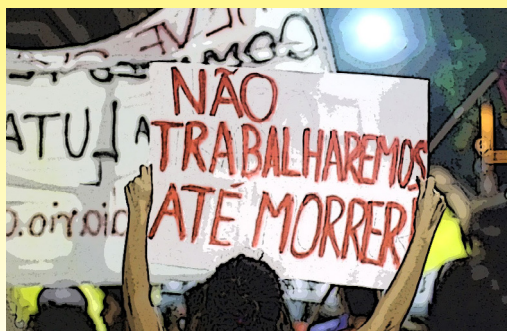
As entidades que compõem o Fórum das Seis continuarão cobrando na Assembleia Legislativa e junto ao governo a ampliação de recursos para o conjunto da educação pública, as universidades e o Centro Paula Souza, quando da discussão do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária (LO) 2020.

Centrais convocam nova mobilização contra a reforma da Previdência para 12 de julho

As centrais sindicais estão convocando para 12 de julho mais um dia nacional de mobilizações contra a reforma da Previdência.

A data coincide com o grande ato que a União Nacional dos Estudantes (UNE) vai realizar em Brasília, em defesa da educação e dos serviços públicos, por ocasião de seu congresso nacional, para o qual são esperados milhares de estudantes. No mesmo período, de 11 a 14 de julho, o Andes-SN realiza o seu 64º Conad e também vai engrossar o ato na capital federal; representantes das associações docentes das estaduais paulistas estarão presentes.

No dia 12/7, também estão sendo preparadas atividades nas capitais e cidades do interior em todo o país. O Fórum das Seis apoia as mobilizações e conchama



trabalhadores e estudantes a se somarem a elas em seus municípios e regiões.

O 12 de julho é mais uma etapa de luta contra a reforma da Previdência, após os atos de 15 e 30 de maio e a greve geral em 14 de junho. A PEC 6/2019, que contém as propostas do governo Bolsonaro para a reforma da Previdência, apresenta medidas danosas aos trabalhadores,

como é o caso da combinação entre o aumento da idade mínima e o aumento do tempo de contribuição, que jogará milhões de trabalhadores brasileiros na chamada geração de “inapensáveis”, tendo o direito de se aposentar negado ou, no mínimo, bastante dificultado.

A continuidade das mobilizações é determinante para impedir que isso aconteça.

CPI das Universidades

Oitiva de reitor da Unicamp teve dados sobre falta de recursos e ofensas do presidente da Comissão

O reitor da Unicamp foi o terceiro a ser ouvido na CPI das Universidades, na Assembleia Legislativa. A oitiva de Marcelo Knobel aconteceu no dia 26/6. Assim como os colegas da Unesp e da USP - Sandro Valentini, em 19/6, e Vahan Agopyan, em 24/6 – ele expôs dados sobre a história da Universidade e suas realizações em ensino, pesquisa e extensão.

De modo mais explícito que os outros, Knobel falou sobre a crise de financiamento vivida pelas três universidades. Lembrou que a expansão de *campi* e cursos a partir do início dos anos 2000 não veio acompanhada de recursos perenes, embora houvesse promessas formais do então governador Geraldo Alckmin – de aumento de 0,05% do ICMS Quota-Parte do Estado, no caso da criação do campus de Limeira.

Knobel também enfatizou a asfixia gerada pela insuficiência financeira, que é a diferença entre o que as universidades arrecadam com contribuições previdenciárias e o que efetivamente pagam aos seus aposentados. A insuficiência financeira, que consome mais de 20% do total de ICMS repassado às universidades, deveria ser coberta pelo governo, de acordo com o previsto pela LC 1.010/2007, mas isso não acontece.

O elevado custo do complexo hospitalar da Unicamp (são quatro hospitais) também foi citado pelo reitor. “Atendemos uma região com cerca 6,5 milhões de habitantes, mas não recebemos recursos da Secretaria da Saúde para isso”, apontou. Atualmente, os valores destinados à área da saúde correspondem a cerca de 20% do orçamento total da Universidade. “A Unicamp tem papel fundamental para a saúde na região de Campinas”, frisou.

Arrogância e desconhecimento

A Valéria Bolsonaro (PSL) repetiu a mesma indagação feita aos demais reitores, se não haveria muitas pesquisas “repetidas” na Unicamp. O exemplo foi o mesmo: “Li uma infinidade de pesquisas sobre legalização do aborto. Será que é preciso dar bolsas pra tantas pesquisas com o mesmo tema?”, indagou. Knobel foi enfático ao dizer que o número de pesquisas neste assunto deve ser comemorado, pois expressa a preocupação da comunidade científica com um dos mais graves problemas de saúde pública do país. Ele lembrou, também, que os grupos de pesquisa têm critérios acadêmicos e científicos na seleção dos temas e da concessão de bolsas.

O presidente da CPI, deputado Wellington Moura



O reitor da Unicamp em sua exposição inicial na CPI das Universidades, na Alesp. (Foto José Antonio Teixeira/Alesp)

(PRB) voltou a dar mostras de arrogância. Após cobrar do reitor da Unicamp o envio de contratos e outros dados dos últimos oito anos e ouvir que a informação havia sido dada eletronicamente, Moura disparou: “Nós queremos tudo em papel. Se não for possível, podemos providenciar um mandado de busca e apreensão.”

A arrogância de Moura foi criticada por alguns colegas, como a deputada Bebel (PT) e os deputados Barros Munhoz e Rafa Zimbaldi (PSB). Este último, que não é membro da CPI, disse estar “envergonhado pelo tratamento que o reitor da Unicamp, uma das melhores universidades do mundo”, recebeu na CPI. “Em vez disso, é preciso unir os deputados e cobrar do governador o aumento dos recursos para as universidades”, conclamou.

FORUM

das seis

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP, DCE das FATECs e Representação estudantil da Unesp

Fórum cobra do Cruesp a reabertura das negociações, a isonomia para a Unesp e o debate do conjunto da pauta

O ato estadual promovido pelo Fórum das Seis na Unicamp, no dia 12/6, teve como eixo central a solidariedade de trabalhadores e estudantes da USP, Unicamp e Centro Paula Souza à comunidade da Unesp, submetida a uma dose extra de arrocho salarial com a ampliação da quebra da isonomia na data-base deste ano.

Com a imposição dos “zeros” de 2016 e 2019, quando o índice aplicado pelo Cruesp foi de, respectivamente, 3% e 2,2%, os servidores docentes e técnico-administrativos da USP e da Unicamp, embora com reajustes abaixo da inflação, já percebem uma remuneração 5,27% acima da praticada na Unesp, o que representa um duro golpe no já frágil sistema público de ensino superior paulista.

Além do protesto contra a quebra da isonomia salarial, o ato teve como meta cobrar dos reitores a reabertura das negociações, fechadas unilateralmente, tanto para seguir discutindo as questões salariais, como os demais pontos da Pauta Unificada 2019, que abordam questões relevantes, como a permanência estudantil, as condições de trabalho e a previdência, como outros. A cobrança foi feita por uma comissão de representantes dos sindicatos, recebida pelo secretário do Cruesp, professor José Antônio Rocha Gontijo. Eles também frisaram a necessidade de manter a mesa de diálogo entre as partes, especialmente num momento em que as universidades passam por uma série de ataques, como é o caso da instituição de uma CPI na Assembleia Legislativa.

Gontijo concordou que é preciso cerrar fileiras em torno da defesa das universidades, mas não se comprometeu com a reabertura das negociações, limitando-se a lembrar que isso deve ocorrer em meados de outubro.

Comunicado Cruesp

No dia seguinte ao ato, o Cruesp divulgou comunicado lembrando que está “programada nova reunião com o Fórum das Seis no segundo semestre, conforme a evolução do ICMS no Estado de SP”, destacando que isso ocorrerá na segunda quinzena de outubro, caso a arrecadação até o final de setembro atinja R\$ 80 bi, para uma arrecadação projetada no ano de R\$ 108,2 bi.

O texto também enfatiza que, tendo em vista “a situação financeira atual das Universidades Paulistas e a necessidade de atenuar as perdas salariais ocorridas ao longo dos últimos 12 meses sem, no entanto, aprofundar o déficit orçamentário das Universidades”, o Cruesp estabeleceu o reajuste de 2,2%. No caso da Unesp, repete que a “prioridade é garantir o pagamento do 13º salário de 2019” e que a Universidade avaliará o “melhor momen-



Ato na Unicamp: Solidariedade à comunidade unespiana contra a quebra da isonomia de reajuste

to” para aplicar o índice.

O comunicado diz, ainda, que mantém a proposta de criação de dois grupos de trabalho (GT) para estabelecer política salarial para as três Universidades nos próximos anos e para acompanhar a proposta de Reforma da Previdência.

Por fim, o Cruesp se coloca “à disposição para encaminhar propostas conjuntas que defendam a autonomia universitária e o financiamento público das universidades”.

O texto e a prática

Para o Fórum das Seis, o Cruesp precisa traduzir em medidas efetivas o que afirma no comunicado. Defender a autonomia universitária e o financiamento público das universidades é algo que as entidades sindicais e estudantis das estaduais paulistas têm feito há muitos anos, raramente contando com a participação pública dos reitores.

Defender as universidades passa, também, por defender condições dignas de salário e trabalho para seus professores e servidores técnico-administrativos, bem como permanência estudantil à altura das necessidades de uma grande parcela de estudantes que dela necessitam para se manter na universidade. E isso não pode se resumir a algumas escassas negociações no mês de maio, mas numa mesa permanente que debata estas questões e encontre os caminhos para superar os problemas, como é o caso da inaceitável quebra da isonomia salarial pela Unesp.

Sobre estas bases, o Fórum das Seis mantém na ordem do dia a reivindicação de reabertura das negociações e de imediato início de funcionamento de ambos os GTs, assim como insta as reitorias a negociarem seriamente com os sindicatos de cada universidade as pautas que são específicas de cada categoria.

CPI das Universidades: Desconhecimento e alternativas privatizantes marcaram questionamentos aos reitores da Unesp e da USP

A CPI das Universidades, instituída há cerca de dois meses na Assembleia Legislativa de São Paulo, realizou as oitavas dos reitores da Unesp, Sandro Valentini, e da USP, Vahan Agopyan, respectivamente nos dias 19/6 e 24/6.

Ambos fizeram uma exposição sobre os principais aspectos históricos, estruturas acadêmica e física atuais das instituições, com destaque para a pesquisa desenvolvida. O reitor da Unicamp, Marcelo Knobel, tem oitiva marcada para 26/6.

Mesmo script

Nos depoimentos de Valentini e Agopyan, os questionamentos dos deputados foram muito parecidos. O presidente da CPI, Wellington Moura (PRB), e a vice-presidente, Carla Morando (PSDB), perguntaram repetidas vezes sobre pagamento de diárias e vencimentos acima do teto salarial. As respostas dos reitores foram similares. Sobre as diárias, justificaram-nas pela necessidade de subsidiar deslocamentos entre os *campi* e reitoria, resultantes do espalhamento geográfico das duas universidades. Sobre os pagamentos acima do teto, alegaram estar agindo dentro da legislação e à espera de decisões definitivas no âmbito do TCE.

O deputado Arthur do Val (DEM) quis saber dos reitores se compactuavam com “greves estudantis”, com alunos impedindo professores de darem aulas e fazendo “baderna”. Valentini e Agopyan responderam de modo semelhante, afirmando que as universidades são espaços de debates e posições diferentes, mas que não admitem violência nem cerceamento do direito de outros.

Desconhecimento

Nas oitavas dos reitores, ficou evidente o desconhecimento da maioria dos deputados sobre o que é uma universidade pública e seu papel na sociedade. Moura, por exemplo, perguntou ao reitor da Unesp onde eram publicadas as pesquisas feitas na Universidade, pois gostaria de acompanhá-las. Valentini explicou que não é possível publicá-las em jornais e revistas da grande imprensa, como se fossem matérias jornalísticas, mas sim em publicações científicas.

A deputada Valéria Bolsonaro (PSL) questionou o reitor da USP se não era possível controlar o conteúdo das pesquisas e limitar o acesso a bolsas. “Acho que já vi umas 300 mil pesquisas sobre direito ao aborto”, justificou. Agopyan procurou demonstrar como funcionam os grupos de pesquisa, as fontes de fomento e os critérios de distribuição de bolsas.

Emenda para o HU

O deputado Carlos Giannazi, que não é membro da CPI, acompanhou o depoimento do reitor da USP. Ele fez alguns questionamentos, entre eles o destino da verba de R\$ 40 milhões, aprovada pela Alesp para o HU da USP e, até o momento, não recebida pela Universidade. Agopyan informou que os imbróglis para o repasse estavam sendo sanados e que a verba deve chegar à USP “nos próximos dias”. Segundo ele, será usada metade para custeio e metade para recursos humanos.

“Serão feitas contratações por concurso público?”, perguntou o deputado. O reitor respondeu que não, pois não sabe se poderá contar com verbas semelhantes nos anos seguintes.

Tipos de financiamento e projetos para a Universidade

O deputado Daniel José (Novo) quis saber se as reitorias têm interesse em buscar fontes de financiamento privado. Valentini e Agopyan disseram-se abertos à busca de capital privado, citando exemplo de convênios e parcerias.

Assim como o colega Arthur do Val, Daniel José também apresentou a cobrança de mensalidades como alternativa a ser con-



siderada. “A Constituição não permite”, disse Valentini, lembrando que, mesmo se isso fosse possível, não seria viável na Unesp, por conta da elevada presença de estudantes de baixa renda. “A cobrança não é uma questão ideológica”, frisou Agopyan, citando exemplos de países capitalistas, como a Alemanha, em que as mensalidades têm valores simbólicos. “Mesmo em universidades que cobram valores altos, o montante arrecadado está muito longe de suprir seus custos.”

Sobre a fragmentação da universidade com parte dedicada a cursos de graduação e outra prioritariamente à pesquisa científica, defendida por Daniel José, os reitores não se manifestaram com clareza, deixando no ar sua concordância com um modelo que rompe a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tripé essencial para as universidades estaduais paulistas e pressuposto para a manutenção dos níveis de excelência que alcançaram até hoje.

Quando questionados mais diretamente pelos deputados sobre as medidas adotadas para superar a falta de recursos, os reitores citaram o congelamento das contratações e das carreiras, os programas de demissão voluntária (caso da USP), a redução do comprometimento com folhas de pagamento, entre outras.

Ao tocarem nas dificuldades orçamentárias, Valentini e Agopyan enfatizaram a crise econômica, com a consequente queda na arrecadação do ICMS, como fator determinante, mas também citaram a inclusão social, com o expressivo crescimento do total de alunos oriundos na escola pública, o que demanda mais recursos para permanência estudantil. Valentini chamou a atenção para a insuficiência financeira, lembrando que cabe às universidades arcarem com a diferença resultante entre o que arrecadam com contribuições previdenciárias e o que efetivamente pagam aos inativos autárquicos. “A lei 1.010/2007 diz que a insuficiência deve ser arcada pelo estado, mas o governo afirma que as universidades são parte do estado”, resumiu. Agopyan não entrou neste ponto.

O reitor da Unesp citou em detalhes os processos de expansão e a ausência de recursos permanentes para garanti-la.

Nenhum dos reitores abordou as manobras na base de cálculo do ICMS – o governo retira vários itens antes de fazer o repasse às universidades – como fator de prejuízo para Unesp, USP e Unicamp. Também não cogitaram em nenhum momento a necessidade de aumento do percentual de repasse do ICMS, especialmente por conta da expansão das últimas duas décadas,

Requerimentos aprovados

Na sessão do dia 19/6, foi aprovado requerimento da deputada Bebel (PT), determinando que a Unesp, a Unicamp e a USP informem se o governo do estado de SP está cobrindo os valores da insuficiência financeira, como reza a lei 1.010/2007, que criou a SP-Prev. Em sessão anterior, Bebel também havia aprovado requerimento em que pede a presença de representantes da Secretaria de Estado da Fazenda, para explicar as manobras na base de cálculo do ICMS.

Na sessão de 24/6, foi aprovado requerimento, da mesma deputada, solicitando informações sobre os contratos firmados com terceiros para subsidiar o projeto “USP do Futuro”.

Dia de greve geral mobilizou o país contra a Reforma da Previdência

Relatório na Câmara com recuos é fruto da crise na base do governo e do crescimento da reação popular

Convocada de forma unitária pelas centrais sindicais, a greve geral de 14 de junho (o 14J) registrou paralisações e manifestações públicas em 380 cidades do país, com expressiva adesão na educação em todos os níveis, transportes, bancos, petroleiros, metalúrgicos e outros.

Como havia ocorrido no 15M e no 30M, o 14J levou centenas de milhares às ruas, com foco na luta contra a reforma da Previdência, não aos cortes na educação e por mais emprego. Houve participação muito expressiva nas universidades estaduais paulistas e nas ETECs e FATECs do Centro Paula Souza.

Na véspera da greve geral, o relator da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, deputado Samuel Moreira (PSDB/SP), apresentou seu relatório na comissão especial, expondo alguns recuos em relação à proposta do governo Bolsonaro. Entre as principais alterações introduzidas pelo relator estão:

- Não mexer na aposentadoria dos trabalhadores rurais e no Benefício de Prestação Continuada, ambas medidas muito impopulares, por reduzir o benefício de setores muito pobres da população;
- Não introduzir a desconstitucionalização da legislação previdenciária. Pela proposta de Bolsonaro, após a aprovação da reforma, qualquer futura mudança na Previdência (inclusive aumento de alíquotas ou da idade mínima) poderia ser feita com um simples projeto de lei, que exige maioria simples de votos para ser aprovado. Pelas regras atuais, como se trata de mudança na Constituição, a reforma precisa ser aprovada por 3/5 dos parlamentares, ou seja, mínimo de 308 dos 513 deputados
- Não introduzir o regime de capitalização. Pela proposta de Bolsonaro, deixaria de existir o regime atual (de repartição, mantido com as contribuições mensais de trabalhadores e patrões), para o de capitalização, sistema em que somente o trabalhador contribui (diretamente para um banco/seguradora).
- Manter a correção pela inflação para as aposentadorias pagas pelo INSS, o que havia sido tirado na proposta de Bolsonaro.

Essas mudanças se explicam por duas razões principais: a instabilidade das belicosas relações entre governo Bolsonaro e o chamado “Centrão” e o crescimento das mobilizações populares no país.

Importante lembrar que nem mesmo estas alterações parciais estão garantidas. Quando o relatório chegar para votação em plenário da Câmara, ainda será possível apresentar emendas, retomando o que foi alterado.

Por outro lado, medidas prejudiciais aos trabalhadores ainda permanecem. A combinação entre o aumento da idade mínima e o aumento do tempo de contribuição, por exemplo, vai significar que milhões de trabalhadores brasileiros passarão a compor a chamada geração de “inapensáveis”, tendo o direito de se aposentar negado ou, no mínimo, bastante dificultado.

A continuidade das mobilizações é determinante para impedir que isso aconteça.

Repúdio à repressão

Especialmente em São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro, houve repressão policial e violência contra manifestantes. Na



Algumas imagens da greve geral na base das estaduais paulistas: SP (no alto), Campinas (no centro) e Sorocaba (ao lado)

capital paulista, 10 manifestantes (7 estudantes e 3 funcionários da USP) foram presos aleatoriamente e acusados sem qualquer evidência ou provas de “ações criminosas”. Eles foram soltos somente no dia seguinte, após intervenção de advogados do Sintusp e realização de vigília em frente ao Fórum da Barra Funda, onde ocorreu audiência de custódia, com a presença de parlamentares como Eduardo Suplicy, Carlos Giannazi e Sâmia Bonfim.

O Fórum das Seis repudia essa injustificada repressão às legítimas manifestações populares e saúda a decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, expedida na véspera da greve geral, confirmando o direito à paralisação para motoristas de ônibus no interior do estado de São Paulo. A sentença, proferida pelo desembargador Jorge Luiz Souto Maior, definiu uma multa de R\$ 1 milhão por cada ato “antissindical”, definido por ele como “dar continuidade aos serviços sem negociar com o sindicato ou a comissão de greve” ou “valer-se de qualquer força opressiva, inclusive policial, para reprimir ou inviabilizar atos pacíficos e falas dos trabalhadores em greve”.

FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP, DCE das FATECs e Representação estudantil da Unesp

Fórum convoca ato estadual para 12/6, na Unicamp: Reabertura das negociações, já!

- *Sem mobilização, vão prevalecer o arrocho e o desmonte das universidades*
- *Em defesa da isonomia para os trabalhadores da Unesp*

As entidades que compõem o Fórum das Seis reuniram-se nesta quarta-feira, 5/6/2019, para avaliar os resultados das assembleias de base. Frente à intransigência do Cruesp, que manteve sua proposta rebaixada de reajuste – os 2,2%, que não repõem nem a metade da inflação dos últimos 12 meses – e à decisão da reitoria da Unesp de ampliar a quebra da isonomia salarial, o indicativo do Fórum é pela ampliação das mobilizações e de construção do movimento grevista. Só nossa organização e mobilização podem fortalecer a luta!

O retorno das assembleias indicou o seguinte:

- **STU:** Servidores técnico-administrativos da Unicamp aprovaram adesão à greve, com início em 6/6.
- **Adunicamp:** Docentes da Unicamp decidiram reforçar as mobilizações, dentro e fora da Universidade, ao lado dos outros segmentos, mas sem deflagrar greve neste momento.
- **Sintusp:** Servidores técnico-administrativos da USP mantêm-se mobilizados, mas decidiram não deflagrar greve neste momento.
- **Adusp:** Docentes da USP realizarão assembleia em 6/6.
- **Sintunesp:** Até a realização da reunião do Fórum das Seis, dentre as assembleias feitas, servidores técnico-administrativos de três campi haviam aprovado adesão à greve (Bauru, Botucatu e Assis). Vários *campi* ainda vão realizar assembleia.
- **Adunesp:** Até a realização da reunião do Fórum das Seis, dentre as assembleias feitas, docentes de dois *campi* haviam aprovado adesão à greve (Guaratinguetá e Rio Claro). Restam três assembleias a serem feitas (Bauru, Rio Preto e Instituto de Artes).
- **Sinteps:** Servidores administrativos e docentes das ETECs e FATECs estão em mobilização, mas sem indicativo de greve até este momento.

Em praticamente todas as assembleias foi aprovada a adesão à greve geral do dia 14/6, contra a reforma da Previdência. O indicativo do Fórum é por uma forte mobilização junto às centrais sindicais e aos movimentos sociais na luta contra a reforma!



Na Unicamp, o reitor Knobel antecipou-se e colocou o reajuste de 2,2% em discussão na reunião do Conselho Universitário (Consu) de 5/6, embora pudesse fazê-lo até o dia 25/6, sem comprometer o fechamento da próxima folha de pagamento. Representantes do STU e da Adunicamp distribuíram manifesto denunciando o arrocho salarial presente na proposta e solicitando a reabertura das negociações, fechadas unilateralmente pelo Cruesp. Eles propuseram deixar a discussão sobre o reajuste para uma reunião posterior, proposta que acabou sendo colocada em votação contra a da reitoria, de aprovar imediatamente o reajuste de 2,2%. A proposta do reitor venceu por uma apertada margem, de 28 a 26, o que demonstra a fragilidade de sua política no próprio Consu.

Atenção aos indicativos do Fórum: Mobilizar, já!

Feita a análise das assembleias de base e do cenário que se coloca para as universidades estaduais paulistas, foi consensual entre as entidades que compõem o Fórum de que é preciso ampliar a mobilização, como única forma de reverter a política de arrocho salarial e de desmonte destas instituições.

Diante disso, o Fórum indica a realização de um ato



público estadual no dia 12/6, em Campinas, em frente à reitoria da Unicamp, com concentração a partir das 10h30 e a seguinte pauta:

- Reivindicar do atual presidente do Cruesp, o reitor Marcelo Knobel, a imediata reabertura das negociações;
- Repudiar qualquer repressão ou assédio aos trabalhadores em luta nas universidades;
- Manifestar integral solidariedade das categorias da Unicamp, USP e Centro Paula Souza à comunidade da Unesp, na luta contra a perda da isonomia salarial e contra o desmonte que vem sendo realizado pelo reitor Sandro Valentini.

Obs.: As entidades devem mobilizar suas bases e informar a previsão de participantes à coordenação do Fórum das Seis até a segunda-feira, 10/6, impreterivelmente ao meio-dia.

Arrocho e desmonte são decisões políticas

Os estudos do Fórum das Seis são claros ao comprovar a viabilidade de atendimento das nossas reivindicações salariais. A previsão de arrecadação do ICMS da Secretaria da Fazenda para 2019, de 108,2 bilhões, por exemplo, é expressivamente superior à previsão utilizada pelos técnicos do Cruesp (de R\$ 107 bi) e que, por sinal, é usada para justificar o reajuste de 2,2%. Mesmo concedendo um reajuste de 8% na Unicamp e na USP, e de 11,24% na Unesp, o comprometimento médio com folha em 2019 seria de, respectivamente, 89,82%, 86,70% e 89,31%.

O arrocho salarial, imposto mais fortemente desde maio/2015, tem significado um drástico confisco, representando uma perda aproximada, até o momento, de 4 salários brutos na USP e na Unicamp, e de 5 salários brutos na Unesp.

Como vem apontando o Fórum das Seis, falta aos reitores altivez para cobrar do governo que assuma seus compromissos com as universidades, como é o caso das promessas não cumpridas de recursos perenes por ocasião das expansões, da insuficiência financeira (desrespeito à Lei 1.010/2007, que atribui ao governo a responsabilidade sobre a diferença entre o que as universidades arrecadam com contribuições previdenciárias e o que pagam em aposentadorias e pensões) e das manobras na base de cálculo do ICMS (o governo retira indevidamente vários itens antes do repasse às universidades).

Infelizmente, a receita dos reitores tem sido a de bancar a falta de recursos das universidades com o confisco salarial. Cabe à comunidade rejeitar essa política e impedir que o arrocho salarial, a falta de contratações, o desrespeito às carreiras, entre outros, destruam as universidades públicas!

14 de junho: VAMOS PARAR O BRASIL!

14 de junho vai ser dia de greve geral, convocada de forma unificada pelas centrais sindicais, movimentos sociais e populares. A pauta central é a luta contra a reforma da Previdência, mas também está em destaque a defesa da educação e do emprego.

O Fórum das Seis orienta as entidades sindicais e estudantis das universidades e do Centro Paula Souza a se engajarem nas reuniões preparatórias, em conjunto com outras entidades de cada cidade! Depois dos impactantes dias de luta pela educação pública, em 15 e 30 de maio, 14 de junho será um dia decisivo para impedirmos a destruição do direito à aposentadoria!



Cruesp repete 2,2% para USP e Unicamp. Zero continua para a Unesp

Fórum indica greve com início até 6 de junho. Assembleias devem avaliar e decidir

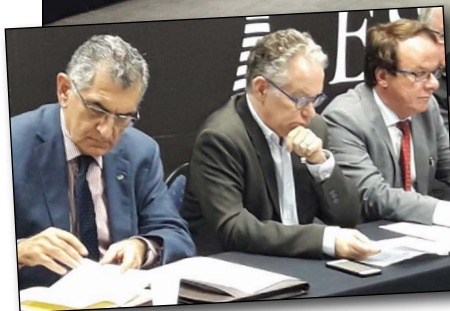
A terceira negociação entre Fórum das Seis e Cruesp, na tarde de 27 de maio, não apresentou avanços. Intransigentes, os reitores insistiram em manter a proposta rebaixada de reajuste – os 2,2% – que não repõe nem a metade da inflação dos últimos 12 meses. A Unesp, por sua vez, mantém a postura de tratar seus servidores docentes e técnico-administrativos como profissionais de segunda linha e repete o zero de 2016.

Os representantes do Fórum entregaram aos reitores exemplares da cartilha com dados que mostram a viabilidade das nossas reivindicações salariais. A previsão de arrecadação do ICMS da Secretaria da Fazenda para 2019, de 108,2 bilhões, por exemplo, é expressivamente superior à previsão utilizada pelos técnicos do Cruesp (de R\$ 107 bi) e que, por sinal, é usada para justificar o reajuste de 2,2%. O documento mostra que, mesmo com um reajuste de 8% na Unicamp e na USP, e de 11,24% na Unesp, o comprometimento médio com folha em 2019 seria de, respectivamente, 89,82%, 86,70% e 89,31%.

Nas várias intervenções feitas pelos membros do Fórum, foi relatada a indignação das assembleias com o crescente arrocho salarial. “Vamos voltar à década de 80, quando trabalhar numa universidade estadual era considerado bico para boa parte dos servidores?”, questionou Marílio Ventura, do STU. “A Unesp já começa a sofrer evasão de docentes e técnico-administrativos para outras universidades”, lamentou João da Costa Chaves Júnior, da Adunesp, lembrando que o forte arrocho imposto a partir de 2015 representa o confisco aproximado de 4 salários brutos na USP e na Unicamp, e de 5 salários brutos na Unesp.

Negando qualquer intransigência, o reitor da Unicamp e presidente do Cruesp, Marcelo Knobel, reafirmou a impossibilidade de ir além na proposta e manteve os termos anteriores, acrescentando somente a criação de um grupo de trabalho com o Fórum das Seis para debater questões relacionadas à Previdência. Demais pontos permanecem iguais:

- Reajuste de 2,2% em maio/2019 (zero na Unesp);
- Agendamento de negociação para meados de outubro, caso a arrecadação do ICMS chegue ou ultrapasse a previsão da Secretaria da Fazenda (R\$ 108,2 bilhões. Para se saber se isso irá acontecer, a arrecadação deverá chegar ao final de setembro em, pelo menos, R\$ 80 bilhões.
- Constituição de um grupo de trabalho entre



Os reitores da USP, Unicamp e Unesp durante a negociação

as partes para propor política salarial para as três Universidades

Finalizando a discussão, o coordenador do Fórum, Wagner Romão, enfatizou que a disposição das entidades é para o permanente diálogo, mas que é preciso haver reciprocidade. “Sabemos que as universidades passam por profundos ataques nesse momento e é lamentável constatar que a política dos reitores, de forte arrocho salarial, pode levar as categorias a outras formas de reação para defender tratamento salarial digno”, disse. Em seguida, propôs nova reunião entre as partes, não somente para seguir debatendo a questão salarial, mas também os demais pontos da Pauta Unificada 2019.

O presidente do Cruesp não concordou, dando as negociações por encerradas.

Atenção aos indicativos do Fórum

Reunidas após a negociação, as entidades que compõem o Fórum indicam às categorias que realizem assembleias até 4/6 para discutir o indicativo de greve por tempo indeterminado, com início até 6/6. O Fórum volta a se reunir no dia 5/6.

Além disso, também indicam adesão ao novo dia de luta em 30/5 (defesa da educação e da aposentadoria), e ao 14/6, dia de greve geral contra a reforma da Previdência, como mostram matérias específicas neste boletim.

Datas importantes

- **30 de maio:** 2º dia nacional de luta em defesa da educação e do emprego, contra a reforma da Previdência
- **Até 4 de junho:** Rodada de assembleias
- **Até 6 de junho:** Indicativo para início da greve nas universidades estaduais paulistas
- **14 de junho:** Greve geral contra a reforma da Previdência

30 DE MAIO: Novos atos em todo o Brasil, em defesa da educação pública e do emprego, contra a reforma da Previdência. Rumo à greve geral em 14 DE JUNHO

Fórum das Seis indica participação, com paralisação nos campi e mobilizações

No dia 15 de maio, mais de um milhão de pessoas saíram às ruas em mais de 200 cidades de todo o Brasil, empunhando faixas e bandeiras em defesa da educação e contra a reforma da Previdência. O estopim foi o corte de recursos da educação pública, desde o ensino básico até as universidades federais, que tiveram cortadas 30% das verbas de custeio e investimento.

A reforma da Previdência (PEC 6/2019) também esteve no centro dos protestos em 15 de maio. Ao contrário do que dizem os porta-vozes do governo e a grande imprensa, não se trata de combater privilégios, mas sim de restringir os direitos à aposentadoria de milhões de trabalhadores e enriquecer ainda mais os grandes bancos e seguradoras privados, verdadeiros urubus à espera da capitalização proposta pelo ministro Paulo Guedes. A dívida das grandes empresas com a Previdência, que soma cerca de R\$ 450 bilhões (*dados do relatório da CPI da Previdência no Senado, divulgado em outubro/2017*) sequer é citada.

Em 30 de maio, nossa reação vai continuar, com novas manifestações em todo o país. O Fórum das Seis apoia e convida todas e todos a participarem, com indicativo de paralisação nos *campi* e presença nos atos. Em São Paulo, a manifestação central está marcada para o Largo da Batata, a partir das 14h. Informe-se sobre as atividades em seu município e participe também.



Ao lado, passeata durante o 15 de maio, em SP. Acima, na Unesp de Araraquara, a criatividade a serviço da ciência

Rumo à greve geral

14 de junho vai ser dia de greve geral, convocada de forma unificada pelas centrais sindicais, movimentos sociais e populares. Em pauta, a defesa da educação e do emprego, e a luta contra a reforma da Previdência!

O Fórum das Seis orienta as entidades sindicais e estudantis das universidades e do Centro Paula Souza a se engajarem nas reuniões preparatórias, em conjunto com outras entidades de cada cidade.

Audiência pública na Alesp foi mais um momento de defesa das universidades públicas paulistas

O auditório Paulo Kobayashi, na Assembleia Legislativa (Alesp), foi palco de uma nova atividade em defesa das universidades estaduais paulistas. No dia 23/5, por iniciativa do mandato da deputada Professora Bebel (PT), uma audiência pública reuniu educadores, estudantes, entidades ligadas à educação e parlamentares sob o tema “Universidades em debate”. O objetivo foi o de se contrapor à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) “Gestão das Universidades”, convocada sem nenhuma razão que a justifique e deixando clara a intenção de abrir caminho para propostas de cortes de recursos, cobrança de mensalidades e outros.

As entidades que compõem o Fórum das Seis participaram. Compuseram a mesa de debates João da Costa Chaves Júnior (Adunesp), Paulo César Centoducatte (Adunicamp) e Rodrigo Ricúpero (Adusp).

Presente ao debate, o deputado Daniel José (Novo) repetiu o mesmo discurso que vem fazendo na CPI: defendeu fontes alternativas de financiamento, disse que é preciso reduzir a proporção de funcionários por professor, que o Brasil gasta muito com ensino superior e pouco no básico, defendeu desvinculação orçamentária, atacou gastos com folha e usou comparações



descontextualizadas com outros países.

A fala do deputado gerou reações generalizadas. Ricúpero, da Adusp, enfatizou que, “no mundo todo, as grandes universidades de pesquisa recebem fundamentalmente dinheiro público”. A deputada Bebel ressaltou que as despesas com educação não devem ser consideradas como gasto, mas sim investimento do Estado.

Cruesp eleva índice para 2,2% e mostra que há espaço para melhorar proposta

*Na Unesp, repete-se o **ZERO** de 2016 e amplia-se a quebra da isonomia*

A segunda negociação da data-base 2019, na manhã de 16/5, teve início com o informe, por parte da coordenação do Fórum das Seis, dos resultados das assembleias de base. O coordenador do Fórum, Wagner Romão, relatou a insatisfação de todas as assembleias realizadas, que consideraram insuficiente a proposta de reajuste de 1,8%, que não cobre sequer a metade da inflação dos últimos 12 meses. Ele destacou a reação aos dois comunicados do Cruesp nos dias que antecederam a negociação. O primeiro deles, em que os reitores reforçaram a importância da participação da comunidade no dia de mobilização nacional pela educação, o 15M, foi considerado produtivo e progressista. Já o segundo, em que o Cruesp anuncia que, “especificamente no caso da Unesp, como a prioridade é garantir o pagamento do 13º salário de 2019, a Universidade avaliará o melhor momento para aplicar o índice (de 1,8%), dependendo da evolução do ICMS”, foi considerado lamentável. A exemplo do que ocorreu em 2016, a Unesp joga a isonomia no lixo e impõe um rebaixamento salarial ainda maior aos seus servidores docentes e técnico-administrativos.

O presidente do Cruesp e reitor da Unicamp, Marcelo Knobel, argumentou que, frente às “dificuldades enfrentadas pela Unesp”, a única possibilidade de manter a isonomia neste momento é conceder zero de reajuste para todos.

O reitor da Unesp, Sandro Valentini, procurou explicar a situação da Universidade, enfatizando tratar-se de uma “herança” das gestões anteriores. Ele disse que a prioridade agora é finalizar o pagamento do 13º salário de 2018 – a se-



gunda metade está agendada para 24/5 – e compor os valores necessários para o 13º salário de 2019. Segundo Valentini, a celebração do acordo com o governo estadual para o ressarcimento dos valores correspondentes à folha de pagamento dos 644 servidores ativos que trabalham no Hospital das Clínicas de Botucatu (autarquizado em 2010), totalizando cerca de R\$ 83 milhões anuais, está permitindo iniciar a “arrumação” da casa e, até o momento, já há uma garantia de 67% do total necessário ao pagamento do 13º em 2019.

A fala do reitor da Unesp gerou vários questionamentos entre os membros do Fórum. Ficou nítida a preocupação da reitoria da Unesp em dar demonstrações de “bom comportamento” ao governo Doria, mais uma vez impondo uma cota ainda maior de arrocho aos servidores da Universidade. Foi cobrada dele e dos outros reitores a altivez necessária para expor publicamente a responsabilidade do governo

Atenção aos indicativos do Fórum

- Assembleias de base até 24 de maio, para avaliar os resultados da segunda negociação e, também, a pertinência de apresentarmos uma contraproposta ao Cruesp na negociação de 27 de maio. Se sim, as assembleias devem indicar ao Fórum das Seis os parâmetros em que tal contraproposta deve ser feita.
- Paralisação das atividades no dia 27 de maio – dia da terceira reunião de negociação – com atos em frente às reitorias e/ou às diretorias locais.



com o devido financiamento das universidades, especialmente com o pagamento da insuficiência financeira. Como vem denunciando sistematicamente o Fórum das Seis, a lei que criou a SPPrev – 1.010/2007 – é clara ao dizer que é de responsabilidade do governo arcar com a diferença entre o que se arrecada com as contribuições previdenciárias com aquilo que se paga em aposentadorias e pensões. Mas, no caso das universidades, o governo ignora a lei.

Fica cada vez mais evidente que a pior situação financeira da Unesp tem se tornado uma desculpa, no discurso do Cruesp, para um reajuste abaixo da inflação. O Fórum chamou a atenção dos reitores sobre a necessidade de uma saída política para esta crise, de modo que o Cruesp assumira sua responsabilidade e exija do governador o cumprimento das promessas de mais recursos – tendo em vista a grande expansão da Unesp nos últimos anos –, bem como uma solução definitiva para a questão previdenciária.

Já próximo ao final da reunião, houve um intervalo de 5 minutos para que as partes discutissem eventuais contra-

propostas. De volta, o presidente do Cruesp anunciou que, extrapolando “o limite do limite possível”, estava apresentando uma nova proposta, nos seguintes termos:

- Aumento do índice de 1,8% para 2,2%;
- Agendamento de uma negociação para meados de outubro, caso a arrecadação do ICMS chegue ou ultrapasse a previsão da Secretaria da Fazenda, que é de R\$ 108, 2 bilhões. Para se saber se isso irá acontecer, a arrecadação deverá chegar ao final de setembro em, pelo menos, R\$ 80 bilhões.
- Constituição de um grupo de trabalho entre as partes para propor política salarial para as três Universidades.

A princípio, Knobel anunciou que não haveria mais negociação e que levaria a proposta para aprovação em seu Conselho Universitário, o mesmo ocorrendo na USP. O Fórum das Seis insistiu na necessidade de um prazo para submeter o resultado da negociação às assembleias de base e de realização de nova negociação entre as partes. Após muito debate, a proposta foi aceita e a nova negociação ficou marcada para 27 de maio, segunda-feira, no período da tarde.

Mais um capítulo na CPI das Universidades

Na terceira reunião da CPI das Universidades, no dia 15/5, novamente se repetiram as declarações retrógradas de deputados do PSL – contra a “esquerdização das universidades” – e defesas que indicam a cobrança de mensalidades e a busca de capital privado como soluções aos problemas que as instituições enfrentam.

A pedido do Fórum das Seis, a deputada Professora Bebel (PT) apresentou proposta de requerimento (veja a seguir) para que o secretário da Fazenda do estado, Henrique Meirelles, preste informações sobre as manobras de repasse na base de cálculo do ICMS, que geram expressivos prejuízos às universidades. Esta é a íntegra do requerimento, que foi aprovado pelos deputados integrantes da CPI:

Requerimento CPI/GUP Nº 17/2019 - solicita, nos termos regimentais, “seja oficiado à Secretaria de Estado da Fazenda a fim de que o Secretário Henrique Meirelles preste as seguintes informações a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, em relação aos valores repassados às Universidades decorrentes da arrecadação do ICMS-QPE:

1. Quais os itens e os valores deduzidos da base de cálculo da cota parte de 9,57% repassada as Universidades nos últimos 8 anos? Informar os valores especificando anualmente por Universidade e valor e item deduzido (UNESP, UNICAMP e USP)
2. Qual o valor total previsto e arrecadado de ICMS nos últimos 8 anos? Informar ano a ano especificando o valor nominal arrecadado discriminando:
 - a. ICMS Principal; ICMS- Multas e juros;
 - b. ICMS- Dívida Ativa;
 - c. ICMS- Dívida Ativa- Multas e Juros;
 - d. Adicional ICMS- Fundo Estadual de Combate a Pobreza; e
 - e. Adicional ICMS- Fundo Estadual de Combate a Pobreza - Multas e Juros.
3. Qual o valor deduzido da base de cálculo da cota a parte de 9,57% repassada às Universidades com relação aos programas habitacionais nos últimos 8 anos ?
4. O valor dos prêmios devolvidos e os pagos pelo programa da Nota Fiscal Paulista são incluídos na base de cálculo do valor repassado às Universidades referentes ao 9,57%”



Sobre a insuficiência financeira

Outro requerimento apresentado pela deputada Professora Bebel, também por solicitação do Fórum das Seis, sobre a insuficiência financeira, teve pedido de vistas e voltará à discussão na próxima sessão da CPI. Este é o texto dele:

Requerimento CPI/GUP Nº 18/2019 - solicita “seja oficiado às reitorias da UNESP, UNICAMP e USP a fim de que informem se o Governo do Estado de São Paulo está cumprindo o que dispõe o artigo 27 da Lei Complementar 1.010/2017, que criou a São Paulo Previdência (SPPREV) e estabelece que o Estado de São Paulo e o responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras decorrentes da diferença entre o valor total da folha de pagamento dos beneficiários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores e as respectivas contrapartidas das universidades. No caso da cobertura das insuficiências financeiras estar sendo realizada com os recursos destinados às universidades a partir dos 9,57% do ICMS-QPE, solicitamos que cada reitoria nos informe os valores nominais despendidos com estas coberturas do ano de 2007 a 2018.”

Paramos as Universidades, ETECs e FATECs! Paramos São Paulo! Paramos o Brasil!

*Não aos cortes na educação pública! Contra a reforma da Previdência!
Construir a greve geral de 14 de junho!*

As universidades estaduais paulistas pararam quase que totalmente neste 15 de maio, dia da Greve Nacional da Educação. Muitas escolas técnicas (ETECs) e faculdades de tecnologia (FATECs), do Centro Paula Souza, também aderiram à paralisação, assim como ocorreu massivamente nas escolas da rede estadual.

Grandes atos aconteceram em todo o país. No estado de São Paulo, centenas de municípios registraram manifestações, muitas delas grandiosas. Na capital, um grande ato reuniu cerca de 350 mil pessoas na Avenida Paulista.

O ato em São Paulo terminou com uma gigantesca passeata até a Assembleia Legislativa, como forma de protesto contra a instalação da CPI das Universidades, sem razões que a justifiquem e com o declarado intuito de estabelecer uma patrulha ideológica contra elas e abrir caminhos para a cobrança de mensalidades e a privatização.

Parabéns a todos e a todas que foram às ruas! A luta vai prosseguir!

Vamos construir a greve geral para 14 de junho, contra a reforma da Previdência, em defesa da educação pública e dos direitos da população!



1,8% não dá!

Proposta do Cruesp não cobre sequer inflação do ano! Unesp não garante pagamento

A primeira negociação da data-base 2019 entre Fórum das Seis e Cruesp, na manhã de 9/5/2019, foi frustrante em relação à reivindicação salarial. O índice de 1,8% apresentado pelo reitor da Unicamp e atual presidente do Cruesp, Marcelo Knobel, cobre menos do que a metade da inflação dos últimos 12 meses. O ICV, índice medido pelo Dieese e adotado na Pauta de Reivindicações do Fórum das Seis, aponta uma inflação de 4,4721% no período maio/2018 a abril/2019.

“Considerando a situação das três universidades, por mais que haja otimismo em relação aos números da economia nos próximos meses, todas as equipes técnicas são unânimes em recomendar zero de reajuste. No entanto, os reitores tomaram a decisão política de apresentar essa proposta, pois sabemos que os salários estão em defasagem de 2015 para cá”, justificou Knobel. Ele fez questão de afirmar que, se considerarmos um passado mais distante, os salários levam vantagem sobre a inflação, mas não apresentou os números. Ficou de fazê-lo na próxima reunião, a pedido do Fórum.

Os representantes dos sindicatos demonstraram insatisfação com a proposta, que desconhece as perdas expressivas que nosso poder aquisitivo vem sofrendo ao longo do tempo, e reforçaram a reivindicação de reajuste imediato de 8% (na USP e na Unicamp) e 11,24%



A negociação foi realizada em sala alugada pelo Cruesp na região da Água Branca, em SP. O fato foi questionado pelo Fórum: Por que não nas universidades?

(na Unesp) + um plano de recomposição salarial para o próximo período, que reponha as perdas de maio/2015 até agora (de 15,93% na USP e na Unicamp e 19,93% na Unesp).

Além disso, apontaram a queda brusca da relação entre a folha de pagamento dos salários e as liberações financeiras, que em



Atenção aos indicativos de mobilização!

Reunidas após a negociação, as entidades que compõem o Fórum das Seis indicam a realização de assembleias até 14/5 para avaliar a proposta feita pelo Cruesp e deliberar sobre as seguintes propostas:

- 15/5, quarta-feira: Adesão à GREVE NACIONAL DA EDUCAÇÃO, em sintonia com trabalhadores e estudantes de todo o país, contra os ataques à educação, contra a reforma da Previdência e em defesa das nossas reivindicações específicas. Neste dia, o indicativo é de mobilização nos campi e nas cidades, em conjunto com outras categorias. Para os que estiverem na Grande SP e cidades mais próximas do interior, a dica é participar do grande ato marcado para a frente do MASP, na Avenida Paulista, a partir das 14h. A concentração dos trabalhadores e estudantes das universidades estaduais paulistas e Centro Paula Souza é na Praça do Ciclista, às 14h.

- 16/5, quinta-feira: Na data da nova negociação com o Cruesp (agendada para o horário das 10h às 12h), um dia de luta nos campi contra o arrocho salarial, em defesa da educação pública e contra a reforma da Previdência, com paralisação e atividades como aulas públicas e outras manifestações.

abril/2019 bateu em 88,22% na média das três universidades. Todo ano, os reitores rebaixam a previsão do ICMS para justificar propostas de reajuste menores, mas a arrecadação final sempre supera o previsto.

Não bastasse o reajuste oferecido ser baixo, ainda pairou no ar a dúvida se a Unesp arcaria com ele. Questionado sobre isso, o vice-reitor Sérgio Nobre, que representou a Unesp na negociação, limitou-se a dizer que iria “esperar a próxima reunião” entre as partes, já agendada para 16/5.

Receita de arroz

Nas várias intervenções feitas, os representantes do Fórum criticaram a política dos reitores, instando-os a terem “altivez para cobrar do governo que assuma seus compromissos com as universidades”, referindo-se às promessas não cumpridas de recursos perenes por ocasião das expansões, à insuficiência financeira (desrespeito à Lei 1.010/2007, que atribui ao governo a responsabilidade sobre a diferença entre o que as universidades arrecadam com contribuições previdenciárias e o que pagam em aposentadorias e pensões) e às manobras na base de cálculo do ICMS (o governo retira indevidamente vários itens antes do repasse às universidades).

Infelizmente, a receita dos reitores tem sido a de bancar a falta de recursos das universidades com o confisco salarial.

Defesa da universidade e reforma da Previdência

Logo no início da reunião, antes que o presidente do Cruesp anunciasse a proposta salarial, o coordenador do Fórum e presidente da Adunicamp, Wagner Romão, ressaltou que, especialmente num cenário tão adverso às universidades públicas no país, com ataques nos âmbitos federal e estadual, há a necessidade de um comprometimento claro dos reitores com os itens que compõem a defesa das universidades (financiamento adequado, liberdade de cátedra, autonomia universitária, contra a cobrança de mensalidades, retomada das contratações, atenção aos hospitais universitários, políticas de permanência estudantil).

Neste ponto, Knobel enfatizou a preocupação dos reitores com a instalação da CPI das Universidades na Assembleia Legislativa (*confira matéria na página seguinte*). “O que vemos é muita falta de conhecimento e uma discussão rasa sobre as nossas universidades”, disse.

O outro eixo central da nossa Pauta de Reivindicações – a defesa dos direitos previdenciários dos servidores das universidades e do Centro Paula Souza – também foi enfatizado pelo coordenador do Fórum. Ele informou aos reitores o indicativo do Fórum às categorias, de participação na greve nacional da educação em 15/5, e reivindicou que não haja qualquer desconto ou punição aos trabalhadores por aderirem ao chamado.

Defesa da liberdade acadêmica, da autonomia universitária e da nossa Previdência:

Vamos às ruas no 15 de maio para engrossar a GREVE NACIONAL DA EDUCAÇÃO

15 DE MAIO
GREVE NACIONAL DA EDUCAÇÃO

Trabalhadores da educação, unidos contra a reforma da Previdência

- * em defesa da aposentadoria especial do Magistério;
- * em defesa da aposentadoria do Quadro de Apoio à Educação;
- * em defesa dos direitos dos servidores.

ATO ÀS 14 HORAS, EM FRENTE AO MASP

FORUM das seis, Adunesp, Adusp, Adunicamp, FETE-SP, CFP, SINPEEM, udemo, APROFEM, SINESP, APASE, inpro sp, UEE, UNE, SINTEPS, AFUSE, Sitraemfa, ANDES SINDICATO NACIONAL

CPI das Universidades volta a se reunir. Deputado do PSL passa vexame

Na segunda reunião da CPI das Universidades, no dia 8/5, foi indicada como relatora a deputada Valéria Bolsonaro (PSL). Na sessão anterior, em 24/4, já haviam sido eleitos o presidente (Wellington Moura, do PRB) e a vice-presidente (Carla Morando, do PSDB).

O ponto central da reunião foi a votação de 16 pedidos de requerimento, 14 deles de autoria de Moura e 2 protocolados pelo deputado Barro Munhoz (PSB). Entre os aprovados, estão os que convidam os reitores da USP, Unesp e Unicamp para prestar informações sobre a gestão das universidades públicas. Também foram aprovados convites para que o TCE apresente “informações sobre as diárias pagas a alguns servidores de ‘alto escalão’” da Unesp e da USP, além de informações acerca de contratos julgados irregulares nos últimos oito anos.

Alguns dos requerimentos deram margem a uma ruidosa discussão, como um apresentado por Moura, solicitando os balancetes das universidades registrados nas juntas comerciais. Coube a Barros Munhoz informá-lo que, como não são empresas, as universidades não se vinculam às juntas comerciais.

Em vários requerimentos, houve pedido de vistas de Munhoz e da deputada Bebel (PT), entre eles o convite para que o coordenador de arrecadação tributária da Secretaria da Fazenda compareça à CPI para “prestar informações sobre a arrecadação do ICMS e sua evolução histórica, com consequente repasse de receita pública para as universidades”; o envio pelas universidades de todas as suas informações financeiras e contábeis, incluindo a relação de todos



os servidores ativos e inativos de cada instituição com os seus respectivos salários; e a prorrogação do prazo de funcionamento da CPI por mais 60 dias, além dos 120 iniciais.

O deputado Douglas Garcia (PSL) passou momento de constrangimento entre seus próprios partidários, ao afirmar que as universidades públicas paulistas são a “vergonha do país” e um “antro de libertinagem”.

O Fórum das Seis está interagindo com os deputados sensíveis à importância das universidades, fornecendo-lhes informações e encaminhando solicitação para que requeiram à CPI a convocação de pessoas que possam expor as razões da crise de financiamento, como a expansão sem recursos perenes, as insuficiências financeiras e as manobras na base de cálculo do ICMS.

Fórum participa do lançamento da Frente Parlamentar

Tão logo terminou a segunda sessão da CPI das Universidades (veja matéria acima), no dia 8/5, os representantes do Fórum das Seis participaram do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Instituições Públicas de Ensino, Pesquisa e Extensão, no auditório Paulo Kobayashi, na Assembleia Legislativa. A iniciativa é do mandato da deputada Beth Sahão (PT), em continuidade às frentes antes comandadas pelo ex-deputado Carlos Neder. A Frente já conta com o apoio de 28 deputados.

Participaram do lançamento representantes de universidades públicas, institutos de pesquisa, sindicatos e organizações estudantis.

“As universidades públicas e os setores de ciência e



tecnologia estão sofrendo o maior ataque da sua história. Temos que estar fortes e coesos para resistir a isso”, conclamou o professor Wagner Romão, coordenador do Fórum das Seis, que compôs a mesa do evento. Ele fez uma rápida exposição sobre a expansão das estaduais paulistas nos últimos anos, sem a contrapartida de recursos perenes por parte do governo do estado, e pediu a

união de todos contra o projeto privatista para a educação, em curso no país.

Na fala de todos os oradores, foi comum o chamado à participação na Greve Nacional da Educação, em 15/5, convocada por entidades de todo o país.

Contra o arrocho, em defesa da universidade pública, não à reforma da Previdência!

Após reunião técnica, 9/5 é a data da primeira negociação com o Cruesp

Na manhã desta segunda-feira, 6 de maio, aconteceu em São Paulo a primeira reunião entre as equipes técnicas do Cruesp e do Fórum das Seis. O encontro ocorreu numa sala comercial, em uma das torres da Av. Francisco Matarazzo, especialmente alugada para isso, uma vez que o Cruesp desativou a sede que mantinha na rua Itapeva. O Fórum entende que as negociações devem ocorrer no espaço das Universidades, tanto pela questão da democracia e da transparência como pelo gasto desnecessário em tempo de alegado aperto de recursos.

Na reunião técnica, os técnicos das Universidades avaliaram de maneira pessimista a arrecadação do ICMS como, aliás, ocorre em todos os anos. O Fórum se contrapôs. Enfatizamos que, no ano passado, o discurso era o mesmo, mas a arrecadação superou as expectativas. Além disso, apontamos a queda brusca da relação entre a folha de pagamento dos salários e as liberações financeiras, que em abril bateu em 88,22% na média (veja no quadro abaixo).

Foi confirmada a data da primeira reunião de negociação com os reitores. Será ainda nesta semana, dia 9 de maio, quinta-feira, às 10h.

Por um plano de recomposição de perdas com parcela de 8% (USP e Unicamp) e 11,24% (Unesp) já!

Na questão salarial, a Pauta Unificada 2019 reivindica a recomposição das perdas de maio/2015 a março/2019, pelo índice Dieese (ICV), de 15,75% para a USP e a Unicamp e 19,04% para a Unesp. O Fórum quer firmar um compromisso com o Cruesp, estabelecendo um plano de recuperação salarial, que considere a arrecadação de ICMS e os repasses dos royalties do petróleo. Este plano inclui uma parcela inicial de 8% de reajuste na USP e na Unicamp e de 11,24% na Unesp, de modo a materializar uma política de isonomia salarial. Isso porque, na Unesp, a reitoria deixou de pagar o índice de 3% acordado na data-base de maio/2016.

A Pauta Unificada também traz

item específico para a recomposição das perdas salariais das servidoras e dos servidores docentes e técnico-administrativos do Centro Paula Souza (Ceeteps), de acordo com índices adotados pelo Cruesp no período de 1996 a 2017, em respeito ao vínculo legal existente entre o Ceeteps e a Unesp, segundo o artigo 15 da Lei 952/1976.

Ainda dentro da questão salarial, há o ponto que pede “equiparação dos pisos salariais entre os servidores técnico-administrativos da Unesp, Unicamp, USP e do Ceeteps, preservando as estruturas de carreira”.

Comprometimento com folha cai, arrocho cresce

O quadro a seguir mostra, ano a ano, desde 2012, o comprometimento médio (considerando as três universidades) dos recursos oriundos do ICMS com o pagamento da folha salarial. Note que, de 2016 em diante, a queda é acentuada, o que comprova a afirmação do Fórum das Seis, de que a política dos reitores vem sendo a de bancar as universidades com o arrocho salarial e a precarização das nossas condições de trabalho. Se considerarmos os resultados do primeiro quadrimestre de cada ano (janeiro a abril), vemos que a tendência se repete.

Comprometimento com a folha de pagamento *			
Ano	% médio anual	Jan-abr (% médio)	Reajuste **
2012	92,39	89,84	6,14%
2013	95,44	99,58	5,39%
2014	101,62	100,07	5,206%
2015	99,36	97,25	7,21%
2016	103,19	101,68	3,00% ***
2017	96,86	101,97	0,00%
2018	90,02	92,83	1,50%
2019	--	88,22	

* Comprometimento médio nas três universidades estaduais paulistas

** Reajuste salarial concedido em maio de cada ano

*** Na Unesp, o reajuste não foi pago até hoje

Reajuste imediato, como pede a Pauta, cabe nos orçamentos

O Fórum das Seis fez uma simulação para estimar como ficaria o comprometimento médio em 2019 com folha de pagamento em cada uma das três universidades, se fosse concedido um reajuste em maio deste ano – 8% na USP e na Unicamp e de 11,24% na Unesp –, dentro de um plano de recuperação de perdas para voltar ao poder aquisitivo de maio/2015.

No quadro o lado, foi usado como repasse do ICMS o valor definido nos orçamentos de cada uma das universidades para 2019. Como base de cálculo, foi utilizada a folha salarial média de 2019, calculada a partir da planilha Cruesp de fechamento de 2018. Neste estudo, não foram considerados, explicitamente, os repasses devidos pelos *royalties* do petróleo, que constam implicitamente com o uso da folha média.

COMPROMETIMENTO MÉDIO EM 2019 COM FOLHA DE PAGAMENTO

	Unicamp	USP	Unesp
REAJUSTE	8%	8%	11,24% (*)
ESTIMATIVA DO COMPROMETIMENTO MÉDIO	89,82%	86,70%	89,31%

(*) Para que se restabeleça a isonomia entre as três universidades públicas paulistas, é necessário um reajuste de 11,24% para a Unesp. Isso porque a Unesp não pagou até hoje o reajuste de 3%, concedido pelo Cruesp na data-base de 2016.

Se o repasse dos *royalties* for maior (e isto já vem ocorrendo) que o de 2018, o comprometimento com folha diminuirá mais ainda. Também diminuirá se o ICMS crescer mais do que o previsto nos orçamentos de 2019.

Defesa da liberdade acadêmica, da autonomia universitária e da nossa Previdência:

Vamos às ruas no 15 de maio para engrossar a GREVE NACIONAL DA EDUCAÇÃO

Reforma da Previdência, corte de 30% ou mais nas Universidades Federais, desrespeito à Sociologia, à Filosofia e às Ciências Humanas, perseguições ideológicas, criminalização de professores, funcionários e estudantes universitários, CPI das Universidades em São Paulo... chega! Precisamos nos manifestar contra tudo isso nas ruas!

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) está organizando um dia de Greve Nacional da Educação para 15 de maio, quarta-feira. A paralisação tem como pauta coletiva a defesa do direito à aposentadoria (contra a reforma da Previdência do governo Bolsonaro) e o repúdio ao corte de recursos da educação pública e às perseguições ideológicas.

Nas Universidades Estaduais Paulistas, a mobilização é parte da denúncia contra a instalação da CPI das Universidades na Assembleia Legislativa, sem motivação que a justifique, contra o arrocho salarial e em defesa de mais recursos para a educação pública.

Em todo o país, a expectativa é que a data seja um grande dia

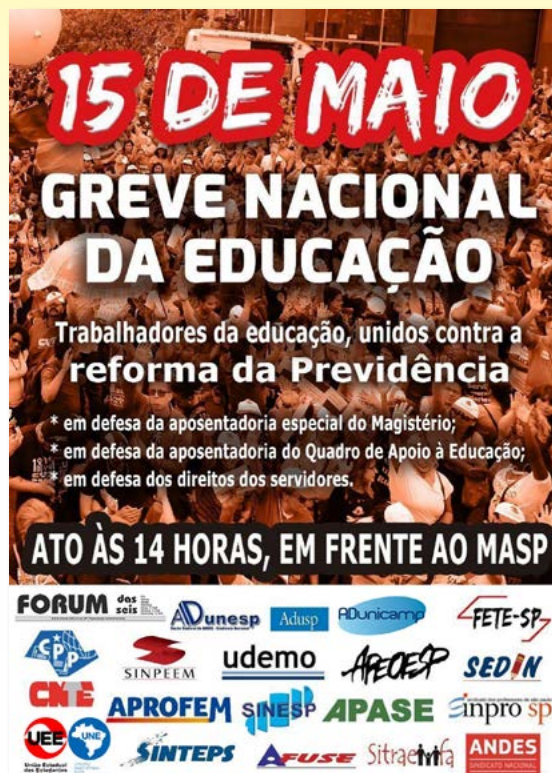
unificado de todos os setores da educação, do ensino fundamental ao superior, rumo à greve geral contra a reforma da Previdência.

Reunidas em 2/5, as entidades que compõem o Fórum das Seis aprovaram a participação na Greve Nacional e conclamam suas categorias a aderirem às mobilizações nos campi e em suas regiões e também a estarem presentes ao ato na Av. Paulista, em frente ao MASP, às 14h do dia 15.

Construir a Greve Geral contra a PEC 6/2019

Durante os atos de 1º de Maio em São Paulo, pela primeira vez unificados entre todas as centrais sindicais e as frentes Povo Sem Medo e Brasil Popular, foi anunciada a data de 14/6 como dia de Greve Geral contra a PEC 6/2019, da reforma da Previdência. Na capital paulista, o ato reuniu cerca de 200 mil pessoas no Vale do Anhangabaú.

Fique atento às convocações! É hora de ampliar a luta em defesa do direito à aposentadoria dos brasileiros e das brasileiras.



Posicionamento do Fórum das Seis acerca da CPI das Universidades

O Fórum das Seis manifesta sua grave preocupação com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Universidades, que teve sua primeira sessão no dia 24 de abril de 2019, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

A Alesp deve instalar a CPI que julgar mais importante. No entanto, é estranha a ausência de motivo relevante e explícito que possa ser investigado. A justificativa do requerimento de abertura da CPI não deixa claras suas intenções.

O Fórum das Seis teme que a CPI seja mais um capítulo da atual onda de perseguição à Universidade Pública e Gratuita no Brasil. Temos visto posicionamentos impensáveis até pouco tempo atrás por parte do presidente da República e do ministro da Educação, especialmente contra as Universidades Federais. É revoltante que a seriedade do ensino, pesquisa e extensão praticados nas Universidades Públicas seja colocada em questão.

Já nesta primeira sessão ouvimos manifestações que insinuam controle ideológico e cobrança de mensalidades nas Universidades. Repudiamos que estes temas sejam discutidos na CPI, uma vez que infringem garantias constitucionais da liberdade de ensino e da gratuidade na educação pública.

Contudo, a CPI pode ser uma ocasião pública para que o Fórum das Seis exponha ao Parlamento e à população paulista a crise de financiamento das Universidades Estaduais Paulistas, esta sim um problema real. Unesp, Unicamp e USP, juntas, mais que dobraram o número de vagas na graduação e pós-graduação. Ampliaram muito sua produção em pesquisa e extensão, com a diminuição do número de docentes e de técnico-administrativos/as.

Ao mesmo tempo, o governo estadual vem patrocinando, ano após ano, cada vez mais isenções de ICMS. Em 2018, foram mais de 24 bilhões de reais que deixaram de ser arrecadados para financiar políticas públicas no Estado, inclusive as Universidades. Isso para não falar da retirada de alíneas na base de cálculo dos repasses do ICMS-QPE para as Universidades, o que na prática reduziu os 9,57% deste imposto a um valor consideravelmente menor.

As Universidades também veem seus orçamentos serem cada vez mais comprometidos com aposentadorias e pensões, sem



A primeira sessão da CPI, em 24/4

que o governo estadual faça sua parte e arque com as insuficiências financeiras relativas às Universidades no SPPrev, como prevê a Lei 1.010/2007.

Esta crise de financiamento vem sendo resolvida, ano após ano, com a redução do valor real dos vencimentos de servidoras e servidores das Universidades, com demissões e com a precarização de suas condições de trabalho. Ou seja, parte significativa de seu funcionamento tem se dado às custas do arrocho dos salários de suas servidoras e servidores.

Hoje, já se ameaça com o fechamento de cursos e *campi*. É preciso mais recursos para investimento na formação pública e de qualidade de nossa juventude, incluindo políticas de inclusão e permanência estudantil.

O Fórum das Seis defende ampla abertura e transparência das Universidades a toda a população. Mas, é preciso que sejam realmente enfrentados os graves problemas aqui expostos e que afligem toda a comunidade universitária. Se isso ocorrer, a Alesp terá cumprido um papel relevante à sociedade paulista.

Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Instituições Públicas de Ensino, Pesquisa e Extensão

O Fórum das Seis apoia e colabora com a Frente Parlamentar em Defesa das Instituições Públicas de Ensino, Pesquisa e Extensão na Assembleia Legislativa de SP (Alesp). A iniciativa é do mandato da deputada Beth Sahão (PT/SP), em conjunto com organizações de docentes, pesquisadores, servidores técnico-administrativos, estudantes e sociedade civil.

A Frente é resultado de outras duas frentes coordenadas pelo ex-deputado Carlos Neder (PT/SP) em legislaturas anteriores, em defesa das universidades públicas, dos institutos públicos de pesquisa e das fundações públicas.

As entidades que compõem o Fórum das Seis estarão representadas no lançamento da Frente nesta quarta-feira, 8 de maio, às 11h, no auditório Paulo Kobayashi, na Alesp.

Nota do Fórum: pesar e solidariedade à família do estudante Filipe Leme

O Fórum das Seis manifesta profundo pesar e solidariedade aos familiares e amigos pela morte precoce e chocante do estudante Filipe Varea Leme, do curso de Geografia da USP. De acordo com informações divulgadas pela imprensa, o jovem trabalhava como monitor na Escola Politécnica da USP e, no dia 30/4, foi vítima de um acidente de trabalho ao transportar um armário que desabou sobre ele dentro de um dos elevadores da unidade.

Além de lamentar fato tão dramático, que ceifa a vida de um estudante de 21 anos, com toda a vida pela frente, o Fórum externa enorme preocupação com as circunstâncias em que ocorreu. Num cenário em que cresce a precarização das condições de trabalho, como produto da falta de contratações nos últimos anos, a descrição dos fatos leva a crer que Filipe desempenhava funções além das acadêmicas que deveriam caracterizar seu trabalho como monitor.

O Fórum das Seis insta a administração da USP a esclarecer os fatos e a prestar integral apoio aos familiares de Filipe.

Contra o arrocho, em defesa da universidade pública, não à reforma da Previdência!

Começa a data-base 2019: Fórum das Seis fecha a Pauta Unificada e protocola junto ao Cruesp

As entidades que compõem o Fórum das Seis reuniram-se nesta quinta-feira, 11 de abril, na sede da ADunicamp, para consolidar os resultados da segunda rodada de assembleias de base e fechar a Pauta Unificada de Reivindicações para a data-base 2019.

Na questão salarial, a decisão consensual foi a de recompor as perdas salariais de maio/2015 a março/2019, pelo índice Dieese (ICV), de 15,75% para USP e Unicamp e 19,04% para Unesp. Para isso, a reivindicação é que se firme um compromisso entre Cruesp e Fórum das Seis, estabelecendo um plano de recuperação salarial, que considere a arrecadação de ICMS e os repasses dos *royalties* do petróleo. Este plano inclui uma parcela inicial de 8% de reajuste para servidoras e servidores docentes e técnico-administrativos da USP e da Unicamp e de 11,24% para servidoras e servidores da Unesp, de modo a materializar uma política de isonomia salarial. Isso porque, na Unesp, a reitoria deixou de pagar o índice de 3% acordado na mesma negociação entre Fórum e Cruesp em maio/2016.

A Pauta Unificada também traz item específico para a recomposição das perdas salariais das servidoras e dos servidores docentes e técnico-administrativos do Centro Paula Souza (Ceeteps), de acordo com índices adotados pelo Cruesp no período de 1996 a 2017, em respeito ao vínculo legal existente entre o Ceeteps e a Unesp, de acordo com o artigo 15 da Lei 952/1976.

Ainda dentro da questão salarial, há o ponto que pede “equiparação dos pisos salariais entre os servidores técnico-administrativos da Unesp, Unicamp, USP e do Ceeteps, preservando as estruturas de carreira”.

Lembramos, também, que além do plano de recuperação do poder aquisitivo, esta data-base tem como objetivos a defesa das universidades estaduais paulistas e da liberdade acadêmica, bem como a luta contra a reforma da Previdência.

Pauta protocolada

Após a reunião do Fórum, a Pauta Unificada de Reivindicações 2019 foi protocolada junto à reitoria da Unicamp, uma vez que a presidência do Cruesp, pelo sistema de rodízio, agora está com o reitor Marcelo Knobel.

Durante o encontro com o presidente do Cruesp, os representantes do Fórum apontaram diversas preocupações levantadas pelas bases du-



Fotos: Fernando Piva (Adunicamp)

A reunião com o presidente do Cruesp, Marcelo Knobel (no destaque), que recebeu a Pauta de Reivindicações 2019



rante as assembleias realizadas no último mês. Dentre elas, o respeito à data-base (1º de maio), o que levou ao Fórum a propor que ainda em abril seja feita a primeira reunião de negociação com o Cruesp.

No documento que foi entregue ao reitor Knobel, além da questão salarial, ficaram em destaque os outros dois eixos centrais de lutas para a data-base 2019: defesa da universidade pública e defesa dos direitos previdenciários das servidoras e servidores das universidades paulistas.

Sobre a defesa da universidade, o Fórum apresenta, no documento, a necessidade de que haja um comprometimento por parte do Cruesp, de modo que o Conselho de Reitores possa atuar junto à Alesp e ao governo do estado na busca por:

- Financiamento público adequado;
- Defesa da autonomia universitária;
- Liberdade de cátedra;
- Contratações, por concurso público, de servidoras e servidores docentes e técnico-administrativos;
- Políticas de permanência estudantil adequadas às necessidades das/dos estudantes;
- Contra a privatização das Universidades e do Centro Paula Souza;

Queremos um plano de recomposição de perdas para voltar ao poder aquisitivo de maio/2015, com 8% imediatos na USP e Unicamp, 11,24% na Unesp.

- Contra a cobrança de mensalidades;
- Consolidação dos hospitais universitários como unidades de ensino, pesquisa e extensão.

Em relação à questão da Previdência, o Fórum das Seis solicita um posicionamento claro do Cruesp a respeito do tema. Além disso, o Fórum reforça a posição contrária de todas as entidades em relação à PEC 06/2019, que contém as propostas do governo Bolsonaro para a reforma da Previdência, e solicita para que não sejam efetuados cortes de pontos das servidoras e dos servidores quando da participação nas mobilizações.

Calendário da mobilização

No dia **29/4**, as entidades voltam a se reunir para definir os próximos passos da campanha salarial 2019. Caso o Cruesp atenda à solicitação do Fórum e agende a primeira reunião antes do dia 29, as entidades farão nova reunião de caráter emergencial.

Outra data importante:

24 de abril: As entidades do Fórum das Seis indicam às categorias a participação nas atividades para o Dia Nacional de Mobilização em Defesa da Educação, convocadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, dentro da semana de 22 a 29 de abril. O objetivo

é defender e promover a educação pública. Especialmente no dia 24 de abril, haverá mobilização nacional contra a reforma da Previdência. Procure sua entidade e participe dos debates e mobilizações!

***Em tempo:* Estudo do Fórum mostra viabilidade orçamentária para reajuste salarial**

Conforme divulgado no boletim de 28/03/2019, o Fórum das Seis fez um estudo que mostrou ser viável a política de recomposição salarial proposta, inclusive com concessão imediata dos 8% de reajuste para servidoras e servidores docentes e técnico-administrativos da USP e da Unicamp e de 11,24% para servidoras e servidores da Unesp.

No quadro, foi usado como repasse do ICMS o valor definido nos orçamentos de cada uma das universidades para 2019. Como base de cálculo, foi utilizada a folha salarial média de 2019, calculada a partir da planilha Cruesp de fechamento de 2018. Neste estudo, não foram considerados os repasses devidos pelos *royalties* do petróleo, que constam implicitamente com o uso da folha média.

Se em 2019 o repasse dos *royalties* do petróleo for maior (e isto já vem ocorrendo) que o de 2018, o comprometimento com folha diminuirá mais ainda. Também diminuirá se o ICMS crescer mais do que o previsto nos orçamentos de 2019, como temos avaliado a partir dos três primeiros meses do ano.

COMPROMETIMENTO MÉDIO EM 2019 COM FOLHA DE PAGAMENTO

	Unicamp	USP	Unesp
REAJUSTE	8%	8%	11,24% (*)
ESTIMATIVA DO COMPROMETIMENTO MÉDIO	89,82%	86,70%	89,31%

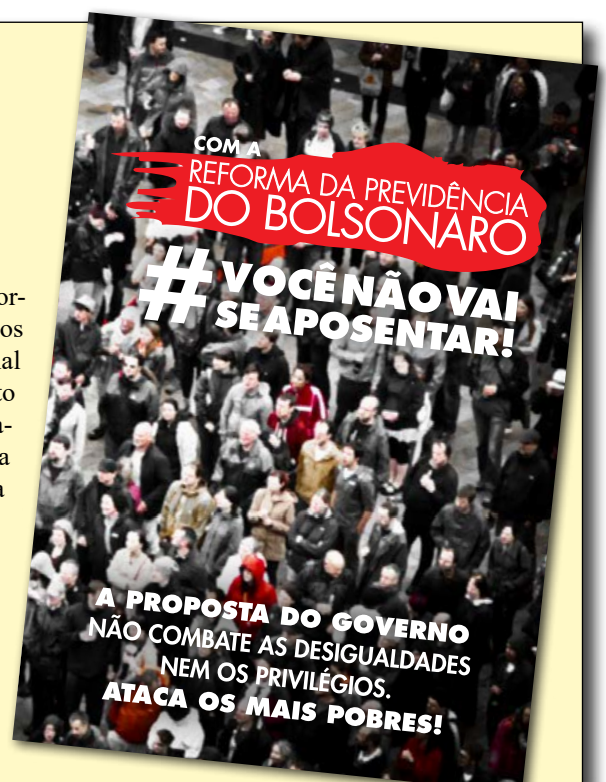
(*) Para que se restabeleça a isonomia entre as três universidades públicas paulistas, é necessário um reajuste de 11,24% para a Unesp. Isso porque a Unesp não pagou até hoje o reajuste de 3%, concedido pelo Cruesp na data-base de 2016.

Contra a reforma da Previdência: Participe do abaixo-assinado das Centrais Sindicais

A campanha unificada das centrais sindicais brasileiras contra a reforma da Previdência proposta pelo governo de Jair Bolsonaro tem novos passos importantes. No dia 4/4, foi lançada em todo o país uma campanha nacional de abaixo-assinado, que reivindica da Câmara dos Deputados o arquivamento da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 06/2019, que ataca as aposentadorias e direitos previdenciários no país. A campanha conta, ainda, com uma cartilha (formato impresso e *online*), que apresenta os principais pontos da reforma e como podem prejudicar o seu direito a se aposentar.

Como participar

Além da montagem de banquinhas em locais estratégicos nos municípios, por iniciativa de sindicatos e organizações populares, também é possível contribuir no seu próprio local de trabalho ou de estudo, junto a amigos e familiares. Se você deseja participar, acesse o abaixo-assinado no site do seu sindicato. Após preenchê-los, envie-os à sua entidade.



*Data-base 2019***Primeira rodada de assembleias aponta plano de recuperação de perdas como pauta econômica central*****Campanha salarial deste ano deve estar centrada em 3 pontos: Reajuste salarial, defesa das universidades e contra a reforma da Previdência***

As entidades que compõem o Fórum das Seis reuniram-se na terça-feira, 25/3, para tabular e discutir as sugestões enviadas pelas categorias em sua primeira rodada de assembleias da data-base 2019.

Foi geral nas assembleias a concordância com a proposta de centrar a campanha salarial deste ano em três pontos: **o reajuste salarial** (“Arrocho, não! Isonomia, já!”), **defesa das universidades** (luta pelo financiamento público adequado, liberdade de cátedra, plano de permanência estudantil, recursos para os HUs etc.) e **contra a reforma da Previdência**. Assim, será preciso travar as nossas lutas específicas – contra o desmonte das universidades, contra o arrocho salarial e em defesa da isonomia, por melhores condições de trabalho e estudo – em sintonia com a resistência e a reação às reformas em curso, como a previdenciária.

Em relação à reivindicação salarial, as assembleias usaram como subsídio o estudo divulgado no *Jornal do Fórum*, que trouxe o **Salariômetro 2019**, mostrando os reajustes salariais necessários para voltar ao poder aquisitivo de maio/2015, maio/2016, maio/2017 e maio/2018, conforme a tabela abaixo, calculados com a

inflação (ICV-Dieese até janeiro/2019).

O ponto de partida em maio/2015 não desconsidera perdas anteriores, mas marca o momento em que, no período mais recente, o arrocho agravou-se, pois as universidades deixaram de repor a inflação do período, empurrando nossos salários cada vez mais baixo. Após a data-base de 2014, aprofundou-se a política dos reitores das estaduais paulistas, de se omitir frente à falta de financiamento público adequado e jogar sobre a comunidade o ônus da recuperação das finanças, o que se materializa no arrocho salarial, na quebra de isonomia (com o calote da Unesp nos 3% em maio/2016), no congelamento de contratações e na sobrecarga de trabalho, na precarização dos contratos de trabalho, no fechamento de creches e no sucateamento de hospitais públicos como o HU da USP, entre outros.

Maioria quer repor poder aquisitivo de maio/2015

Na maior parte das assembleias da primeira rodada, servidores docentes e técnico-administrativos

**ÍNDICES NECESSÁRIOS****Reajuste para retornar ao poder aquisitivo de maio 2015 / 2016 / 2017 / 2018 (%)**

Mês de referência	Unesp	USP/Unicamp
MAIO/2015	17,99	14,55
MAIO/2016	11,16	7,34
MAIO/2017	7,25	4,13
MAIO/2018	6,30	3,20

Obs.: A referência utilizada na construção desta tabela é o salário efetivamente recebido em cada uma das datas-base desde maio/2015 até maio/2018, e corrigido pelo ICV-Dieese mês a mês até janeiro de 2019.



acharam necessário evidenciar a reivindicação destas perdas. Assim, partindo do princípio de que o primeiro passo para a recuperação de nossas perdas históricas é o referencial imediato de perdas (maio de 2015), e que várias assembleias de base sinalizaram para que seja colocado na mesa de negociação com o Cruesp um plano de reposição salarial que, no prazo mais curto possível, atinja esse objetivo, e comece por um percentual que não eleve o comprometimento da folha das universidades a patamares que possam justificar que os reitores se recusem, de pronto, a qualquer negociação, o Fórum das Seis indica às categorias nessa próxima rodada de assembleias (de 1 a 9/4) que avaliem a seguinte redação

para a reivindicação salarial deste ano:

- considerando as perdas desde maio de 2015 (índice Dieese), que se estabeleça o compromisso do Cruesp com o Fórum das Seis de um plano de recuperação salarial – articulado à arrecadação de ICMS – que se inicie com uma parcela de 8% de reajuste em maio/2019 para todos + 3% na Unesp para compensar a não concessão dos 3% em maio de 2016.

Obs.: Na Unesp, para compensar a não concessão dos 3% em maio/2016, a reivindicação para maio/2019 vai a 11,24% (mais o retroativo a maio/2016).

Estudo do Fórum comprova

Reajuste em maio/2019 cabe nos orçamentos das universidades

O Fórum das Seis fez uma simulação para estimar como ficaria o comprometimento médio em 2019 com folha de pagamento em cada uma das três universidades se fosse concedido um reajuste de 8% em maio próximo, de acordo com a sugestão de reivindicação apresentada acima, dentro de um plano de recuperação de perdas para voltar ao poder aquisitivo de maio/2015.

No quadro acima, foi usado como repasse do ICMS o valor definido nos orçamentos de cada uma das universidades para 2019. Como base de cálculo, foi utilizada a folha salarial média de 2019, calculada a partir da planilha Cruesp de fechamento de 2018. Neste estudo, não foram considerados, explicitamente, os repasses devidos pelos *royalties* do petróleo, que constam implicitamente com o uso da folha média.

Se o repasse dos *royalties* do petróleo for maior (e isto já vem ocorrendo) que o de 2018, o comprometimento com folha diminuirá mais ainda. Também diminuirá se o ICMS crescer mais do que o previsto nos orçamentos de 2019.

COMPROMETIMENTO MÉDIO EM 2019 COM FOLHA DE PAGAMENTO

	Unicamp	USP	Unesp
REAJUSTE	8%	8%	11,24% (*)
ESTIMATIVA DO COMPROMETIMENTO MÉDIO	89,82%	86,70%	89,31%

() Para que se restabeleça a isonomia entre as três universidades públicas paulistas, é necessário um reajuste de 11,24% para a Unesp. Isso porque a Unesp não pagou até hoje o reajuste de 3%, concedido pelo Cruesp na data-base de 2016.*

De 1 a 9/4, segunda rodada de assembleias

O Fórum das Seis indica às categorias que façam novas assembleias, de 1 a 9 de abril, para avaliar os indicativos feitos a partir da primeira rodada.

No dia 11 de abril, já contando com os resultados das assembleias de base, o Fórum volta a se reunir, em Campinas, para fechar a Pauta Unificada 2019 e protocolá-la junto à presidência do Cruesp, que já estará a cargo do reitor da Unicamp, Marcelo Knobel.

Fórum rodizia coordenação

Atendendo ao sistema de rodízio, a coordenação do Fórum das Seis deixa de estar a cargo da Adunesp/Sintunesp e passa às mãos da Adunicamp a partir da próxima reunião, em 11/4.

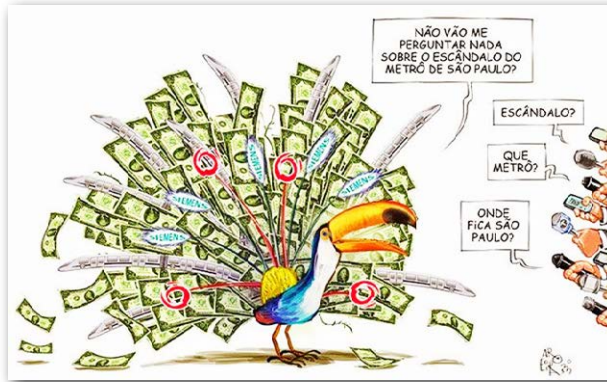
CPI das Universidades

Manobras e incertezas na base da proposta aprovada na Alesp

A segunda-feira, 18/3, foi de corre-corre na Assembleia Legislativa de SP (Alesp). Era dia de apresentação de pedidos de instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI). Como a regra prevê a instalação de somente cinco CPIs por ano, a disputa era para saber quais seriam os primeiros pedidos.

Como queriam evitar que o pedido de uma CPI para investigar a Desenvolvimento Rodoviário S.A. (Dersa) ficasse entre os primeiros cinco a serem examinados, parlamentares do PSDB e de partidos leais ao ex-governador Geraldo Alckmin e ao atual governador João Doria passaram 63 horas na fila para garantir a dianteira. A Dersa, empresa do governo paulista, está no centro das atenções porque seu ex-diretor Paulo Vieira de Souza (o “Paulo Preto”) está preso sob acusação de peculato e formação de quadrilha. A manobra deu certo e a CPI da Dersa rolou ribanceira abaixo na lista dos requerimentos. Deputados de oposição ao governo Doria também pedem a criação de uma comissão para investigar isenções fiscais concedidas a grandes empresas ao longo dos últimos 10 anos, que somam um total de renúncia de receitas de, aproximadamente, R\$ 115,5 bilhões. Uma conta rápida mostra que, somente para as universidades estaduais paulistas, isso gerou uma perda de cerca de R\$ 11,5 bilhões neste período.

Nesta quarta-feira, 27/3, o presidente da Alesp, o deputado tucano Cauê Macris, autorizou a abertura das cinco primeiras CPIs solicitadas. Entre elas, está a protocolada pelo deputado Wellington Moura (PRB) para “investigar irregularidades na gestão das universidades públicas no Estado de São Paulo, em especial quanto à utilização das verbas públicas repassadas a elas”. O objetivo da CPI, segundo o requerimento de Moura, seria realizar uma “profunda investigação” sobre a “conjuntura” das USP, Unesp e Unicamp, “buscando sugestão para uma melhor gestão dos recursos públicos repassados às universidades”.



Na justificativa do requerimento, Moura registra que “não só a imprensa divulga, mas as próprias instituições, por meio de seus representantes, se declararam em crise financeira, motivo alegado para deixar de honrar os salários, manutenção das instalações e, pasmem, suspensão de vestibular”. Da mesma forma, continua o deputado, “a imprensa rotineiramente veicula notícias com supostas irregularidades no pagamento de salários acima do teto”, e também “veiculam-se algumas decisões esparsas que flagram irregularidades na concessão de aposentadorias, bem como sobre supostas irregularidades no valor das diárias pagas a servidores das reitorias”.

Além da CPI das Universidades, as outras quatro instaladas são para:

- investigar a situação da Barragem Salto Grande, em Americana, proposta pelo deputado Roberto Moraes (PPS);
- apurar irregularidades na venda de animais por canis e pet shops, do deputado Bruno Ganem (PODE);
- apurar irregularidades na gestão da Fundação para o Remédio Popular, do deputado Edmir Chedid (DEM);
- investigar irregularidades na prestação de serviços de táxi aéreo, do deputado Rogério Nogueira (DEM).

Cada CPI é composta por nove membros. A partir da instalação, os líderes partidários têm 15 dias para indicar representantes.

Palco conhecido

Conhecendo o cenário de manobras e interesses de setores políticos e do mercado que domina o palco na

Alesp, não é demais imaginar que as intenções em relação às universidades estaduais paulistas não são nada boas. Por isso, o Fórum das Seis acompanhará os desdobramentos desta CPI e estará pronto para fazer os seguintes questionamentos:

- A CPI pretende investigar a quebra do compromisso empenhado pelo governo estadual, de que repassaria recursos perenes às universidades estaduais paulistas para compensar os seguidos processos de expansão a partir dos anos 2000?
- A CPI pretende investigar as manobras feitas pelo governo estadual antes de repassar os 9,57% do ICMS-Quota-Parte do Estado às universidades? Indevidamente, o governo retira da base de cálculo os recursos destinados a itens como Programas de Habitação, juros de mora e dívida ativa. E o detalhe é que estes itens não são extraídos da cota-parte que vai para os municípios. Só para se ter uma ideia do tamanho que esta manobra causa às universidades, no período de 2014 a 2018 elas deixaram de receber um total de R\$ 1,5 bilhão.
- A CPI pretende investigar a responsabilidade do governo na insuficiência financeira das universidades? Como se sabe, de acordo com a lei que criou a SPPrev, a Lei Complementar 1.010/2007, a responsabilidade pelo pagamento da “diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias dos servidores”, inclusive dos aposentados, é do tesouro estadual. O detalhe é que o governo cumpre a lei... menos para as universidades estaduais. Em 2017, a insuficiência financeira média correspondeu, aproximadamente, a 20% dos repasses oriundos do ICMS para as universidades paulistas. Será que a CPI vai exigir do governo que cumpra a lei?
- A CPI pretende reconhecer e valorizar o papel decisivo que as universidades estaduais paulistas cumprem para o desenvolvimento econômico, científico e cultural do país, respondendo por cerca de 50% da produção científica nacional?

Reforma da Previdência

Rumo à greve geral, Dia de Luta reuniu 70 mil em SP

A Av. Paulista, na cidade de São Paulo, concentrou a maior manifestação contra a Reforma da Previdência no dia 22 de março, com cerca de 70 mil pessoas. Em todo o país, atos e manifestações foram realizadas no **Dia Nacional de Luta em Defesa da Previdência**, convocado pelas centrais sindicais. As entidades que compõem o Fórum das Seis convocaram suas categorias a se integrem às atividades em seus municípios.

As atividades de 22/3 foram consideradas um passo importante rumo à greve geral contra a reforma do governo de Jair Bolsonaro, que tramita na Câmara dos Deputados materializada na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 6/2019. Nas falas das lideranças sindicais, de movimentos sociais e partidárias, na Paulista, foi comum a denúncia de que as medidas previstas pela reforma prejudicam diretamente a maioria mais pobre da população.

Um dos principais argumentos utilizados pelo governo para convencer a sociedade e os parlamentares a aprovarem a reforma da Previdência é o de que ela trará uma economia de R\$ 1,165 trilhão em 10 anos. No entanto, estudo feito pela Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), mostra que 75% do valor que Bolsonaro quer economizar (cer-



Manifestação na Av. Paulista

ca de R\$ 715 bilhões) viriam, majoritariamente, do bolso dos brasileiros de baixa renda, como resultado das restrições de acesso à aposentadoria e com a redução dos valores dos benefícios. Outros R\$ 182 bilhões viriam das novas regras de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), a partir da redução do valor do benefício de um salário mínimo para R\$ 400,00 na faixa etária entre 60 e 70 anos. O salário mínimo integral só seria concedido após os 70 anos.

A maior parte desses recursos, que seriam verdadeiramente sequestrados da população economicamente mais vulnerável, certamente iriam para o pagamento do serviço da dívida pública, irrigando os já estratosféricos lucros dos bancos, do agronegócio e dos grandes conglomerados comerciais e industriais, com o sacrifício da vida e da dignidade de todos os trabalhadores brasileiros e, mais profundamente, daqueles que já vivem uma condição de miserabilidade extrema.

Construir a greve geral

A abrangência das manifestações em 22 de março dá um grande passo para a perspectiva de construção da greve geral para barrar a reforma e defender os direitos dos trabalhadores na Previdência! Fique atento às informações divulgadas por sua entidade e participe da luta para que a Previdência Social brasileira não seja destruída!



Acima, Av. Paulista. Abaixo, Campinas



Manifestantes saem da USP, a caminho da Av. Paulista

22/3 é Dia Nacional de luta contra a Reforma da Previdência.

Vamos defender nossa aposentadoria

As centrais sindicais, a Frente Brasil Popular e a Frente Povo sem Medo estão convocando os trabalhadores de todo país para o **Dia Nacional de Lutas, Protestos e Paralisações contra a Reforma da Previdência**, marcado para 22 de março. Na cidade de São Paulo, está sendo organizada uma grande manifestação no vão livre do MASP, na Av. Paulista, a partir das 17h. O Fórum das Seis indica a adesão às atividades deste dia, que devem ocorrer na maior parte dos municípios.

A manifestação do dia 22 é parte de uma agenda de ações rumo à construção de uma greve geral, com data a ser definida.

Em 2017, a paralisação de mais de 40 milhões de trabalhadores impediu que fossem feitas mudanças nas regras de aposentadoria naquele ano. Com o slogan **“A Previdência é de todos! Sem garantias no presente, não há futuro”**, a campanha das centrais alerta para o fato de que, em 2019, a mobilização volta a ser o único caminho para barrar a reforma que ameaça o futuro da classe trabalhadora e de toda a população brasileira.

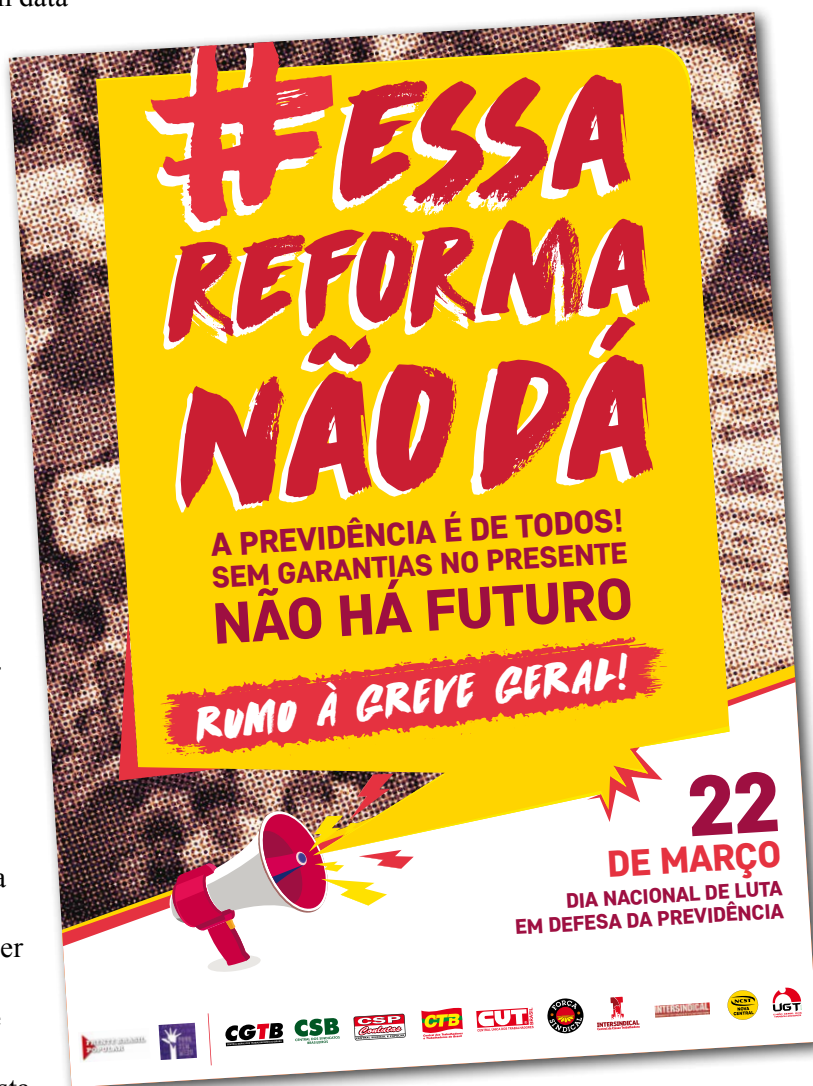
As medidas do governo Bolsonaro, encaminhadas ao Congresso Nacional, estão na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 6/2019. Longe de combater “privilégios”, o texto se ancora na retirada de direitos, no aumento das desigualdades e na restrição de acesso à aposentadoria. A PEC 6/2019 unifica as aposentadorias pelo INSS com a dos regimes próprios dos servidores públicos. Chama a atenção o “esquecimento” em relação à aposentadoria dos políticos e militares das Forças Armadas.

A PEC 6/2019 traz embutido um mecanismo que autoriza a aprovação de futuras mudanças nas regras da aposentadoria por meio de leis complementares, que exigem maioria simples para a aprovação. No caso de uma PEC, é preciso maioria qualificada de três quintos para aprovação. Com o uso de leis complementares, o governo poderia fazer novas alterações a qualquer momento, por fora da Constituição, mexendo na idade mínima, tempo de contribuição, limites de benefícios, alterações nas regras de transição, entre outras. Inclui uma proposta

de capitalização (cada trabalhador contribui para o sistema privado para ter sua aposentadoria no futuro) viria por lei complementar.

Caso seja aprovada a “Nova Previdência”, como tem chamado o governo, ficará praticamente impossível acessar o direito de aposentadoria. Pelas regras da proposta, tanto a idade mínima quanto o tempo de contribuição irão aumentar, desconsiderando a expectativa de vida dos moradores de diversas regiões do país.

Vamos à luta para barrá-la!!!



Data-base 2019 já está na ordem do dia!

Luta terá três eixos centrais: Não ao arrocho, defesa das universidades, contra a retirada de direitos na Reforma da Previdência

A conjuntura atual exige dos trabalhadores e estudantes reação firme e organizada, como única forma de impedir retrocessos sociais gravíssimos. Esta foi a conclusão central da reunião que o Fórum das Seis promoveu em 19/2, que teve na pauta, entre outros tópicos, o início da mobilização para a data-base 2019 e as reformas em curso, como a previdenciária e o aprofundamento da trabalhista.



A reunião do F6, em 19/2

Neste quadro, será preciso travar as lutas relacionadas à data-base – contra o desmonte das universidades, contra o arrocho salarial e em defesa da isonomia e por melhores condições de trabalho e estudo – em sintonia com a resistência aos pesados golpes que sopram de Brasília.

O recém-empossado governo Bolsonaro já disse a que veio e, em ritmo acelerado, quer aprovar as reformas que seu antecessor não deu conta de fazer, há tempos pleiteadas pelos empresários, banqueiros e cia. As reformas em curso configuram um gigantesco ataque aos direitos duramente conquistados pelo conjunto dos trabalhadores e consagrados na Constituição de 1988. O governador Doria, por sua vez, não esconde a concepção privatista que defende para as universidades públicas, inclusive com a possibilidade de cobrança de mensalidades.

De sua parte, os reitores insistem na política de descarregar o ônus da crise de financiamento sobre a comunidade universitária, aprofundando o arrocho salarial, impondo o congelamento das contratações, planos de demissão voluntária (como os já realizados na USP), ameaças de fechamento de vagas públicas (como na Unesp), entre outras medidas que apontam para o desmonte nas universidades.

Calendário inicial e jornal especial do Fórum

A reunião do Fórum aprovou um calendário inicial de mobilização, com uma primeira rodada de assembleias de base, de 12 a 26 de março. Até 12/3, chegará aos *campi* um jornal especial do Fórum, com estudos sobre perdas salariais, propostas de eixos e reivindicações para a pauta.

No dia 27/3, as entidades que compõem o Fórum voltarão a se reunir para avaliar as sugestões que vierem da primeira rodada de assembleias, avançar na formatação



da Pauta Unificada e definir os próximos passos da mobilização.

ICMS cresceu 6,5% em 2018

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) teve crescimento nominal de 6,5% em 2018, se comparada a 2017. Descontando a inflação medida pelo IPC-Fipe em 2018 (índice usado pelo Cruesp), temos um crescimento real de 3,40%.

O ano fechou com um ICMS total de R\$ 100,563 bilhões. A previsão inicial feita pela Secretaria de Estado da Fazenda era de R\$ 99,6 bilhões.

Quando concedeu o reajuste de 1,5% em maio/2018, o Cruesp baseou-se na previsão rebaixada de ICMS. Nos meses que antecederam a data-base de 2018, o Fórum das Seis afirmou que a arrecadação superaria a expectativa, mas os reitores não arredaram pé de suas previsões “pessimistas”, pois o objetivo era justificar o arrocho.

Comprometimento com salários é o mais baixo em 7 anos

A política de arrocho salarial nas universidades estaduais paulistas é evidente quando olhamos alguns números. O comprometimento com folha de pagamento bruta é o menor desde 2012. Naquele ano, a média das três universidades foi de 92,39%. Em 2018, esse percentual ficou em 90,02%. Acompanhe o ano a ano no quadro:

Comprometimento com folha Média nas três universidades (%)	
2012	92,39
2013	95,44
2014	101,62
2015	99,36
2016	103,19
2017	96,86
2018	90,02
Jan 2019	85,74

Fonte: Planilhas Cruesp

O 13º na Unesp e o caminho da luta

As mobilizações convocadas pelo Fórum das Seis – com a realização de três atos durante reuniões do Conselho Universitário da Unesp, o último deles em 14/2/2019 – têm sido importantes para pressionar a reitoria da Universidade a avançar na questão do não pagamento do 13º salário aos servidores estatutários da Unesp, embora ainda não tenha sido contemplada a reivindicação de pagamento integral e imediato.

Foi graças a estas manifestações e, também, à mobilização impulsionada pela Adunesp e pelo Sintunesp nos *campi*, inclusive com paralisações pontuais e greve, que o Conselho Universitário aprovou uma proposta de quitação do 13º salário em 2 parcelas – fevereiro e maio – e não em



quatro vezes, como pretendia o reitor da Unesp. E também foi graças à pressão da comunidade que a reitoria se dispôs a reabrir as negociações com as entidades.

A batalha pelo 13º salário ainda está em andamento na Unesp e a quitação da primeira parcela de 50% em 25/2 não dá conta de solucionar o problema. A reivindicação é de imediato pagamento da totalidade do 13º salário e pela divulgação dos termos do compromisso assumido pela Universidade com o governo do estado, que concordou em antecipar uma parte dos recursos que virão para a Unesp em 2019 (R\$ 130 milhões), em troca da implantação das reformas acadêmica e administrativa, num claro desrespeito à autonomia universidade, e certamente com a anuência do reitor.

Previdência: Esta reforma pode arruinar seu futuro!

Atividade em 20/2 foi marco na construção da mobilização nacional em defesa da aposentadoria



Atividade na Praça da Sé, em 20/2

De forma unificada, as centrais sindicais realizaram 20/2 uma assembleia nacional de luta contra a Reforma da Previdência. A atividade aconteceu na Praça da Sé, em São Paulo, com caravanas de várias partes do país, e foi o pontapé inicial nas mobilizações contra a reforma da Previdência encaminhada pelo governo Bolsonaro ao Congresso Nacional, tendo como perspectiva a construção de uma greve geral no país. As entidades que compõem o Fórum das Seis estiveram presentes.

As propostas enviadas ao Congresso

A frase dita pelo ministro da Economia Paulo Guedes, ao enviar ao Congresso Nacional a proposta de Reforma da Previdência – “Demos o primeiro tiro” – é reveladora. Se analisarmos as medidas propostas, fica claro a quem se destina o primeiro e os próximos tiros: à população trabalhadora. Longe de combater “privilégios”, o texto se ancora na retirada de direitos, no aumento das desigualdades e na restrição de acesso à aposentadoria. O texto unifica as aposentadorias pelo INSS com a dos regimes próprios dos servidores públicos. Chama a atenção o “esquecimento” em relação à aposentadoria dos militares das Forças Armadas.

A seguir, veja um resumo das principais medidas:



Idade mínima e tempo de contribuição

Para se aposentar, será preciso ter 65 anos (homem) e 62 (mulher). Num país em que os mais pobres começam a trabalhar mais cedo, a idade mínima neste patamar significa uma grande injustiça. Um jovem que inicia aos 16 anos terá que contribuir por quase 50 anos para se aposentar. O próprio INSS tem estudos em que mostra que, em média, o trabalhador consegue comprovar entre sete a oito meses de contribuição por ano. Se levarmos em conta a expectativa de vida nas regiões mais pobres do país, veremos que uma boa parte dos trabalhadores não chegará à aposentadoria.

O tempo de contribuição mínimo passa a ser de 20 anos, mas o direito ao benefício integral só virá após 40 anos de contribuição. O fim da regra que previa o cálculo do benefício a partir de 80% do tempo em que o trabalhador teve a maior remuneração levará, com certeza, a um forte arrocho nas futuras aposentadorias. Com 20 anos de contribuição (o mínimo para os trabalhadores privados do regime geral), o benefício será de 60%, subindo 2 pontos percentuais para cada ano a mais de contribuição.

Para os trabalhadores rurais, a idade mínima de aposentadoria proposta é de 60 anos, para homens e mulheres. A contribuição mínima será de 20 anos.

É especialmente perversa a alteração do Benefício de Prestação Continuada (BPC), que hoje garante um salário mínimo ao idoso de baixa renda a partir dos 65 anos. Pela proposta do governo, a idade mínima para recebimento passa a ser 70 anos. Antes disso, receberá apenas R\$ 400,00.

Servidores públicos

Eles terão a idade mínima de aposentadoria igual à dos trabalhadores do setor privado: 62 para mulheres (30 anos de contribuição) e 65 para homens (35 anos de contribuição). O valor do benefício será calculado da mesma forma do regime geral (descrito acima). Para os servidores contratados no regime próprio, será preciso ainda ter 20 anos no serviço público e cinco no cargo.

No caso de professores (do ensino infantil ao médio), a idade mínima será de 60 anos. Porém, o tempo de contribuição mínimo será de 25 anos, com 10 anos no serviço público e 5 no cargo.

Para servidores que ingressaram até 31/12/2003, será mantida a integralidade da aposentadoria aos que se aposentarem aos 65 anos (homens) ou 62 (mulheres).

Para os que ingressaram após 2003, o critério para o cálculo do benefício é igual ao do INSS.

Transição para servidores (Regime próprio)

Para os servidores públicos em regime próprio, a transição entra em uma pontuação que soma o tempo de contribuição mais uma idade mínima, começando em 86 pontos para as mulheres e 96 pontos para os homens.

A transição prevê um aumento de 1 ponto a cada ano, tendo duração de 14 anos para as mulheres e de 9 anos para os homens. O período de

transição termina quando a pontuação alcançar 100 pontos para as mulheres, em 2033, e a 105 pontos para os homens, em 2028, permanecendo neste patamar.

A idade mínima começa em 61 anos (homens) e 56 (mulheres). Ao fim da transição, a idade mínima também alcançará 62 anos para mulheres e 65 para os homens.

Mudança na alíquota de contribuição

A proposta da nova Previdência prevê uma mudança na alíquota paga pelo trabalhador. Os que recebem um salário maior vão contribuir com mais. O texto apresentado determina que, promulgada a mudança na Previdência, os servidores de todos os poderes dos estados, do Distrito Federal e dos municípios passarão a pagar, provisoriamente, uma alíquota previdenciária de 14%. Os entes federados terão até 180 dias para elaborar uma tabela escalonada, caso contrário a alíquota será mantida em 14%.

Pensão por morte

Pela proposta, o valor da pensão por morte ficará menor. Tanto para trabalhadores do setor privado quanto para o serviço público, o benefício será de 60% do valor mais 10% por dependente adicional, até o limite de 100% para cinco ou mais dependentes.

Criação do sistema de capitalização

A proposta de regime de capitalização (cada trabalhador contribui para o sistema privado para ter sua aposentadoria no futuro) ainda não foi enviada ao Congresso pelo governo. Segundo o ministro Paulo Guedes, valerá para os novos trabalhadores e será alternativo ao atual.

Previdência X dívida pública

O governo tenta transformar a Previdência na grande vilã das contas públicas. No entanto, os gastos com a Previdência representam 24% da receita oriunda dos impostos que pagamos, algo bem razoável para um país com a dimensão do nosso. Enquanto isso, o serviço da dívida pública – os juros e amortizações, que correspondem a cerca de 40% do total de impostos federais arrecadados – é distribuído para os bancos, grandes redes comerciais, industriais e do agronegócio.

Segundo tese de doutorado da professora Denise Gentil (UFRJ), para se ter uma ideia do volume de recursos envolvidos, em 2015 foram gastos **R\$**

501 bilhões (8,5% do PIB) com o pagamento de juros da dívida pública, o que foi destinado a cerca de **75 mil pessoas**. Neste mesmo ano, a Previdência gastou **R\$ 430 bilhões** e beneficiou diretamente mais de 27 milhões de pessoas! Se considerarmos os familiares, teremos um total de, pelo menos, 40 milhões de pessoas beneficiadas.

**PRECISAMOS APROVAR
A REFORMA DA
PREVIDÊNCIA PARA
COBRIR OS ROMBOS...**



FORUM

das seis

STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP, DCE das FATECs e Representação estudantil da Unesp



Defesa do 13º para todos! Contra o desmonte das estaduais paulistas!

Nova manifestação do Fórum forçou reitoria da Unesp a reabrir negociação com os sindicatos. Entidades indicam greve

O terceiro ato do Fórum das Seis em defesa dos trabalhadores da Unesp e contra o desmonte das universidades estaduais paulistas, na manhã de 14/2, lotou a frente da reitoria da Universidade. Caravanas de 11 *campi* da instituição somaram-se aos representantes das entidades sindicais e estudantis da USP, Unicamp e Centro Paula Souza. O Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) também fortaleceu a atividade.

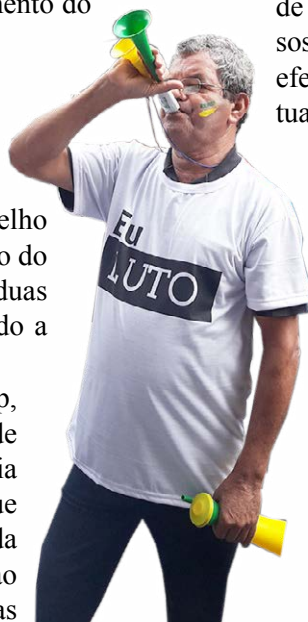
O ato de 14/2 – assim como os anteriores, em 13/12 e 22/1 – teve como pauta a reivindicação de pagamento do 13º salário aos estatutários da Universidade e contra o desmonte das universidades estaduais paulistas. Na Unesp, cerca de 12.700 pessoas, entre servidores e técnico-administrativos da ativa e aposentados, ainda não receberam o 13º de 2018. Os três atos ocorreram em dias de reunião do Conselho Universitário (CO) da Unesp. Em 22/1, após pressão do movimento, o CO havia aprovado o pagamento em duas parcelas, nos meses de fevereiro e maio, derrotando a proposta do reitor de quitar o 13º em quatro vezes.

Pressionado pelo novo ato, o reitor da Unesp, Prof. Sandro Valentini, recebeu uma comissão de representantes da Adunesp e do Sintunesp no dia 14/2. Deles, o reitor ouviu que não é admissível que a reitoria barganhe com o governo a autonomia da Universidade, ao apresentar como contrapartida ao adiantamento de recursos a promessa de avançar nas reformas administrativa e acadêmica. No dia 13/2, às

vésperas do ato, a reitoria da Unesp havia divulgado comunicado informando que o governo estaria disposto a adiantar uma parcela do ICMS que a Unesp receberá em 2019 (R\$ 130 milhões), mas com o “compromisso” da reitoria em implementar as reformas.

Ao final da reunião, o reitor concordou em agendar uma reunião entre Comissão de Orçamento, Pró-Reitoria de Planejamento (Propeg) e representantes da Adunesp e do

Sintunesp, a realizar-se até 21/2, com a intenção de buscar financeira e orçamentariamente recursos para que o pagamento do 13º salário, a ser efetuado em fevereiro, seja maior que o percentual aprovado de 50%, tendo como meta buscar condições para o seu pagamento integral e imediato. Na negociação aberta, a meta dos sindicatos será sempre a de ampliar o percentual inicialmente proposto. Outro aspecto levantado diz respeito à necessidade de olhar com maior atenção o processo, inclusive dando tratamento preferencial e emergencial aos menores salários. Se a reunião chegar a uma proposta, ela será encaminhada para a comunidade deliberar se a aceita ou não, para depois ser firmada entre reitoria e sindicatos. Adunesp e Sintunesp também reivindicaram ter amplo acesso ao teor dos “compromissos” que a reitoria está assinando com o governo.



Presente ao ato, o deputado Carlos Giannazi (PSOL) manifestou apoio aos manifestantes. “O governo do estado tem dinheiro, mas faz a opção política de destiná-lo às grandes empresas, em vez de priorizar os serviços públicos”, denunciou o parlamentar, referindo-se aos vultosos volumes de renúncia fiscal que o governo inscreve na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) todos os anos. Para 2019, a previsão é de uma renúncia fiscal da ordem de 16% de tudo o que será arrecadado em ICMS.

Na fala dos vários oradores, foi comum a denúncia da omissão das reitorias frente ao projeto privatizante de universidade pública defendido pelo governo Doria e seus antecessores. O não recebimento do 13º salário pelos estatutários, neste cenário, é apenas a ponta do *iceberg* de uma crise mais séria e profunda. As “saídas” adotadas por nossos reitores – arrocho salarial, congelamento de contratações e de carreiras, incentivo à demissão voluntária (como na USP), aceno de fechamento de cursos e *campi* (como na Unesp) – revelam sua cumplicidade com o projeto do governo e sua incapacidade de lutar publicamente pelo adequado financiamento das universidades públicas paulistas.

Sindicatos indicam greve

Em seus boletins, divulgados após o ato, a Adunesp e o Sintunesp destacam que nada está garantido na Unesp: nem o pagamento do 13º salário, nem a situação da Universidade até o final deste ano, nem as saídas para a crise de financiamento.

A Adunesp indica às suas bases a realização de assembleias nos *campi* até 19/2, para avaliar e deliberar sobre o indicativo de GREVE da categoria a partir de 25/2, até que se pague integralmente o 13º salário para todos. No dia 20/2, haverá Assembleia Geral da Adunesp, às 13h30, na Praça da Sé, nº 108, tendo como pauta única: deliberação



oficial sobre a GREVE.

Com GREVE já instalada em alguns *campi*, o indicativo do Sintunesp é pela manutenção do movimento e adesão das outras unidades.

Hora de reagir contra a reforma da Previdência e em defesa da aposentadoria

20/2 tem Assembleia Nacional em SP

As centrais sindicais brasileiras estão organizando uma agenda de mobilização contra as propostas de reforma da Previdência. No dia 20 de fevereiro, às 10h, na Praça da Sé, está marcada uma Assembleia Nacional, com previsão de caravanas de todo o país. As entidades que compõem o Fórum das Seis estarão presentes.

Se não construirmos uma reação à altura deste ataque que o atual governo federal nos impõe, a aposentadoria deixará de ser um direito para os trabalhadores brasileiros!



FORUM

**das
seis**STU
Sintusp
Sinteps
Sintunesp
Adusp - S. Sind.
Adunesp - S. Sind.
Adunicamp - S. Sind.

DCE da Unicamp, DCE-Livre da USP, DCE das FATECs e Representação estudantil da Unesp

O 13º da Unesp e a luta contra o desmonte das estaduais paulistas

Fórum chama para novo ato em 14/2: Pressão no CO e defesa das universidades

Os docentes e servidores técnico-administrativos estatutários da Unesp – cerca de 12.700 pessoas, entre ativos e aposentados – ainda não receberam o 13º salário de 2018. Para dar continuidade à luta por esse direito, o Fórum das Seis chama novo ato público estadual, no dia 14/2, quando ocorrerá mais uma reunião do Conselho Universitário (CO) da Unesp para discutir o assunto.

Na reunião passada do CO, em 22/1, também acompanhada por uma aguerrida manifestação em frente à reitoria, a maioria dos conselheiros aprovou o pagamento do 13º em duas parcelas, nos meses de fevereiro e maio/2019, derrotando a proposta do reitor, de fazer a quitação em 4 parcelas ao longo do ano, condicionadas à arrecadação do ICMS. Após a reunião, o reitor da Unesp, Sandro Valentini, divulgou comunicado dizendo que a decisão do CO era apenas uma “indicação” e que o assunto voltaria à pauta em nova reunião do colegiado, no dia 14/2.

O Fórum das Seis entende que o imbróglio em torno ao 13º na Unesp é apenas a ponta do iceberg no cenário de desmonte que cerca as universidades estaduais paulistas, consequência da falta de financiamento adequado, de muita subserviência dos reitores ao governante de plantão e dos inúmeros ataques que têm sido perpetrados contra essas instituições ao longo dos anos.

Reunidas em 6/2/2019, as entidades que compõem o Fórum consideram importante manter e ampliar a pressão sobre a reitoria da Unesp, realizando um grande ato no dia 14/2, que coloque em evidência não só a luta pelo 13º salário, mas também a defesa das nossas universidades. Certamente, a prática de retirada de direitos se consolidará, e mais direitos serão sequestrados, se permitirmos que seja suprimido esse direito constitucional de uma parte da comunidade das estaduais paulistas.

Saídas pela direita!

Como há muito vem ocorrendo, nossos reitores “enfrentam” a crise de financiamento injetando mais doses do veneno na vítima. Expli-

ca-se: em vez de cobrar do governo estadual que cumpra suas obrigações (por exemplo, arcando com a insuficiência financeira, que é a diferença entre o que se arrecada com contribuições previdenciárias e o que se paga em aposentadorias e pensões) como prevê a LC 1.010/2007, os reitores voltam suas baterias contra a comunidade e a qualidade das instituições, com seguidas doses de arrocho salarial, congelamento de contratações, programas de demissão voluntária (como na USP) etc.

Agora, surge mais uma nova modalidade de ataque: o fechamento de cursos e *campi*, como vem propondo o reitor da Unesp em entrevistas à imprensa e em reuniões internas. Para o Fórum das Seis, trata-se de um caminho tão irresponsável e desastroso quanto os espasmos expansionistas sem a contrapartida de recursos perenes. As eventuais economias decorrentes dessa iniciativa resultariam em um montante financeiro que não resolve estruturalmente a crise. Medidas como essa imporiam um dano irreparável às comunidades afetadas, além de abrirem uma porteira para que o governo avance na política de desmonte completo das estaduais paulistas. Sabemos que o atual governador paulista, assim como seus antecessores, não tem qualquer apreço pela educação pública, nem pelas nossas universidades, e têm todo interesse, assim como o governo federal, em acabar com nossas instituições.

A comunidade deve responder com mobilização!



Nota do Fórum das Seis

Contingenciamento de recursos é novo ataque de Doria à autonomia universitária

O Decreto nº 64.078, de autoria do governador João Doria, publicado em 21/1/2019, estabelece o contingenciamento de recursos nas instituições públicas paulistas em torno de 2%. No caso das universidades estaduais, isso representa um rombo de cerca de R\$ 90,8 milhões para a USP, R\$ 42,4 milhões para a Unesp e R\$ 39,7 milhões para a Unicamp. Para o Centro Paula Souza, R\$ 44,8 milhões.

O governo justifica a necessidade do contingenciamento pelo fato de que a estimativa de arrecadação de ICMS para 2019 teria sido superestimada. Assim, os valores contingenciados seriam restituídos às universidades se e quando a arrecadação prevista for alcançada, mês a mês.

Para o Fórum das Seis, o contingenciamento agrava a crise de financiamento enfrentada pelas universidades neste



momento, além de significar um desrespeito à autonomia universitária e ao que foi aprovado pela Assembleia Legislativa (Alesp) na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019.

A “tesoura” do governador não se abate com a mesma destreza sobre os interesses da iniciativa privada. Ao contrário, cresce a cada ano o volume de renúncia fiscal. No ano de 2017, o governo estadual renunciou de receber 16,04% da arrecadação de ICMS - cerca de R\$ 20 bilhões - de um conjunto

de empresas, muitas delas devedoras contumazes desse imposto. Esse valor, que o governo generosamente doou a essas empresas, deixando de recebê-lo em forma de impostos, é mais do que o dobro do orçamento das três estaduais paulistas. Em 2018, esse montante ficou em 11,2%. Para 2019, está previsto em 16% do total de ICMS arrecadado.



Data-base 2019: Luta contra o arrocho, o desmonte e a retirada de direitos na Reforma da Previdência

Em sua reunião de 6/2, as entidades que compõem o Fórum das Seis iniciaram os debates sobre a data-base deste ano. Fique atento às divulgações e convocações de sua entidade.

Luta contra a Reforma da Previdência

O governo Bolsonaro já começa a divulgar suas propostas para a Reforma da Previdência. A classe trabalhadora deve reagir e impedir a retirada de direitos!

Vamos nos somar à mobilização que já está sendo convocada pelas centrais sindicais. No dia 20 de fevereiro, às 10h, na Praça da Sé, em São Paulo, está agendada uma Plenária Nacional de Trabalhadores, com caravanas vindas de todo o país! Aguarde mais detalhes em novos boletins do Fórum das Seis.



Contra a reforma previdenciária, municipais de SP entram em greve e convidam para ato dia 4/2.

Fórum apoia luta!

Os servidores da capital paulista iniciam uma greve geral na segunda-feira, 4/2/2019, contra a reforma da previdência aprovada pela Câmara Municipal.

O projeto de lei 621/2016, enviado pelo prefeito, foi aprovado no dia 26/12, enquanto milhares de servidores protestavam do lado de fora sob forte aparato policial.

O projeto cria a empresa Sampaprev e aumenta a contribuição previdenciária de 11% para 14%, entre outras medidas que dificultam o acesso à aposentadoria dos atuais e futuros servidores.

A greve terá início com um grande ato convocado pelos sindicatos representativos do funcionalis-

mo paulistano (professores, médicos, saúde etc.), com o apoio de dezenas de sindicatos de outras categorias, entre eles as entidades do Fórum das Seis.

Além da solidariedade aos servidores paulistanos, este apoio sinaliza a necessária construção de uma reação contundente, também em âmbito estadual, pois o governo Doria já anuncia a intenção de fazer o mesmo. **O ato está marcado para segunda-feira, 4/2, às 14h30, em frente à Câmara Municipal de São Paulo (Viaduto Jacareí, 100, São Paulo).**

Em anexo a este boletim, segue carta aberta distribuída pelos sindicatos que convocam a greve



Um dos atos do funcionalismo paulista em frente à Câmara de SP, em dezembro/2018

A luta é na rua

22/1 tem novo ato do Fórum pelo imediato pagamento do 13º salário dos estatutários

Em frente à Reitoria da Unesp, durante reunião do CO, a partir das 8h30

Chegamos a janeiro de 2019 sem que os servidores técnico-administrativos e docentes estatutários da Unesp – cerca de 12.700 trabalhadores, entre ativos e aposentados – tenham recebido o 13º salário do ano passado.

No último comunicado emitido, em 9/1/2019, a Reitoria da Unesp informa que não teve sucesso em seu pedido de suplementação de verbas, feito ao ex-governador Márcio França, que enviou ofício com nova solicitação ao governador eleito, e que está convocando uma reunião extraordinária do Conselho Universitário (CO) para 22/1, “com o propósito de discutir e de revisar o orçamento de 2019, à luz da necessidade do pagamento do 13º salário referente ao ano de 2018 para os servidores autárquicos”.

Reunidas em 14/1, as entidades sindicais e estudantis que compõem o Fórum das Seis decidiram convocar um ato estadual unificado para o dia da reunião do CO da Unesp, a partir das 8h30.

A opção política da Reitoria

Em reunião com a Adunesp e o Sintunesp no dia 12/12/2018, véspera do primeiro ato convocado pelo Fórum das Seis, o reitor Sandro Valentini admitiu que a Universidade tinha reservas para arcar com o pagamento do 13º salário dos estatutários, mas que o seu uso deixaria o caixa descoberto em 2019.

Postergar a quitação desse direito dos servidores é reiterar uma clara opção política da atual administração da Unesp: bancar a instituição com recursos obtidos por meio do arrocho salarial, do congelamento das carreiras e das contratações, do confisco de direitos. O 13º salário dos estatutários da Unesp é a única dívida não paga pela Universidade!

Balão de ensaio

A avaliação do Fórum das Seis é que a situação da Unesp é um balão de ensaio para o que se avizinha para Unicamp



e USP, no bojo de um cenário de ataques às universidades públicas brasileiras.

O calote no 13º é parte da lógica de um processo de sucateamento das estaduais paulistas que vem de longa data, e tem sido sistematicamente denunciado pelo Fórum das Seis, sem que o Cruesp tivesse, como é sua responsabilidade legal, tomado medidas concretas para evitar a tragédia anunciada. Para o Fórum, não se trata de uma crise financeira apenas, mas principalmente de uma crise de financiamento.

Por isso, o Fórum das Seis tem organizado a luta por mais recursos ao longo das últimas décadas. Não fosse isso, ainda teríamos uma dotação de 8,4% do ICMS – Quota-parte do Estado para as três universidades, conforme estabelecido pelo então governo Quéricia, quando do advento da autonomia universitária, em 1989. A luta da comunidade acadêmica conquistou a ampliação deste percentual em duas ocasiões: para 9% em 1992 e 9,57% em 1995, índice ainda insuficiente para fazer frente às necessidades de ensino, pesquisa e extensão nas estaduais paulistas, que nos anos 2000 foram submetidas a uma expressiva expansão, aumentando em cerca de 100% o número de estudantes de graduação. Mesmo sofrendo as consequências deste processo, sem a devida contrapartida de recursos perenes, estão entre as melhores universidades do país.

À expansão sem recursos, soma-se outro grave problema, que é a insuficiência financeira, diferença entre o que se arrecada com contribuições previdenciárias e o que se paga de aposentadorias e pensões. Em 2017, a insuficiência financeira média correspondeu,

aproximadamente, a 20,3% (19,5% em 2016) dos repasses oriundos do ICMS-QPE, realizados pelo governo para a Unesp, Unicamp e USP, com um perfil de crescimento que, segundo informações oficiais, já chegou a mais de 30% na Unesp. Embora a Lei Complementar 1.010/2007 estabeleça que é responsabilidade do governo o pagamento da insuficiência financeira, as universidades a têm bancado e em momento algum os reitores efetivamente questionaram o governo sobre isso.

A luta por mais recursos, aliás, não ocupa a agenda dos nossos reitores, que se limitam a iniciativas pontuais e restritas. Por outro lado, buscam “compensar” a falta de recursos com o arrocho salarial e o desmonte das universidades, por meio da não contratação de pessoal, planos de demissão voluntária, entre outros. Nesta visão, Unesp, Unicamp e USP estariam vivendo uma “crise financeira”, o que se resolveria com programas de gestão mais “austeros”, com o corte “privilégios” e o enxugamento do quadro de pessoal.

Fórum pede reunião

A coordenação do Fórum das Seis está enviando ofícios ao novo governador, João Doria, ao novo secretário de Fazenda e Planejamento do estado, Henrique Meirelles, ao reitor da Unesp, Prof. Dr. Sandro Valentini, e ao Cruesp. O objetivo é pedir reunião para discutir a situação dos servidores estatutários da Unesp, a crise de financiamento das estaduais, entre outros

Abaixo-assinado online

**13º é um direito!
Unesp, cumpra a lei!**

Assine petição online em:

https://secure.avaaz.org/po/community_petitions/Reitoria_da_Unesp_e_governo_de_Sao_Paulo_13o_e_um_direito_Unesp_cumpra_a_lei_e_pague_seus_servidores_estatutarios/share/?new&jBDwFdb